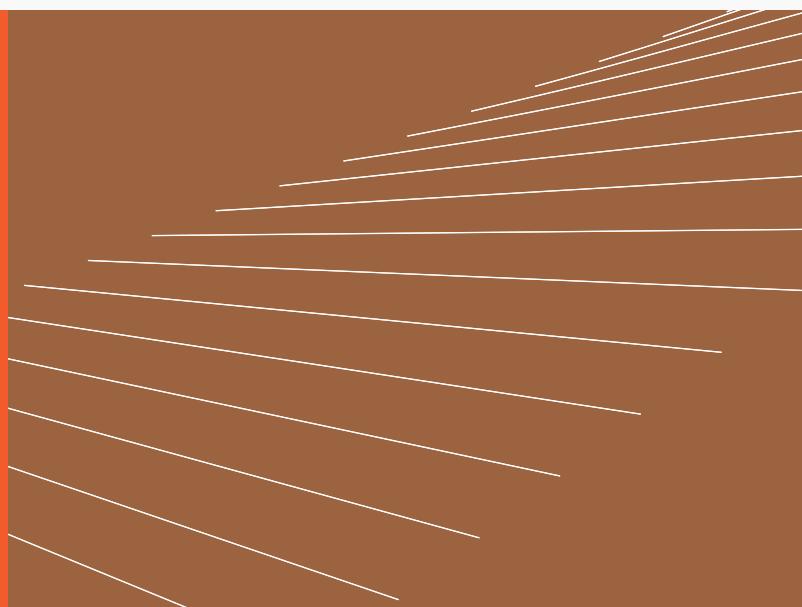


Seminários 2020 - 2023

Debates sobre temas contemporâneos

F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O



Autores Beatriz Kipnis, Isabel Penz, Márcio Pinheiro e Otávio Dias

Revisão Alice Noujaim, Beatriz Kipnis, Benedito Sverberi, Isabel Penz, Otávio Dias e Vinicius Doti.

Capa FutureBrand

Projeto Gráfico e Diagramação Felipe Martins

Copyright © Fundação FHC 2023

Seminários 2020 - 2023: Debates sobre temas contemporâneos / organização Alice Noujaim, Beatriz Kipnis, Isabel Penz, Otávio Dias e Sergio Fausto. - 1. ed. - São Paulo : Fundação FHC, 2023.

1. Ciência política. 2. Democracia. I. Noujaim, Alice. II. Fundação FHC. III. Título.
168 p.

ISBN: 978-65-87503-33-2

CDU: 320

CDD: 321.7

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

Sumário

Introdução 5

Crise da democracia

1. O STF e a defesa da democracia no Brasil.....	9
2. A força da extrema direita nas redes sociais: ideologia e estratégia.	13
3. Democracia e Forças Armadas: temos um problema a resolver?.....	17
4. Evangélicos na política: representatividade e poder.....	21
5. Religião, Democracia e Educação no Brasil: 'é preciso debater o tema para superar a polarização'	25
6. Os direitos humanos sob ataque: como resistir a retrocessos e retomar a iniciativa	28
7. Como as democracias morrem: os desafios do presente	32
8. O desafio de revitalizar a democracia enquanto ainda é tempo, com Larry Diamond	37
9. A ideologia por trás da extrema direita no Brasil e no mundo, com Benjamin Teitelbaum.....	40
10. Polarização política: como superá-la e promover o diálogo na sociedade	44
11. Capitalismo de Vigilância e Democracia, com Shoshana Zuboff	46

O Brasil e o mundo em transformação

12. A política externa do governo Lula 3: os desafios do Brasil em um mundo em crise.....	53
13. O desafio da inserção da indústria brasileira em um mundo em transformação	59
14. Brasil e África no século 21: ascensão e queda de uma relação importante.....	63
15. Estados Unidos e China: uma nova Guerra Fria?	69
16. Estados Unidos, China (e Rússia): o mundo vive uma nova Guerra Fria?	73

17. A década da definição: os EUA e a China vão conviver pacificamente?	78
18. A guerra na Ucrânia e os mercados globais de energia e alimentos.....	83
19. A ameaça da crise global de alimentos: dimensões, riscos e possíveis respostas	88
20. México: uma democracia em perigo?.....	92
21. Causas e consequências das bruscas oscilações políticas no Chile	97

Mudança climática e governança democrática

22. Iniciativas para uma Amazônia Sustentável: um diálogo entre Marina Silva e Ilan Goldfajn.....	103
23. A exploração na Foz do Rio Amazonas e o futuro do petróleo no Brasil	108
24. O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil	113
25. Amazônia: quais são os caminhos para o desenvolvimento sustentável?.....	118
26. Mineração na Amazônia: desafios do desenvolvimento sustentável.	122
27. Política indigenista sob nova liderança: o significado e o alcance da mudança.	128
28. Os desafios da transição energética no Brasil.....	131
29. Hidrogênio Verde: a descarbonização da Europa e o interesse do Brasil	136
30. Regulamentação do mercado de carbono: oportunidades e desafios para o Brasil.....	141

90 anos de Ruth e Fernando Henrique Cardoso

31. A arte da política democrática e os desafios da globalização.....	147
32. Um intelectual na política: inquietação, formação e prática política	151
33. Utopias e experiência pública na democracia: uma conversa entre FHC e Fernando Gabeira.....	155
34. 90 anos de Ruth Cardoso: um olhar abrangente sobre o Terceiro Setor.....	158
35. 90 anos de Ruth Cardoso: o olhar de FHC.....	162

Introdução

Desde a sua inauguração, em maio de 2004, a Fundação Fernando Henrique Cardoso busca ser um espaço de debates sobre as principais questões que desafiam o Brasil e o mundo. Nestas duas décadas de profundas transformações, reunimos pessoas com diferentes experiências, visões e opiniões, mas um objetivo comum: a construção de um Brasil democrático, mais desenvolvido e justo, em diálogo com o mundo.

Durante a pandemia, a Fundação passou para o modo on-line, mas não deixou de promover esses diálogos. Pouco a pouco, estamos retomando os eventos presenciais, realizados em nosso auditório, na sede da instituição, no coração do centro antigo de São Paulo.

A Fundação faz registros dessas conversas, por meio de textos de fácil leitura, elaborados com cuidado, trazendo aquilo que de mais relevante foi dito pelos participantes, sempre visando o equilíbrio de ideias e olhando para o futuro. Esse conteúdo está disponível em nosso site, acompanhado de vídeos na íntegra e editados, assim como as apresentações em Powerpoint, fotos e outros conteúdos relacionados.

Pela primeira vez, decidimos organizar uma coletânea com 35 desses textos, relativos a seminários e webinars promovidos nos últimos quatro anos (2020-2023). O objetivo desta publicação é transmitir uma visão de conjunto da nossa área de atuação, salientando a pertinência de algumas dessas discussões, que seguem atuais e relevantes para além do momento em que aconteceram.

Aglutinamos os textos em três partes que refletem os eixos principais da Fundação, e que pretendemos aprofundar nos próximos anos: '*Crise da democracia*', '*O Brasil e o mundo em transformação*' e '*Mudanças climáticas e governança democrática*'. Ao final, incluímos textos de encontros realizados para lembrar os 90 anos da Professora Ruth Cardoso (1930-2008) e o aniversário de 90 anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, celebrado em 2021.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todas as empresas e organizações que patrocinam ou patrocinaram a nossa programação anual de seminários nesses vinte anos, apoio fundamental para cumprirmos nosso objetivo de sermos um *think tank* independente, antenado às principais questões da contemporaneidade e, sobretudo, democrático.

Boa leitura.

Sergio Fausto

Diretor Geral da Fundação FHC



Crise da democracia

A partir de meados dos anos 1980, com o fim das ditaduras na América Latina, a Queda do Muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1991), o mundo viveu um período de florescimento democrático. O otimismo com a “terceira onda da democracia” começou a desaparecer a partir de meados dos anos 2000. Pouco a pouco, foi crescendo a sensação de que a globalização não favorecia a todos, deixando para trás parcelas da população, mesmo nos países mais desenvolvidos. Esse clima adverso abriu espaço para o fortalecimento de movimentos antidemocráticos na Europa, nas Américas (incluindo os EUA) e em outras partes do mundo, inclusive no Brasil.

A Fundação FHC tem acompanhado este processo, e por meio de debates, publicações e vídeos, procura estimular o diálogo e contribuir com a busca de soluções. Reunimos alguns destes conteúdos produzidos nesta coletânea. Aproveitem o material!

1. O STF e a defesa da democracia no Brasil

O Supremo Tribunal Federal não é uma instituição à prova de críticas, mas nos últimos anos teve uma atuação fundamental na defesa da democracia brasileira, cumprindo assim seu papel constitucional. Deve, no entanto, concluir o quanto antes, e com absoluto respeito ao processo legal, os diversos inquéritos abertos durante o governo Bolsonaro, possibilitando assim um desejável retorno à normalidade político-institucional.

Estas foram as conclusões deste encontro presencial que reuniu cerca de 30 convidados com interesse pelo tema da defesa da democracia, incluindo professores e pesquisadores da área do direito, advogados, cientistas sociais e jornalistas, na sede da Fundação FHC, em São Paulo.

O debate teve como base o artigo “O STF e a defesa da democracia no Brasil”, escrito por **Oscar Vilhena Vieira** e publicado pelo *Journal of Democracy em Português*, em junho de 2023. Os professores Oscar Vilhena Vieira Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP), **Vera Karam de Chueiri** (Universidade Federal do Paraná) e **Ronaldo Porto Macedo Jr.** (Uni-

versidade de São Paulo) fizeram comentários iniciais.

“Analiso e faço críticas ao Supremo há 30 anos e acho que seus erros se agravaram entre 2013 e 2018. Foi uma surpresa que tenha conseguido reagir às ameaças autoritárias nos últimos anos. O STF agiu com firmeza não porque fosse virtuoso, necessariamente, mas porque viu a possibilidade de redução de seus poderes”, disse Vieira, professor de Direito Constitucional e Direitos Humanos na Escola de Direito de São Paulo da FGV e conselheiro da Fundação FHC.

“Concordo que o STF teve um papel importante na contenção da recente escalada autoritária, mas também colaborou, em certa medida, para que ela acontecesse. Entre outros exemplos, o Supremo foi errático durante o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a Operação Lava Jato, se omitiu diante de reformas estruturais que desrespeitaram a Constituição, acostumou-se a um perigoso aumento das decisões monocráticas e, mesmo no enfrentamento do populismo de extrema direita, atuou no limite entre o extraordinário e o excepcional”, disse

Chueiri, professora Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFPR.

"Ao descrever em seu artigo, com riqueza de detalhes, a atuação do STF nos últimos cinco anos, o professor Oscar Vilhena Vieira andou no fio da navalha. O que foi feito para proteger o Estado Democrático de Direito respeitou seus princípios fundamentais ou resultou em uma democracia militante que, em alguns momentos, afronta o próprio Estado de Direito? Na minha visão, há fortes evidências de que o Supremo, sobretudo devido a decisões dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, entrou em uma zona nebulosa", disse Macedo, professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da USP.

Vieira: STF teve de agir porque outros órgãos federais se omitiram

Segundo o autor do texto em debate, o Supremo abriu inquéritos para investigar ameaças a seus ministros, a disseminação de *fake news* e a realização de atos antidemocráticos porque outros órgãos federais que deveriam tomar a frente nessas investigações não o fizeram. "Durante o governo anterior, o Ministério Público Federal, sobretudo devido à atuação do Procurador G-

ral da República, a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) claramente se omitiram diante de fatos muito graves. Por isso, o STF instalou esses super inquéritos que têm dado tanto o que falar."

O constitucionalista salientou, no entanto, sua preocupação com um possível excesso de ativismo por parte da Corte, não tanto na defesa da democracia, mas ao 'entrar em muitas bolas divididas' em outras áreas: "O STF deve preservar seu capital político-institucional. Se comprar todas as brigas, corre o risco de sucumbir. A arte de fazer escolhas é muito importante, mas é difícil quando não há unidade interna (entre os ministros)."

"Quando se trata de defender a democracia, o Supremo deve aprimorar sua capacidade de definir em que situações é necessário adotar medidas extraordinárias, nunca excepcionais. Nesse sentido, é importante desenvolver e consolidar no país a doutrina da chamada 'democracia militante', que teve origem nos anos 1930 quando pensadores alemães reagiram ao nazifascismo e foi colocada em prática pela República Democrática

Alemã (hoje República Federal Alemã) após a Segunda Guerra Mundial", disse.

"Quando dizemos que as instituições funcionaram, foi sobretudo por causa do STF", afirmou Vieira.

Segundo Vieira, a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito — que entrou em vigor

em 2021 e tipifica crimes contra a democracia — representou um importante avanço, mas ainda levanta muitas dúvidas e questionamentos. “Tivemos de colocar a nova lei em prática como se fosse em uma final de Copa do Mundo, sem qualquer treinamento anterior”, comparou.

Para Chueiri, o STF deve atuar em defesa do Estado Democrático de Direito, quando necessário, mas “sem ultrapassar os limites constitucionais do que pode fazer do ponto de vista procedural”. “É preciso definir com maior clareza qual é a fronteira entre a proteção da democracia e o respeito aos princípios fundamentais do Estado de Direito”, disse a pesquisadora do CNPq.

Macedo: limitar liberdade de expressão pode comprometer a democracia

“O que é um risco efetivo para a democracia? Esta é uma questão empírica difícil de avaliar. Tendo a acreditar que os exageros verbais típicos do populismo que vivemos nos últimos anos não vinham acompanhados de uma estratégia deliberada e concreta de destruição da democracia. Em que momento houve, por exemplo, um risco efetivo à independência do Judiciário?”, perguntou Macedo.

Segundo o professor da USP, a liberdade de expressão é um aspecto importante da democracia e é preciso ter cuidado diante das propostas de criação “ad hoc” de no-

vas legislações e jurisprudências que possam resultar em um comprometimento desse princípio democrático fundamental. “Se abrirmos essa caixa de Pandora, sem que haja uma clareza dos riscos efetivos à democracia, não sabemos aonde isso vai parar”, alertou.

“Não é razoável sugerir que não houve risco real de um golpe durante os quatro anos em que Bolsonaro esteve no poder”, rebateu o cientista político Sergio Fausto. Para o diretor geral da Fundação FHC, a orquestração golpista a partir do Palácio do Planalto só não teve êxito porque houve resistência da maioria da sociedade, da cúpula das Forças Armadas, da liderança do Congresso Nacional e do STF, entre outros.

É hora de construir um caminho de saída da atual crise institucional

“Concordo que os problemas começaram antes, com um certo ativismo por parte do Supremo, decisões monocráticas absurdas, idas e vindas na questão da prisão após condenação em segunda instância e outras decisões relacionadas ao combate à corrupção. Mas existe uma disfuncionalidade também no Poder Legislativo, com a não apreciação dos pedidos de *impeachment* contra Bolsonaro pelo presidente Arthur Lira, e o avanço do orçamento secreto na Câmara e no Senado. A desorganização funcional e institucional é crescente em Brasília e ameaça a democracia brasileira”,

disse a advogada e economista Elena Landau, na parte do evento aberta a comentários da plateia.

"As instituições políticas não funcionam da maneira ideal em lugar nenhum do mundo e a democracia sempre pode ser descrita como um 'copo meio cheio, meio vazio'. O mérito do artigo em debate é contar a história vivida recentemente e fazer o registro histórico desse período excepcional. A questão que se coloca agora é como sair disso?", questiona a professora Maria Paula Dallari Bucci, da Faculdade de Direito da USP.

"Não há dúvida de que o STF teve participação no processo que resultou no surgimento do populismo autoritário neste país, assim como é fato que a Corte tinha que ter atuado de forma extraordinária para conter o golpe articulado pelo ex-presidente da República. Como sair deste imbróglio? É preciso fortalecer nossa jovem democracia a partir da perspectiva de um aprofundamento do pacto civilizatório entre os três poderes da República", disse Adriana Ancona de Faria, doutora em Direito Constitucional.

"O problema mais sério que as democracias de todo o mundo enfrentam hoje é que, de uns anos para cá, a extrema direita se tornou extremamente competitiva eleitoralmente. A concessão de poderes extraordinários no plano jurídico-institucional para conter ameaças à democracia pode produzir o resultado oposto e terminar por fortalecer

a extrema direita autoritária nas urnas. Por isso, é fundamental que a disputa em prol da democracia se dê também nos campos social e político", alertou Marta Arretche, professora do Departamento de Ciência Política da USP.

"É fato que a democracia é um processo complexo e confiar excessivamente em um órgão de elite como a Suprema Corte para conter suas oscilações pode resultar em abusos. Levo muito a sério, por exemplo, a questão da liberdade de expressão. Se apertarmos demais o torniquete, corremos o risco de reforçar o argumento da extrema direita de que está sendo prejudicada pelo *establishment* político-institucional. A proteção da democracia pela própria democracia é necessária, mas exige muita cautela e aprendizado", concluiu Vieira.

 Otávio Dias

 10/08/2023



Assista!

2. A força da extrema direita nas redes sociais: ideologia e estratégia

As redes sociais são um espaço propício à construção de narrativas que dão sustentação à extrema direita brasileira, em geral, e ao movimento bolsonarista, em particular. O fenômeno – que ocorre em vários países, além do Brasil, e vem mudando a política do século 21 – é objeto de pesquisa do Observatório da Extrema Direita (OED), uma iniciativa dedicada a monitorar e analisar governos, partidos e movimentos da extrema direita no Brasil e no mundo.

“A extrema direita entendeu que dar explicações simplificadoras para fenômenos complexos funciona no ambiente digital. Não tem medo de errar e de experimentar coisas, e está colhendo frutos do que começou a plantar há mais de dez anos”, disse a antropóloga, **Isabela Kalil**, professora na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Desde o início da década passada, Kalil desenvolve pesquisas etnográficas sobre protestos de rua e internet.

“O bolsonarismo dialoga diretamente com as narrativas da extrema direita norte-americana, polonesa, húngara, e assim por diante. Muitas vezes o que vemos aqui são tradu-

ções de narrativas construídas fora. E vice-versa: a produção do Brasil é muito ativa”, disse **Guilherme Casarões**, cientista político, professor da FGV EAESP e pesquisador nas áreas de política externa brasileira, extrema direita e nacionalismo religioso.

Ambos são coordenadores do OED, projeto iniciado em 2019 pelo professor de Relações Internacionais David Magalhães (PUC-SP/FAAP) e que ganhou corpo nos últimos dois anos, reunindo pesquisadores de diversas instituições universitárias e de pesquisa do Brasil e do exterior. A Fundação FHC convidou o Observatório para uma parceria na realização deste webinar.

Redes transnacionais de extrema direita

Em sua apresentação, Casarões traçou um panorama sobre a forma como se articulam e operam as “redes transnacionais de extrema direita”, resumindo quatro etapas integradas:

1. Emulação: reprodução de ideias, estéticas e performances da extrema direita global, especialmente a *alt-right* norte-americana;

2. Adaptação: tradução desse conjunto de símbolos para a realidade brasileira, a partir de referências conhecidas aqui;

3. Coordenação: etapa que pressupõe um grau de articulação funcional entre grupos e membros desses grupos. Por exemplo: médicos bolsonaristas que dialogam diretamente com influenciadores digitais bolsonaristas;

4. Legitimação: adesão por meio de curtidas, retweets etc., combinada com corroboração interna e validação externa. Por exemplo: engajamento de Bolsonaro com perfis falsos e interações que acontecem em níveis transnacionais.

"Identifico Olavo de Carvalho como o pai desta extrema direita brasileira. Ele já abria trilhas desde os primórdios das redes sociais, ajudando no processo de projeção desses grupos", explicou o pesquisador. Os grupos de extrema direita se consolidaram em uma espécie de subterrâneo da internet, em fóruns de discussão como 4chan e Reddit, e foram aos poucos trazendo para a superfície parte dessas narrativas. No Brasil, em especial, destacam-se:

- Grupos de interesse, que não necessariamente operam nativamente nos espaços digitais, mas que os ocupam com pautas específicas; são exemplos os evangélicos, os armamentistas, médicos e empresários identificados com o bolsonarismo, que movimentam pautas como valores morais cris-

tãos, liberdade e cloroquina, entre outras;

- Criadores de narrativas, grupos que se ocupam sistematicamente de criar narrativas que sustentam a presença da extrema direita no dia a dia da política, como jornalistas e influenciadores;

- Tropas de choque, aqueles que potencializam e disseminam de forma eficiente essas narrativas, sobretudo por meio da linguagem de memes, games etc.

Os seguidores de Olavo de Carvalho (1947-2022) criaram códigos, símbolos e performances que deram forma ao que ficou conhecido como 'bolsonarismo nas redes'. "Os evangélicos são uns dos caudatários deste processo. Com a ascensão de Bolsonaro aos holofotes, algumas lideranças evangélicas buscaram modular a sua retórica e os seus símbolos para convergir com aquilo que o bolsonarismo já vinha fazendo", argumenta Casarões. "Eu não descartaria a hipótese de haver uma certa centralização de narrativas por parte de pessoas muito próximas do governo", concluiu.

Entre a rua e a internet: estudo de caso de redes bolsonaristas

"Não foi a internet que inventou esses microfascismos. Mas discursos que antes eram inaceitáveis na vida pública e eram de alguma maneira limitados por muros de contenção ganharam visibilidade e se tornaram

pouco a pouco toleráveis nas redes sociais”, disse Isabela Kalil.

A antropóloga explicou que mesmo os protestos de rua relativamente pequenos podem render material que, depois, é amplificado nas redes sociais e podem ter impacto por muito tempo: “Às vezes, o movimento de rua pode parecer pequeno ou sem sentido, mas verificamos nele a produção de imagens e conteúdos que vão alimentar plataformas digitais por anos, em diferentes contextos”.

Kalil trouxe ao evento um estudo de caso: um protesto que ocorreu em 15 de março de 2020, nos primeiros dias da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Era para ser uma grande manifestação de rua, mas, devido às restrições da pandemia, se prestou mais a gerar imagens para o espaço digital. A pauta também passou por adaptações: a ideia original era pedir o fechamento do Congresso Nacional, mas o protesto acabou focando na negação da pandemia, em teorias conspiratórias e ataques à China.

“A internet é um ambiente aberto, acessível a qualquer pessoa. Mas esses grupos mais radicais utilizam códigos/senhas, que funcionam como uma chave. Quem não conhece os códigos corretos não consegue identificar o que está acontecendo”, explicou. Em 15 de março de 2020, a pesquisa acompanhou 30 hashtags – o símbolo #, usado para indentar palavras-chave ou tópicos no Twitter.

“Naquele dia específico, verificamos que o compartilhamento da hashtag #Bolsonaro-Day era 55% composto do que chamamos de comportamento inautêntico. Ou seja, mais da metade do engajamento foi feito por robôs e ciborgues”, disse. Segundo Isabela, isso não pode ser generalizado, mas é paradigmático, pois é o primeiro da série dos chamados ‘atos antidemocráticos’. “Os robôs não votam, mas podem falsear a opinião pública, influenciar humanos e nos colocar em risco”, afirmou.

“A produção de eventos continua até hoje, agora com as chamadas ‘motociatas’ de Bolsonaro, também importantes para gerar imagens e mobilização no meio digital. É uma tecnologia política bolsonarista, que vem sendo aperfeiçoada.

A ideologia e as estratégias utilizadas por esses grupos radicais conservadores representam um grande desafio para a esquerda, que ainda não encontrou uma maneira de se contrapor à força da extrema direita nas redes sociais.

“O campo progressista, como eu prefiro chamar, tenta convencer a partir de ideias, enquanto a extrema direita mobiliza afetos e instiga medo, ódio e preconceitos”, disse. Segundo a antropóloga, há formas mais pedagógicas e eficazes que o campo progressista poderia utilizar para dialogar melhor com o público nas redes, sobretudo os mais jovens, que têm sido cada vez mais atraídos pelo discurso reacionário da extrema direita.

Para complicar ainda mais, a extrema direita é hábil em fazer a esquerda ‘trabalhar de graça’ em seu proveito no mundo virtual. “Quando a extrema direita produz uma imagem e lança um absurdo nas redes, as pessoas progressistas acabam compartilhando, para criticar. E então o discurso se amplifica. O campo progressista trabalha de graça para extrema direita o tempo todo”, explica Kalil.



Isabel Penz



19/07/2022



Assista!

3. Democracia e Forças Armadas: temos um problema a resolver?

A tentativa de politizar as Forças Armadas representou um retrocesso de mais de 30 anos nas relações civis-militares, exacerbando um problema histórico que nos acompanha desde o nascimento da República e que parecia bem encaminhado a partir dos anos 1990. Se não for revertido pelo próximo presidente (na hipótese de um candidato ou candidata de oposição ser eleito em outubro próximo), este processo poderá comprometer não somente a democracia, como a imagem das Forças Armadas e, em última instância, a própria segurança nacional. Estas foram as principais conclusões deste webinar que contou com as participações de dois militares na reserva e um dos principais estudiosos do tema no país.

“A questão que se coloca é se a recente turbulência nas relações civis-militares é apenas um espasmo conjuntural ou pode significar algo mais duradouro? Creio tratar-se de algo conjuntural. A boa relação civil-militar implica que haja controle civil das Forças Armadas e que elas se dediquem, em primeiro lugar e acima de tudo, à proteção da pátria, evitando a politização”, disse o **Almirante Antônio Ruy de Almeida**, ex-diretor

da Escola de Guerra Naval e atual membro do Grupo de Avaliação da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (GACINT/USP).

“A partir de 1990, com a posse do presidente Fernando Collor de Mello, eleito democraticamente, iniciou-se um período virtuoso em termos de fortalecimento do controle civil sobre os militares e retirada dos militares da política. Em 2018, com a nomeação pelo ex-presidente Michel Temer do General Joaquim Silva e Luna para o cargo de ministro da Defesa, houve um claro retrocesso, aprofundado durante o atual governo. Caso um candidato ou uma candidata da oposição seja eleito em outubro próximo, ele ou ela terá muito trabalho para novamente remover os militares da arena política”, disse o cientista político **Octavio Amorim Neto**, professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), da Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.

“É fato que temos hoje um protagonismo dos militares no governo federal, mas trata-se de uma anomalia passageira, vinculada

a um personagem, que é o atual presidente da República. Com uma ação responsável, os futuros governantes colocarão as coisas no seu devido lugar", disse o **General Francisco Mamede de Brito Filho**, que foi chefe do Centro de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e comandou o 16º Contingente Brasileiro na Missão de Paz para Estabilização do Haiti (Minustah).

Segundo o Almirante Ruy de Almeida, houve importantes avanços nas relações entre as autoridades civis e militares desde a redemocratização, mas ainda há muito a ser feito para consolidar um projeto de defesa nacional sólido e consistente sob comando do poder político: "É fundamental que não se crie um clima contra as Forças Armadas e que elas não sejam enfraquecidas, pois então a segurança do próprio Estado brasileiro estaria comprometida."

A Constituição Federal, cujo guardião é o Supremo Tribunal Federal, e as instituições que exercem controle sobre a máquina governamental, como o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União, são os instrumentos à disposição do poder civil democraticamente eleito para reforçar seu controle sobre as Forças Armadas, afirmou Brito Filho.

"São eles que têm condições de avaliar se a participação dos militares na administração pública está dentro da legalidade ou é excessiva. Na minha visão, a presença de mi-

lítares da ativa em cargos de natureza civil não é adequada. Já os militares da reserva são cidadãos comuns e podem participar de governos ou do parlamento, pois já não têm nenhum poder sobre o aparato de defesa do Estado", disse o General.

Para Amorim, a presença de militares em cargos de diversos escalões do governo federal não é somente uma questão legal e constitucional, mas um problema eminentemente político: "A consequência desta excessiva participação dos militares no dia a dia da política não é apenas ruim para a democracia, mas também para as Forças Armadas, pois a legitimidade delas junto à população pode se ver ameaçada."

O cargo de ministro da Defesa foi criado em 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e durante seu governo e os de seus sucessores, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, sempre foi ocupado por um civil, incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, articulando as ações que envolvam estas instituições. "A presença de um civil à frente do Ministério da Defesa é um símbolo importante do controle civil sobre as Forças Armadas", explicou o cientista político.

"O ministro da Defesa deve ser civil ou militar? O fundamental é que seja um bom ministro, mas tendo a concordar que o cargo exige atributos que são mais específicos do setor

civil e do universo político, pois é importante que o ministro tenha uma boa articulação com outros órgãos e instâncias de governo e com os Poderes Legislativo e Judiciário. Como exemplo de ministros bem sucedidos, cito o Nelson Jobim e o Raul Jungmann, muito respeitados tanto pelos civis como pelos militares", disse o General Brito.

Defesa Nacional requer mais participação civil

Os três palestrantes concordaram que representantes da sociedade civil e de outros ministérios e poderes do Estado devem ter uma participação mais ativa na elaboração de documentos básicos relacionados à defesa nacional, como o Livro Branco de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa.

"A defesa nacional é um conceito multidisciplinar e a definição de suas prioridades está atualmente muito nas costas somente dos militares e das Forças Armadas. Além dos demais ministérios envolvidos nos assuntos de defesa, deve haver uma participação efetiva de deputados e senadores e também de membros de outros órgãos públicos, do Poder Judiciário e de especialistas ligados a centros de estudos estratégicos de instituições públicas e privadas. Na próxima revisão desses documentos, é importante que todos os segmentos deem sua contribuição", disse o General Brito Filho.

"Os militares devem informar tecnicamente aos governantes e à sociedade quais são as condições adequadas para garantir a segurança da pátria, mas quem define o nível de segurança desejável ou até mesmo o nível de insegurança aceitável é a sociedade, através de seus representantes eleitos pelo povo. O desafio é equilibrar o máximo de segurança militar sacrificando o mínimo possível de outros valores sociais", disse o Almirante Ruy de Almeida. Para o ex-diretor da Escola de Guerra Naval, o envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira é fundamental para criar uma sólida cultura de defesa nacional.

"A negligência civil em relação aos assuntos militares é impressionante. O Brasil não é um país irrelevante, temos ambições legítimas como o desejo, expresso até recentemente, de termos uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para isso, precisamos de Forças Armadas profissionais, bem estruturadas e equipadas", disse Octavio Amorim.

Segundo o cientista político, os presidentes anteriores a Bolsonaro 'foram tímidos ao vestir o manto de comandante-em-chefe das Forças Armadas' e os futuros governantes do país devem assumir este importante papel com mais convicção. "É fundamental que sinalizem claramente à sociedade que são eles que estão no comando e que convoquem o Conselho de Defesa Nacional com maior frequência, de maneira a criar oportunidades para

militares e civis se conhecerem e interagirem no mais alto nível decisório", afirmou.

Amorim destacou a importância da criação da carreira de analista civil na estrutura do Ministério da Defesa. "Ter uma burocracia civil de alto nível dentro do Ministério da Defesa, ao lado da burocracia militar, vai nos permitir ir muito mais longe no controle civil das Forças Armadas. As resistências são grandes e, para que isso seja possível, o presidente deve se envolver diretamente e enviar um Projeto de Lei ao Congresso propondo a criação desse cargo e definindo orçamento para isso", disse o professor da FGV.

STF deve dar interpretação definitiva sobre o artigo 142 da Constituição

Segundo Brito Filho, o plenário do Supremo Tribunal Federal deve julgar o quanto antes a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em que o partido solicita à Corte que esclareça a missão constitucional das Forças Armadas, expressa no artigo 142 da Constituição.

"Vemos um recorrente apelo, a meu ver equivocado, sobre um suposto poder moderador atribuído às Forças Armadas no artigo 142 da Constituição. Como guardião da Carta Magna, o Supremo deve dar uma interpretação definitiva sobre a missão constitucional das Forças Armadas. O ministro Luiz

Fux já se manifestou a respeito, rejeitando a interpretação de que caberia às Forças Armadas o poder de árbitro de última instância dos conflitos políticos. Esse poder cabe ao próprio STF. Já a moderação dos conflitos é papel dos mecanismos de freios e contrapesos, baseados na independência entre os Poderes. Agora cabe ao plenário se posicionar sobre o assunto, encerrando a controvérsia", concluiu o General da reserva.



Otávio Dias



30/08/2022



Assista!

4. Evangélicos na política: representatividade e poder

A presença cada vez maior dos evangélicos na sociedade brasileira e sua crescente influência eleitoral e política vêm ganhando destaque no debate público há algumas décadas e, especialmente, a partir das eleições presidenciais de 2018, quando esse segmento foi decisivo para a eleição de Jair Bolsonaro. Deixando de lado os preconceitos e as generalizações que não raro acompanham esse debate, a Fundação FHC realizou um webinar com três especialistas na área, que contribuíram com suas vivências e pesquisas para um diálogo que ajude a compreender esse fenômeno em expansão.

O crescimento dos evangélicos: de 1990 a 2018

“Em 1990, já identificávamos o aumento da presença do segmento evangélico na vida pública – não só na prática religiosa, mas na cultura e consequentemente na política”, disse **Ana Carolina Evangelista**, diretora executiva do Instituto de Estudos da Religião (ISER). A pesquisadora apresentou um panorama histórico a partir de uma pesquisa realizada pelo ISER, no Rio de Janeiro, na década de 1990.

“Nos anos 1990, já falávamos em um país em transição religiosa, com uma maioria católica não-praticante e um crescimento mais intenso no segmento evangélico, significativamente praticante. Verificamos uma predominância dos pentecostais, com esmagadora presença nas áreas periféricas urbanas, bem como a participação marcante das mulheres nesse recorte. Naquele momento, dizíamos que quanto mais pobre era o território, menos católico e mais pentecostal ele se tornava. O universo praticante também já era um alvo primordial em períodos eleitorais”, disse Evangelista.

Desde então, ressaltou a diretora executiva do ISER, a Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, despontou como uma força eleitoral e política: “Se o candidato a algum cargo legislativo é membro da Igreja Universal, já aparece como uma orientação de voto importante, pois 95% dos membros da igreja votam em candidatos da própria igreja.”

Nos anos 1990, configurou-se a denominada ‘bancada evangélica’. “O que vimos nos últimos anos é que a bancada evangélica ganhou outra escala, com uma visibilidade

maior, uma agenda definida, articulações com outras bancadas, temáticas e partidárias, e uma organicidade que vai crescendo.”

Na última década, também verificou-se uma reação conservadora aos movimentos feministas e LGBTQIA+, com uma maior articulação das forças evangélicas no âmbito do Congresso Nacional. “Desde 2018, há a vitória de uma agenda mais conservadora, punitivista, intolerante e moralista. Não é apenas uma identificação a partir de pautas morais, mas de valores e moralidades cristãos de forma mais ampla, como investimento na família, empreendedorismo e liberdade religiosa”, explicou.

“Por fim, vemos líderes e movimentos não religiosos usando a religião como retórica e como recurso discursivo, como forma de ampliar o alcance e a conexão com os segmentos sociais mais conservadores”, concluiu a pesquisadora.

Por que os evangélicos apoiaram Bolsonaro?

Antônio Carlos Costa, jornalista, teólogo e fundador da ONG Rio de Paz, foi pastor por 35 anos e, no início de sua exposição, criticou o apoio de boa parte da comunidade evangélica, sobretudo de seus líderes, ao governo Bolsonaro. “Essa aliança que as igrejas evangélicas fizeram com o bolsonarismo deixa em estado de perplexidade aqueles que conhecem a mensagem de Cristo. O

Evangelho no Brasil foi associado a um estado de exceção, a uma cultura belicista.”

Como os evangélicos brasileiros puderam dar apoio quase maciço a Jair Bolsonaro? O teólogo levantou cinco possíveis respostas para a questão:

- “Os homens e mulheres que superlotam os templos evangélicos são – antes de serem evangélicos – brasileiros; eles reproduzem a nossa cultura em sua vivência religiosa. E o Brasil é um país do patrimonialismo, do mandonismo, do nepotismo, da banalização da vida humana”;
- Em conexão a isso, há os limites da própria pregação, frequentemente de baixa qualidade e baseada em preconceitos: “Os pastores pregam mais a moralidade do que o próprio Evangelho”;
- As igrejas evangélicas brasileiras são influenciadas por setores do protestantismo norte-americano associados à direita ultraconservadora, que tomou conta do Partido Republicano;
- Os equívocos da esquerda brasileira, como o envolvimento com a corrupção e a sua dificuldade em lidar com o problema de segurança pública, que afeta sobretudo as comunidades mais pobres, onde vivem muitos evangélicos;

- Dinheiro e popularidade: "Hoje, pregar contra a aliança que o pentecostalismo fez com o bolsonarismo significa perder espaço na sua denominação, não falar mais em congressos, não vender mais livros e perder seguidores nas redes sociais."

Direita religiosa ganhou força no governo Bolsonaro

"Nas últimas eleições presidenciais, em números absolutos, os evangélicos deram 11 milhões de votos a mais a Bolsonaro. Isso foi decisivo. Acabamos 2018 assustados", disse **Ronaldo de Almeida**, coordenador do Laboratório de Antropologia da Religião da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ele traçou um panorama dos últimos quatro anos, iluminando a presença das religiões no atual governo.

"O governo Bolsonaro tem sido um espaço prático de sinergia entre diferentes religiosos conservadores. Estamos acostumados a falar em direita católica, direita evangélica, judeus conservadores etc. Mas deveríamos falar em direita religiosa. Isso não é um fenômeno novo, mas ele foi potencializado pelo atual governo. A direita religiosa vem se tornando um *player* estável, que produz pautas comuns, discursos comuns, interação entre diferentes atores e a geração de uma face pública: Jair Bolsonaro", disse o pesquisador do Cebrap.

Hoje, as pesquisas ainda indicam uma vantagem de Bolsonaro no segmento evangélico, porém é diferente daquela encontrada em 2018. Ronaldo levantou três hipóteses para esta situação:

- "O comportamento do atual presidente, que tem se mostrado um farasante do ponto de vista religioso";
- "A memória do Lula e o investimento dos partidos, desde então, em conversar com os evangélicos, que antes eram marginalizados pela esquerda";
- "A reação do movimento evangélico de esquerda, que começou a se posicionar e a oferecer narrativas contra o discurso hegemônico de direita."

O doutor em antropologia também buscou reforçar um aspecto por vezes negligenciado dos debates, que é o olhar sobre os católicos: "Quando olhamos para 2018, os católicos haviam se dividido (entre os dois candidatos finalistas no segundo turno). Agora, dão uma margem de vantagem a Lula e uma rejeição forte a Bolsonaro. O que eu acho interessante é que no universo católico há mais aderência à democracia."

Quais seriam as veias pelas quais a oposição poderia buscar uma aproximação com os católicos mais moderados? "Primeiro, o papa Francisco tem sido um contraponto político a Bolsonaro. Também a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem tomado uma atitude crítica em relação ao presidente – em alguma medida isso pode descer ao católico paroquial. Por fim, há um catolicismo que dialoga com um Brasil profundo e pobre, cujo contradiscorso é menos focado na moralidade e mais nas chaves da solidariedade, da necessidade. O PT tem uma história antiga com esse enraizamento mais popular.”

Um ‘zoom’ na bancada evangélica

Ana Carolina Evangelista foi convidada a fazer um detalhamento da chamada ‘frente parlamentar evangélica’ – qual seria seu tamanho real?; ela pensa e vota de maneira homogênea? “Hoje, vemos nos noticiários que a frente parlamentar evangélica é composta por 203/4 deputados. Mas menos da metade dessa frente é de parlamentares que possuem de fato uma identidade evangélica”, disse.

“Quando a frente quer propor uma agenda e mostrar o seu peso e o seu poder, ela fala como frente, com o seu número total de assinaturas. Mas é importante fazer um ‘zoom’. Os parlamentares que, de fato, tem uma identidade evangélica e mobilizam pautas a partir de sua identidade religiosa são algo entre 90 e 100, sendo que um terço destes de fato propõe leis e participa de comissões temáticas”, explicou.

Finalizando o debate, Sergio Fausto, diretor geral da Fundação FHC e mediador do

evento, indagou se haveria a chance de um jogo mais equilibrado entre conservadores e não-conservadores no campo religioso, que fosse menos atravessado pelo bolsonarismo.

“Eu tenho a esperança de que os próximos anos sejam marcados, no âmbito do protestantismo brasileiro, por muitas manifestações públicas de arrependimento pelo apoio dado ao atual presidente. Quando essas igrejas tomarem consciência, os verdadeiros cristãos que embarcaram nesse devaneio vão experimentar uma dor profunda”, concluiu Antônio Carlos Costa.



Isabel Penz



14/06/2022



Assista!

5. Religião, Democracia e Educação no Brasil: ‘é preciso debater o tema para superar a polarização’

“A presença da questão religiosa no espaço público brasileiro é um fato incontornável, que obriga a uma revisão nas relações entre religião e política, para resguardar tanto a liberdade religiosa como a democracia”. Assim o sociólogo

Bernardo Sorj abriu o evento de lançamento do livro “Religião, Democracia e Educação no Brasil”, a mais recente publicação da Plataforma Democrática – iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (RJ). O livro, organizado por Sorj e pelo cientista político Sergio Fausto, diretores do projeto Plataforma Democrática, traz textos de oito autores sobre as relações entre religião e educação em uma democracia como a brasileira, onde a separação entre Estado e religião é assegurada pela Constituição, mas a influência da religião na política é crescente.

“O tema que nos toca analisar é complexo e remonta às nossas origens enquanto nação. O ensino religioso é um ingrediente a mais a tensionar o cotidiano da escola e, ao redor disso, há muitas pesquisas e opiniões bem fundamentadas, contra e a favor”, disse **Elcio Cecchetti**, coordenador do Fórum Nacional

Permanente do Ensino Religioso (Fonaper).

Ensino religioso no Brasil: uma visão histórica

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Elcio integrou a equipe de redatores da área de Ensino Religioso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em sua fala, ele apresentou uma visão histórica das relações entre educação e religião no Brasil.

“No Império, ser cidadão significava ser católico e toda a educação era religiosa (e católica). À medida que as ciências avançaram, a religião foi perdendo espaço e se condensando em uma disciplina”, explicou. A fórmula da facultatividade (a não obrigatoriedade) da aula de ensino religioso – presente até hoje na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nasceu no final do Império e foi retomada em todas as Constituições da República, exceto na primeira. A fórmula da facultatividade ajudou os legisladores a não desagravar a nenhum dos lados.”

A questão do ensino religioso voltou à tona na Assembleia Constituinte de 1987-88 e o interesse foi tão grande que o assunto foi o segundo em termos de assinaturas e manifestações populares durante o processo constituinte. O ensino religioso foi, então, incluído no primeiro parágrafo do artigo 210 da Constituição Federal de 1988.

“É a única disciplina escolar prevista explicitamente na Constituição e, para compreender esse fato inusitado, só olhando para a história. Permanecem na sociedade brasileira aqueles que, de um lado, defendem a sua inclusão, e de outro, buscam a exclusão completa desse componente”, disse.

Nos anos 1990, surgiu uma ‘terceira via’ que passou a defender a ideia de converter o ensino religioso em um componente curricular com uma identidade pedagógica, e não eclesiástica, proposta que veio a se configurar no Fonaper, o fórum que Elcio Cecchetti coordena. Hoje, essa terceira via se mantém como perspectiva oficial no âmbito do currículo escolar.

“Pela primeira vez na história da República, temos atualmente um currículo de ensino religioso não-confessional, homologado, servindo de referência para todos os sistemas de ensino (embora seja facultativo para as escolas privadas). Há uma tentativa de equilibrar a laicidade da escola pública ao preceito de inclusão e respeito à diversidade, a partir de uma abordagem pedagógica”, salientou o educador, acerca do texto da BNCC.

O Brasil é de fato um Estado laico?

A advogada **Joana Zylbersztajn**, sócia da Veredas – Estratégias em Direitos Humanos e colaboradora da Comissão Dom Paulo Evaristo Arns de Direitos Humanos, abordou o tema da laicidade do Estado brasileiro, sobre o qual escreveu um livro. “Esse debate é muito tensionado por paixões e opiniões e, às vezes, muito pouco acadêmico. Sentimos falta de alguns conceitos mais sólidos, pois os termos são usados de acordo com os interesses do interlocutor”, disse.

Segundo a autora do livro ‘A laicidade do Estado brasileiro’ (Verbena Editora, 2016), é preciso definir melhor termos como secularismo, laicismo, ateísmo e deísmo. Acerca da laicidade, a advogada apresentou a definição encontrada na ‘Declaração Universal da Laicidade no Século XXI’, apresentada no Senado francês em 2005 por ocasião do centenário da separação entre Estado e Igreja na França.

“Segundo esse documento, a legitimação do poder já não está mais em Deus, mas no povo. Seus autores também falam em liberdade de consciência e prática, ou seja, a liberdade, inclusive religiosa, é um elemento constitutivo da laicidade – que não é contra a religião, pelo contrário, absorve a religiosidade. A ideia de laicidade também trabalha com a ideia de imparcialidade, ou seja, não há uma religião melhor do que a outra”, explicou.

Para a especialista, a Constituição Federal de 1988 não declara textualmente que o Brasil é um Estado laico, embora em diversos trechos da Carta Magna haja referências à separação entre religião e Estado: “Falamos com tranquilidade que o Brasil é laico, pois há diversos elementos da laicidade em sua Constituição: o artigo 1º fala em democracia, o artigo 5º fala em liberdade e em igualdade, o artigo 19 fala em separação de Estado e religião. Podemos, portanto, falar que o país é constitucionalmente laico. O que não significa que ele seja laico na prática. Há países que não são formalmente laicos, mas na prática social e política podem ser mais laicos do que países que definem a separação entre Estado e religião.”

Joana lembrou que até o Império o Brasil era um país confessional, católico e, na primeira Constituição da República, houve uma tentativa de exclusão de qualquer religiosidade da esfera pública. Mas, no desenvolvimento posterior da sociedade brasileira, os elementos de religiosidade ressurgem com força. “Isso parte de uma compreensão de que não é possível excluir a religiosidade de forma completa da vida pública, pois ela faz parte da sociedade”, disse.

“Há toda uma preocupação, que não é de ordem religiosa, sobre pluralidade e diversidade na escola. Isso não tem a ver com ensino religioso, e sim com valores morais e éticos que estão na Constituição. Na realidade temos duas coisas distintas que foram amalgamadas: de um lado, valores cívicos, éticos e cidadãos; e uma outra matéria, que é o ensino religioso, ou o ensino sobre religiões, que é fundamental e deveria integrar a área de humanidades.”

Joana Zylbersztajn disse que o debate franco e amplo é o melhor caminho para superar a polarização em torno do assunto. “Fortalecer a laicidade do país é um desafio histórico. Mas, assim como em todos os outros direitos fundamentais, não se conquista o objetivo último de uma hora para a outra. Precisamos ser honestos com a situação em que vivemos. Este não é um assunto resolvido e há muito o que fazer para que atinjamos a laicidade real. Temos que rever nossos próprios preconceitos e restrições.”

“A laicidade nunca é uma violência. É uma violência apenas para um grupo: as pessoas antidemocráticas”, concluiu Bernardo.

Diversidade e pluralidade na educação

Em sua intervenção final, Bernardo Sorj buscou estabelecer uma distinção entre os temas da diversidade e da pluralidade e o ensino da religião, no contexto da BNCC.

 Isabel Penz

 31/05/2022



Assista!

6. Os direitos humanos sob ataque: como resistir a retrocessos e retomar a iniciativa

Em setembro de 2021, completaram-se 25 anos do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos. Desde a redemocratização, o tema vem sendo um divisor de águas na política do país, e suas conquistas das últimas décadas tornaram-se um dos principais alvos do bolsonarismo. Os direitos humanos estão em crise enquanto “gramática” — apropriada cada vez mais por grupos conservadores — e enquanto “utopia de transformação social”, revelando aspectos de uma democratização incompleta no Brasil. Como atualizar e avançar nesta agenda? Quais são as suas novas fronteiras?

A Fundação FHC convidou quatro nomes para discutir esses desafios e seus possíveis desdobramentos no futuro — **Denise Dourado Dora**, advogada e diretora regional da ARTIGO 19; **Oscar Vilhena Vieira**, diretor da FGV Direito SP e professor de Direito Constitucional e Direitos Humanos; **Paulo Sérgio Pinheiro**, professor do departamento de Ciência Política da USP e presidente da Comissão Independente Internacional da ONU; e **Thiago Amparo**, advogado e professor da FGV Direito SP e da

FGV Escola de Relações Internacionais, além de colunista da Folha de S.Paulo.

“Muitas pessoas devem se perguntar: como é que chegamos até aqui? O que está acontecendo com o Brasil? Onde é o final do túnel, o fundo do poço?”, disse Denise Dourado Dora, abrindo o evento. “Revelou-se um Brasil profundo e extremamente violento, racista e desigual, que aceita a ideia de que há pessoas merecedoras de direitos, cuidados e proteção do Estado, e outras que podem ser atacadas e mortas”.

A gramática dos direitos humanos no Brasil

“Os direitos humanos estabelecem uma espécie de gramática de justiça para a sociedade, que tem como primado que todas as pessoas devem ser objeto de igual respeito e consideração. Esse campo vive em constante tensão em uma sociedade que se estrutura a partir de uma ordem hierarquizada, discriminatória, e na qual a violência foi sempre o meio de solução de conflitos”, explicou Oscar Vilhena.

O diretor da FGV Direito SP argumentou que o fim do regime militar não significou o início da universalização dos direitos humanos no Brasil, e que diversos enclaves autoritários persistiram e promoveram esse tensionamento. “Bolsonaro não é uma invenção de hoje, o discurso antidireitos humanos existe desde o primeiro momento da redemocratização. A insuficiência de avanços na questão da desigualdade social e da segurança pública, por exemplo, abriu muitas arestas e espaços que foram explorados por grupos radicais e contrários aos direitos humanos”, colocou.

“Conseguimos construir uma política de Estado de direitos humanos, especificamente a partir do governo FHC até o governo Dilma Rousseff. Antes de chamar a atenção para as dificuldades do presente, devemos reconhecer que a transição democrática ajudou imensamente nessa caminhada”, ponderou Paulo Sérgio Pinheiro. O presidente da Comissão Independente Internacional da ONU acredita que um dos aspectos que caracteriza a situação atual é a incompletude da democracia no Brasil. “Apesar desse avanço, não barramos o autoritarismo socialmente implantado, a violência contra as mulheres e as crianças, o trabalho escravo, o racismo. E não estamos sozinhos nesse retrocesso dos direitos humanos — em todo o mundo, em grandes democracias consolidadas, se experimentam problemas similares”, lembrou.

Três aspectos da crise

Thiago Amparo, pesquisador visitante na *New York University*, sintetizou a crise dos direitos humanos em três aspectos. Primeiro, reitera a já mencionada “democratização incompleta” — caracterizada por uma sociedade que ainda precisa enfrentar os legados do regime militar. Também está em discussão a ideia dos direitos humanos como utopia possível, capaz de estimular a movimentação social. “Não são as grandes organizações de direitos humanos que estão colocando as pessoas para protestar na rua. São os movimentos feministas, antirracistas e em defesa do clima. Esses são aspectos dos direitos humanos, muitas vezes não chamados assim, que enriquecem essas utopias”, disse o pesquisador.

“Há também uma crise de direitos humanos como gramática, até porque muitas vezes essa gramática é utilizada para restringir direitos — por exemplo, a cooptação do termo ‘liberdade’ para defender liberdade de matar, de contaminar na pandemia, de ter acesso a uma arma de fogo. Percebemos que a gramática de direitos humanos tem sido cooptada por grupos conservadores de extrema direita”, concluiu Amparo.

Esse último aspecto foi enfatizado por Oscar Vilhena: “Há 30 anos, quem era contra os direitos humanos falava simplesmente que era contra. Hoje dizem que tem uma interpretação distinta dos direitos humanos. É uma apropria-

ção indevida e paradoxal, de direitos humanos com exclusão do outro”.

Uma nova fronteira

Em sua fala, Denise Dourado Dora deu ênfase aos direitos das mulheres: “Uma boa parte dos direitos humanos é inspirada em doutrinas cristãs, no seu sentido positivo, como a ideia do respeito ao próximo. Mas muitas leis, especialmente as que nos governam na América Latina, baseiam-se no pior aspecto das doutrinas cristãs: a ideia da subordinação dos corpos femininos. E acho que esse é o fundamento pelo qual a integridade corporal das mulheres não é tomada como um elemento essencial da gramática dos direitos humanos.”

A diretora regional da ARTIGO 19, uma organização não-governamental de direitos humanos, lembrou o caso da Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criou mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Embora tenha sido uma vitória constitucional no campo dos direitos das mulheres no Brasil, seus desdobramentos foram assimétricos.

“No momento em que a lei começa a ser implementada nas delegacias para mulheres, ela também foi traduzida de forma discriminatória. A violência contra as mulheres brancas teve um decréscimo, mas contra as mulheres negras aumentou. Por que uma lei que deveria proteger faz aumentar a vulnerabilidade de

um determinado grupo social?”, disse Dora.

“É complexo pensar na ideia dos direitos humanos como uma política de Estado, e no que acontece quando tentamos, efetivamente, implementá-los. Como eles são vivenciados por diferentes setores da sociedade? Quando a discussão sobre direitos humanos se aproxima de questões concretas e que envolvem mobilização social, ela muda e se refina. Talvez pensar nas políticas de Estado contemplando as experiências concretas seja a nova fronteira para avançar na agenda dos direitos humanos”, concluiu.

Reformas, discurso contra-intuitivo e impulsionamento da agenda

Com relação à contínua violência no país, que reformas no aparato de segurança seriam importantes e decisivas para que possamos avançar? Paulo Sérgio Pinheiro foi categórico ao afirmar que a reforma fundamental é a desmilitarização da polícia. “Também precisamos lutar contra o racismo nas polícias militares. Nós temos soluções, mas o obstáculo é o funcionamento das forças políticas, que acham que ao aderirem a essa política de extermínio das populações negras resolvem o problema da violência”, argumentou.

A reforma das polícias, a desmilitarização e outras pautas de direitos humanos falham em avançar, mesmo sob a liderança de governos progressistas. Talvez o problema esteja na forma com que o discurso dos direi-

tos humanos se apresenta, explicou Oscar Vilhena: "Os direitos humanos trazem uma mensagem contraintuitiva. Todas as pesquisas apontam que quanto mais uma polícia for respeitosa maior será sua eficácia. Assim como quanto menos armas tiver circulando na população, mais segura estará a população. Isso, no entanto, não é intuitivo. É difícil explicar para uma pessoa que tem medo da violência que ela não estar armada é melhor pra ela. É difícil dizer que uma polícia respeitadora é melhor que uma polícia que agride violentamente os criminosos".

Uma possível solução para esse desafio seria dar ênfase a razões distintas para impulsionar essa agenda. "Temos de ser capazes de formular uma defesa que conjugue argumentos de natureza moral e de natureza utilitária. Em uma sociedade mais igualitária o mercado funciona melhor, pois amplia-se a base de consumidores e as empresas lucram mais. Devemos defender os direitos humanos porque eles são moralmente defensáveis, mas também porque são eficientes em criar uma sociedade mais estável, mais afluente e melhor para se viver", propôs Vilhena.

Como exemplo de medida bem sucedida, ele citou a instalação de câmeras nos uniformes das polícias: "Ao modernizar as polícias, treinar e colocar uma câmera nos uniformes, cai o número de crimes praticados pelos policiais, sem que isso gere um aumento dos homicídios de maneira geral", concluiu.

Conjuntura de forças e o futuro dos direitos humanos

Thiago Amparo destacou a pesquisa 'Pulso Brasil', realizada pela Ipsos em 2018. Embora o estudo tenha revelado que 2/3 dos brasileiros pensam que "os direitos humanos defendem mais bandidos que vítimas", em uma pergunta de resposta espontânea — na qual não há alternativas pré-estabelecidas — 21% afirmaram que direitos humanos significam "igualdade de direitos" ou de tratamento para ricos e pobres, brancos e negros.

"Do ponto de vista dos costumes, existe uma crescente aceitação das pautas LGBTQIA+, do direito das mulheres, do aborto, e isso é possível graças a uma grande mobilização nessas áreas. Percebemos que essas pautas estão na agenda da sociedade e são cada vez mais aceitas, embora sofram resistências fortes. O futuro dos direitos humanos depende de se olhar cada vez mais para isso", disse Amparo.

O colunista da Folha de S.Paulo concluiu o evento com uma mensagem de esperança: "Sim, há uma crise nos direitos humanos e na democracia, mas não há outra alternativa senão o reconhecimento de que todas as pessoas têm direitos iguais. É importante cada vez mais diversificar os direitos humanos e garantir maior distribuição de poder econômico, político e social, para que possamos construir uma sociedade melhor".

 Isabel Penz

 28/09/2021



Assista!

7. Como as democracias morrem: os desafios do presente

O cientista político norte-americano **Steven Levitsky** — coautor de 'Como as democracias morrem', livro já clássico lançado em janeiro de 2018, em parceria com Daniel Ziblatt — optou por dar início com um toque de otimismo a este encontro realizado pela Fundação FHC e pela RAPS - Rede de Ação Política pela Sustentabilidade: "Embora exista hoje um consenso de que vivemos um período de declínio democrático global, creio que a democracia tem sido surpreendentemente resiliente no século 21", disse.

"De acordo com a ONG *Freedom House*, o mundo vive 16 anos consecutivos de recessão democrática e ressurgência autoritária. Mas vamos olhar os números. O instituto europeu V-DEM acaba de publicar um relatório chamado 'Democracy at Dusk?', segundo o qual em meados dos anos 2000 havia 93 democracias no mundo, enquanto hoje há 89 democracias, apenas quatro a menos. Já a *Freedom House* vê um declínio de 7 democracias nesse período", disse.

"É significativo, mas há mais democracias hoje no mundo do que no final dos anos 1980, quando, segundo o V-DEM, havia ape-

nas 40 democracias no planeta. Depois da Queda do Muro de Berlim (1989), esse número subiu para 60. Em 2000, havia 87 democracias. Hoje existem 89. Portanto, ainda vivemos o período mais democrático da história da humanidade", afirmou o professor da *Harvard University*.

Segundo Levitsky, três fatores explicam esta 'notável resiliência democrática':

1. O Ocidente democrático passa por um período de baixa estima, mas não está fora do jogo – "Os EUA e a Europa ainda são parceiros mais atraentes do que a Rússia e a China para muitos países";

2. Ainda não surgiu uma alternativa legítima à democracia, diferentemente dos anos 20 quando o comunismo e o fascismo pareciam ser uma alternativa – "Não há um modelo russo que líderes e movimentos ao redor do mundo estejam tentando copiar e muitos autocratas amariam replicar o modelo de desenvolvimento chinês, mas isso não é nada fácil";

3. As novas autocracias sofrem das mesmas fragilidades que as democracias mais recentes,

como corrupção, criminalidade e desemprego – “Quando não resolvem esses problemas, enfrentam descontentamento popular e caem”.

“Para os latino-americanos, por exemplo, a democracia ainda é a alternativa menos ruim, ou o mal menor, como se diz na região. Eles não gostam de seus líderes políticos, desconfiam das instituições democráticas, mas gostam de eleições competitivas em que podem não somente escolher seu futuro presidente como expulsar do poder os maus governantes. Nenhum outro regime existente lhes garante essa possibilidade”, disse o cientista político.

“Mas o meu otimismo termina aqui, pois autocratas, ou candidatos a autocratas, têm conseguido chegar ao poder por meio de eleições democráticas com mais frequência nas últimas décadas, inclusive na América Latina. Esses líderes são, em geral, *outsiders* e/ou populistas que buscam mobilizar parcelas da população contra o sistema político como um todo”, lamentou o palestrante.

“O populismo não é a única forma como as democracias morrem, mas está se tornando a principal causa, especialmente na América Latina. Este não é um fenômeno novo na região, mas está se tornando prevalente”, continuou Levitsky, que chamou a atenção para o fato de que, em praticamente todas as eleições latino-americanas ocorridas nos últimos quatro anos, pelo menos um dos finalistas, quando não os dois, foram candida-

tos que se apresentaram como antissistema e/ou populistas.

“Nem todos os governantes latino-americanos eleitos recentemente são populistas, assim como nem todos atacarão a democracia, mas o padrão é claro: *outsiders* estão derrotando *insiders* em toda a região e a maioria deles está vencendo com um discurso de ataque ao *establishment*. A história nos mostra que teremos mais crises institucionais no futuro”, alertou.

O populismo é uma ameaça à democracia?

Levitsky definiu populismo como um movimento antielitista, em que o líder, em geral uma personalidade carismática que se comunica de maneira simples e direta, acusa os políticos e os partidos tradicionais de serem corruptos, oligárquicos e pouco representativos dos desejos do povo, prometendo varrê-los do cenário em nome de uma democracia autêntica.

Segundo o palestrante, governantes populistas quase sempre representam uma ameaça à democracia por um conjunto de motivos:

- Em geral são *outsiders*, e os *outsiders* não têm compromisso com as instituições da democracia liberal;
- Diferentemente dos políticos profissionais, acostumados a participar de negociações e a formar coalizões, os

populistas não têm paciência para conviver com as premissas da democracia, como respeitar os Poderes Legislativo e Judiciário, lidar com a oposição, a sociedade civil e mídia;

- Durante suas campanhas, eles prometem acabar com um sistema que afirmam ser corrupto e pouco representativo, por serem controlados por uma elite política e econômica insensível às necessidades do povo;
- No poder, eles percebem que terão de conviver com as instituições que tanto criticaram, em geral controladas por uma elite política, administrativa e jurídica formada durante décadas de exercício nos moldes da política tradicional.

“Ao receberem das urnas um mandato bastante radical, os líderes populistas têm um forte incentivo para atacar frontalmente as instituições democráticas, seja tentando enfraquecer o Congresso, alterar a formação dos tribunais ou até mesmo reescrever a Constituição”, disse.

Com apoio da população, os populistas com frequência vencem essa confrontação e acabam concentrando muito poder por um longo período: “Vimos isso com Perón, na Argentina (sobretudo nos anos 1940 e 1950); no Peru, com Fujimori (de 1990 a 2000); e com Chávez, na Venezuela (de 1999 a 2013).” Nicolás Maduro, sucessor de Chávez, segue no poder até hoje.

Oferta de *outsiders* e populistas está aumentando na América Latina

Segundo Levitsky, a demanda por populismo na América Latina existe há muito tempo, devido à crônica desigualdade social, ao fosso existente entre as elites e os cidadãos comuns e, sobretudo, devido à incapacidade do Estado de prover saúde, educação e desenvolvimento e garantir moradia, transporte e segurança, entre outras tarefas básicas.

Mas, segundo ele, o que há de novo é o que está acontecendo do lado da oferta: “É muito mais fácil ser populista hoje do que era há 40 ou 50 anos atrás. E o motivo é que os *establishments* políticos, que exerciam um efeito moderador na política, mantendo as ideias mais radicais fora da agenda, estão se enfraquecendo em todo o mundo e também na América Latina.”

Entre as instituições do sistema político que mais têm sofrido nas últimas décadas, ele destacou três:

1. Os partidos políticos – “Por décadas, ele funcionaram como portões de entrada para a política, ao escolher e lançar os candidatos, filtrando assim os *outsiders* e os mais radicais”;
2. Os grupos de interesse como associações empresariais e uniões sindicais – “Elas sempre foram uma fonte importante de apoio político, logístico e financeiro aos candidatos, fossem eles de direita ou de esquerda”;

3. Os meios de comunicação, como as emissoras de rádio e TV e os grandes jornais – “O acesso à mídia, que no século 20 era restrita a alguns veículos que tinham grande poder, sempre foi fundamental para os candidatos atingirem os eleitores”.

“Eu não sou Noam Chomsky e não acho que essas organizações constituam um bloco monolítico. Mesmo dentro do *establishment* há pluralismo e competição. Mas, apesar das diferenças, o *establishment* impõe alguns parâmetros para o exercício da política, tanto em termos de substância como de estilo. Políticos que violavam essas regras e ultrapassavam as fronteiras eram, em geral, mal vistos pelo *establishment* e se tornavam párias”, disse.

Como necessitavam do apoio do sistema, ou de ao menos uma parte considerável dele, os políticos do século 20 buscavam um equilíbrio entre um apelo maior aos eleitores, de um lado, e um relacionamento ao menos razoável com o *establishment*, de outro. “Não era muito democrático, mas é como as democracias do século 20 funcionavam. Só que os dias deste, digamos, monopólio do *establishment* acabaram.”

Nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, os políticos não precisam mais do *establishment* e podem levantar recursos online e atingir os eleitores via redes sociais: “Para alguns políticos, isso representa uma liberação, pois eles podem romper as normas da política e se apresentar à população como

um rebelde que não depende mais das elites e pode fazer o que for melhor para o povo.”

O paradoxo do século 21: eleições mais democráticas tornam a democracia vulnerável

Segundo o cientista político, atualmente qualquer pessoa pode vencer uma eleição presidencial, ainda que tenha todo o sistema político contra ela: “É simplesmente muito mais fácil contornar o *establishment* hoje do que era há 50 anos atrás. Isso é sem dúvida democratizante, mas, ao mesmo tempo, torna a democracia vulnerável a forças antissistêmicas que podem se revelar autoritárias.”

Como exemplo, ele lembrou o caso do atual presidente do Peru, Pedro Castillo, eleito em 2021 em uma eleição disputadíssima. “Castillo, que era um candidato fora do sistema, quase desconhecido, tinha todo o *establishment* contra ele, os empresários, a elite política, a mídia, até os habitantes da capital, Lima, votaram majoritariamente contra ele. Mas ele conquistou os votos dos habitantes mais pobres do interior e, apesar de toda a resistência, tomou posse. Talvez tenham sido as eleições mais democráticas da história do Peru”, disse.

“Os dias da democracia monitorada pela elite política, intelectual e econômica acabaram. Este processo não será revertido. Portanto, veremos mais Trumps, mais Bolsonaros, mais Bukeles (referência a Nayib Bukele, presidente

de El Salvador), mais Castillos. Como a democracia vai se sustentar nesta nova era populista e antissistêmica é o que todos nós, cientistas políticos, queremos saber”, concluiu.

Novas gerações de políticos precisam elevar a barra da política

“Que mensagem você gostaria de transmitir às pessoas que pretendem se candidatar a cargos públicos, sobretudo os mais jovens?”, perguntou a cientista política Mônica Sodré, diretora-executiva da RAPS, na conclusão do webinar.

“É preciso um senso de urgência. Nos Estados Unidos, onde vivo, e no Brasil, se nos comportarmos como se vivêssemos em tempos normais, a consequência será a perda de nossa democracia. Para ser um líder político em um período em que a democracia está ameaçada, é preciso ter coragem e pensar no futuro. Este é o momento de fazer sacrifícios e assumir compromissos políticos que, talvez, não sejam tão bons individualmente ou para o meu grupo a curto prazo, com o objetivo maior de preservar a democracia a médio e a longo prazo”, disse.

Como exemplo de política que tem demonstrado esta coragem, ele citou a deputada Liz Cheney, que corre o risco de não ser reeleita devido a sua firme atuação contrária ao ex-presidente Donald Trump tanto no Congresso dos EUA quanto no Partido Republicano.

“É preciso também ter plena consciência do grau de insatisfação dos cidadãos com as instituições democráticas, da desconfiança em relação aos políticos. Nos EUA e no Brasil, a legitimidade de todo o sistema político está por um fio. Portanto, aqueles que estão entrando na política têm uma carga muito pesada sobre os ombros. Se continuarem a fazer o que os políticos que os precederam costumavam fazer, se mentirem para os eleitores, se aceitarem propina, eu repito: nós vamos perder nossa democracia. Os políticos mais jovens precisam levantar a barra da política”, concluiu.



Otávio Dias



30/06/2022



Assista!

8. O desafio de revitalizar a democracia enquanto ainda é tempo - com Larry Diamond

A recessão democrática que começou há aproximadamente 15 anos está se agravando e abrindo espaço para líderes populistas autoritários em diversos países do mundo. Para evitar que governantes com tendências autoritárias se reelejam e aprofundem seus projetos de erosão da democracia, a oposição democrática precisa 'transcender a polarização, não reforçá-la' e se unir sob uma 'grande tenda política' para vencer eleições e resgatar a democracia.

"Como vimos no ano passado nas eleições para prefeito de Istambul (Turquia) e Budapeste (Hungria), a formação de uma ampla coalizão em defesa da democracia pode dar certo", disse o cientista político norte-americano **Larry Diamond** (*Stanford University*), neste webinar realizado pela Fundação FHC e pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS). "Se insistirmos em tachar os que votaram em populistas anteriormente como pessoas ruins ou idiotas, não vamos conseguir formar a coalizão necessária (para derrotar os autocratas nas urnas)", afirmou o palestrante, que há décadas pesquisa tendências e condições democráticas ao redor do mundo.

Em 2019, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, sofreu seu maior revés desde que chegou ao poder em 2003 ao ver seu candidato a prefeito da principal cidade da Turquia perder para o oposicionista Ekrem Imamoglu por uma diferença de apenas 15 mil votos (após a primeira votação ser anulada). Também em Budapeste, capital húngara, a oposição ao premiê Viktor Orbán, no cargo desde 2010, lançou uma candidatura única e elegeu por pequena margem de votos o sociólogo Gergely Karácsony.

Exemplos de governantes iliberais eleitos democraticamente — ao lado de Donald Trump (EUA), Vladimir Putin (Rússia), Andrzej Duda (Polônia), Jair Bolsonaro (Brasil), Nicolás Maduro (Venezuela), Daniel Ortega (Nicarágua) e Rodrigo Duterte (Filipinas) —, Erdogan e Orbán seguem no poder em seus países, mas pela primeira vez foram derrotados pela oposição democrática em eleições locais com relevância nacional.

"Enquanto líderes sem compromisso com a democracia estiverem no poder, a sociedade civil, a mídia independente e as instituições que sustentam a democracia não podem

baixar a guarda e precisam estar vigilantes o tempo todo", alertou o ex-diretor do Centro sobre Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito (CDDRL) em Stanford. "Por mais que haja reações ao avanço do autoritarismo, não devemos acreditar que o pior já passou e que, no final, a democracia vai vencer. Temos muito trabalho a fazer para impedir que ambições autoritárias se tornem realidades autoritárias."

Se perdermos nossa liberdade, o autoritarismo pode durar muitos anos

"No regime democrático, haverá oportunidades para todos os partidos, de esquerda, de centro ou de direita, disputarem o voto e exercerem o poder e a oposição. Mas, se perdermos nossa democracia e nossa liberdade, o autoritarismo pode durar muitos anos, o país pode permanecer instável politicamente por um longo período e ter seu potencial de desenvolvimento social e econômico seriamente comprometido. Por isso, a lealdade à Constituição e às instituições democráticas devem estar sempre acima de objetivos pessoais ou de um partido", concluiu.

Pela primeira vez em 25 anos, uma minoria de países vive sob democracia

Durante sua apresentação inicial, o cientista político mostrou gráficos e estatísticas que mostram que desde 2005 o mundo passa

por um período que ele chama de recessão democrática, em contraponto a um período de expansão democrática iniciado em 1974. A América Latina, por exemplo, viveu uma onda democrática nos anos 1970 e 80, com o fim dos regimes militares na região.

"A partir do começo dos anos 1990 (após a queda do Muro de Berlim, o fim dos regimes comunistas nos Leste Europeu e o desmantelamento da União Soviética), a maioria dos países do mundo com mais de 1 milhão de habitantes passou a eleger seus governantes por meio de eleições com razoável grau de transparência. Foi a primeira vez que isso aconteceu na história", disse o co-editor e fundador do mundialmente respeitado *Journal of Democracy*, cuja versão em português é publicada duas vezes por ano pela Plataforma Democrática - projeto da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

O auge daquela expansão democrática ocorreu em 2005, quando 57% dos países viviam sob democracias. "Desde então esse percentual vem caindo e, em 2019, baixou para 48%. Pela primeira vez em 25 anos, temos hoje uma minoria de Estados democráticos no mundo", explicou (essa porcentagem inclui países com mais de 1 milhão de habitantes). Mas, diferentemente do passado quando as democracias em geral terminavam com golpes militares, atualmente elas se deterioram de forma lenta e progressiva impulsionadas por autocratas populistas, que podem ser tanto de esquerda (como o falecido Hugo Chávez) como de direita (como Orbán).

Em sua fala, Diamond apresentou três listas muito úteis para entender o complexo processo em curso. A primeira delas cita 6 causas da atual crise democrática. A segunda descreve os 7 elementos-chave do populismo iliberal. A terceira detalha 12 passos seguidos por autocratas ao redor do mundo para minar a democracia.

Como combater o populismo autoritário?

Larry Diamond, que tem pesquisado o que pode ser feito para defender e promover a democracia no mundo, sugeriu um conjunto de 7 medidas a serem colocadas em prática por aqueles que se opõem a líderes e governos autoritários:

- Transcender, não reforçar, o instinto populista de polarizar;
- Criar uma 'grande tenda' que fale com ex-apoiadores de líderes populistas e dê boas vindas aos descontentes;
- Lidar com questões do tipo 'pão com manteiga' que fazem parte da vida real dos cidadãos, desmontando a farsa de que só os populistas são capazes de representar as pessoas comuns;
- Expor a corrupção que, mais cedo ou mais tarde, contamina os governos populistas;
- Identificar reformas para melhorar a

democracia, mas não fazer disso o tema principal de campanha;

- Abraçar um 'nacionalismo cívico' em que a democracia e as liberdades individuais façam parte daquilo que torna uma nação grande;
- Mobilizar alianças que se espalhem de forma transversal por toda a sociedade civil.

"Diante de um mundo cada vez mais globalizado, as pessoas sentem necessidade de ter orgulho de seu país. Por isso, os defensores da democracia, do Estado de direito e das liberdades individuais devem atuar para transformar essas ideias em algo indissociável da imagem de uma nação próspera e orgulhosa de sua história", concluiu.

Rússia, China e Covid-19

Já na fase de perguntas e respostas, o palestrante falou sobre assuntos diversos como as perspectivas da próxima eleição norte-americana, as tentativas da Rússia de influenciar processos eleitorais no Ocidente e da China de se colocar como alternativa viável às democracias liberais. Também comentou sobre propostas de regulação das redes sociais e os possíveis impactos políticos da pandemia de Covid-19.

 Otávio Dias

 18/08/2020



9. A ideologia por trás da extrema direita no Brasil e no mundo, com Benjamin Teitelbaum

“Vivemos uma era de agitação e de confrontação com um *status quo* maligno, secular e globalista, e a única maneira de recuperarmos uma sociedade ideal, espiritualizada e ordenada como a que (supostamente) existiu no passado, é através da destruição da sociedade que existe hoje e de suas instituições, o que por fim conduzirá a um renascimento”.

Assim o etnógrafo, professor e pesquisador norte-americano **Benjamin Teitelbaum** resumiu o pensamento por trás do tradicionalismo, sistema filosófico-moral que valoriza a tradição, entendendo-a como o ‘conjunto de hábitos e tendências que procuram manter uma sociedade no equilíbrio das forças que lhe deram origem’ (Dicionário básico de filosofia, Edit. Zahar).

Embora o tradicionalismo não seja uma doutrina essencialmente política, ele fornece duas ideias-chave para os movimentos de ultradireita que têm surgido com força nos Estados Unidos, em países da Europa Ocidental e Oriental, incluindo a Rússia e

também no Brasil. A primeira ideia-chave é que é preciso restaurar um passado idealizado. A segunda é que esse passado foi perdido por uma degeneração moral, sobretudo pelo progressivo abandono da religião e pelo materialismo.

Na conversão do tradicionalismo em ação política o que deve ser restaurado é a homogeneidade étnica, cultural e racial do povo e da nação e uma ordem social com hierarquias e papéis sociais bem definidos. A restauração passa por um regeneração moral, a ser feita não por sacerdotes, mas por líderes políticos que expressem a suposta homogeneidade essencial do povo e da nação, em contraposição a uma elite secular, racionalista e globalista disposta a sacrificar o povo para manter seus privilégios.

Teitelbaum passou mais de um ano entrevistando pensadores e lideranças ‘tradicionistas’ e essa pesquisa resultou no livro ‘A guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista’, lançado no Brasil pela Editora Unicamp.

Veja a seguir quatro perguntas feitas ao professor da *University of Colorado Boulder* pelo cientista político **Sergio Fausto**, diretor geral da Fundação FHC, e pela jornalista **Letícia Duarte**, colaboradora do *El País* e da revista *piauí*.

Sergio Fausto - Quais são as características do tradicionalismo em comparação com as de outras ideologias de extrema direita, como o fascismo? O que há de diferente e o que há de semelhante?

Benjamin Teitelbaum - Vamos começar com as semelhanças. Com o fascismo, há em comum o desejo por ordem, de que as coisas e os grupos sociais estejam em seus devidos lugares. Em alguns ramos do tradicionalismo, temos a valorização da raça, no caso da supremacia branca ariana, e da masculinidade.

Quanto às divergências, o tradicionalismo, diferentemente do fascismo, não olha para o futuro com otimismo e não propõe construir um mundo que seja 'melhor' do que o atual. Investe todas as fichas na ideia de que a vida no passado era superior e que, por meio da destruição da sociedade atual, é possível reviver aquele passado glorioso. Para alcançar esse objetivo, quer ver o mundo em que vivemos esgarçado e rompido ao meio, o globalismo desfeito, o secularismo abandonado e a igualdade entre os homens e as mulheres destruída.

Letícia Duarte - O norte-americano Steve Bannon, o brasileiro Olavo de Carvalho e o russo Aleksandr Dugin são gurus inspirados pelo tradicionalismo (embora Olavo negue isso) que têm ou tiveram influência nos governos dos Estados Unidos (durante o governo Trump), do Brasil (Bolsonaro) e da Rússia (Putin). Como as ideias dessas três figuras se interconectam e até que ponto eles utilizam elementos do tradicionalismo para tentar influenciar a política e os governos de países tão relevantes?

Benjamin Teitelbaum - O tradicionalismo, originalmente, não era uma ideologia política e, para muitos de seus seguidores, continua não sendo. É uma doutrina filosófica-espiritual, uma crença na maneira como o tempo passa, como a sociedade era no passado e voltará a ser. Uma das consequências disso é que ele não oferece algo de específico ou concreto àqueles que querem levá-lo para o universo da política contemporânea.

O que o norte-americano Steve Bannon, o brasileiro Olavo de Carvalho e o russo Aleksandr Dugin têm em comum é que os três veem a política global como palco de uma disputa entre materialismo e espiritualidade. Eles divergem, no entanto, em relação a quem representa o materialismo e quem representa a espiritualidade.

Para Olavo, os cristãos do meio rural e de pequenas cidades são os atuais mantenedores de uma vitalidade espiritual verdadeira, seja

nos EUA, no Brasil ou em outros países. Já a China seria a principal força do materialismo secular e da globalização.

Dugin, por sua vez, acredita que o liberalismo ocidental foi a principal força impulsionadora da globalização e da secularização e qualquer força geopolítica que se levante contra o Ocidente, principalmente os Estados Unidos, deveria ser apoiada pelos tradicionalistas.

Mas talvez a coisa mais importante que une essas três figuras é a crença de que vivemos uma era de agitação e de confrontação com um *status quo* maligno, secular e globalista, e a única maneira de recuperarmos uma sociedade ideal, espiritualizada e ordenada como a que supostamente existiu no passado, é através da destruição da sociedade que existe hoje e de suas instituições, o que por fim conduzirá a um renascimento. Existe, portanto, um desinvestimento no processo de construir, que é do que, afinal, se trata a política tal como a conhecemos.

Sergio Fausto - Qual o papel da violência na escola de pensamento tradicionalista?

Benjamin Teitelbaum - Se pensarmos na violência como uma forma de destruir aquilo que existe hoje, ela tem um papel potencialmente central. Alguns tradicionalistas acreditam em ciclos de tempo, que o progresso não acontece de forma linear, contínua, mas que o tempo está sempre girando, de maneira que de um tempo de trevas pode surgir

uma nova era de ouro. Após uma calamidade, uma catastrófica implosão da sociedade, algo novo e muito bom pode surgir. Há também outros ramos do tradicionalismo que acham que as pessoas podem acelerar a história por meio da violência e da destruição em larga escala. Ou seja, como indivíduo, é possível fazer algo que afete esse gigantesco processo cósmico.

Quando entrevistei Steve Bannon, por exemplo, me chamou muito a atenção sua descrição de Donald Trump como sendo 'o homem certo, na hora certa, no lugar certo'. Com certeza, o ex-presidente norte-americano não sabia nada sobre os ciclos de tempo do tradicionalismo, pois nunca deve ter lido nem um parágrafo da literatura tradicionalista, mas, mesmo sem saber direito o que estava fazendo, ele sem dúvida representou uma força de destruição da sociedade norte-americana.

Letícia Duarte - Em seu livro, você afirma que o tradicionalismo não elege uma religião específica como a única capaz de conduzir seus seguidores no caminho correto, mas sabemos que alguns tradicionalistas têm forte ligação com o hinduísmo, outros com vertentes místicas do judaísmo, cristianismo e islamismo. Pode explicar melhor a relação entre o tradicionalismo e a espiritualidade, ou a religião?

Benjamin Teitelbaum - Uma das crenças centrais do tradicionalismo é que milênios atrás havia uma religião verdadeira — uma

tradição milenar e perene, vindo daí o nome do movimento, também conhecido como ‘perenialismo’ — que foi gradualmente esquecida pela humanidade. Aquela tradição se desintegrou e se espalhou em diferentes direções. As religiões existentes hoje que melhor refletem aquela religião original seriam as mais antigas e que mantêm vivas práticas ancestrais quase sem interrupção. Nesse sentido, a que mais se qualifica é o hinduísmo, que permanece ativo há milhares de anos na Índia, diferentemente das práticas pagãs europeias ou do zoroastrismo da antiga Pérsia (hoje Irã).

Mas há também tradicionalistas que seguem o sufismo (corrente mística e contemplativa do islamismo), a cabala (tradição mística judaica), seitas budistas e cristãs. Os tradicionalistas acreditam que o caminho religioso que cada um escolhe seguir no presente é secundário em relação a algo maior que ficou no passado e um dia voltará. Se a pessoa se devotar a um caminho espiritual durante toda a sua vida, provavelmente terá uma visão do que foi aquela tradição religiosa milenar no passado.



Otávio Dias



26/09/2021



Assista!

10. Polarização política: como superá-la e promover o diálogo na sociedade

A polarização política não é necessariamente ruim para a democracia porque a diferença de visões, atitudes e políticas pode ser positiva e impulsionar a transformação da realidade. Mas, quando ela se torna extrema e divide a sociedade em dois grupos antagônicos, que veem o outro como uma ameaça existencial, passa a ser perniciosa, prejudica a governabilidade e pode levar à erosão da própria democracia.

“Quando a divisão se entrincheira na sociedade, é muito difícil superá-la. É necessário então haver lideranças capazes de construir pontes, o que exige bastante coragem”, disse a cientista política norte-americana **Jennifer McCoy** – especialista em democracia e polarização, mediação e prevenção de conflitos, processos eleitorais e política latino-americana – neste webinar realizado pela Fundação FHC e pela RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade).

Segundo McCoy, professora na *Georgia State University* e pesquisadora do *Carnegie Endowment for International Peace*, diante de um governante polarizador, que usa a força do cargo e os recursos do Estado para

aprofundar a polarização, os partidos, movimentos e políticos de oposição devem se unir e colocar em prática uma estratégia de “despolarização ativa”. Como? Encontrando temas que superem a clivagem binária que se estabeleceu na sociedade e recuperando a política como disputa entre adversários que se respeitam mutuamente e não como uma guerra entre amigos e inimigos.

“Em primeiro lugar, identificar aquilo que pode nos unir enquanto sociedade e país. Focar em novas ideias e construir uma alternativa mais promissora para o futuro. Joe Biden buscou fazer isso durante sua campanha e deu certo. Agora, o desafio é colocar tudo o que propôs em prática como presidente dos Estados Unidos”, disse.

“Em vez de discursos divisivos, como ataques aos imigrantes ou às minorias, defender por exemplo mais justiça social ou medidas para incrementar a igualdade racial, a diversidade ou mesmo a própria democracia”, exemplificou. A oposição também deve evitar a tentação de propor um retorno ao *status quo* que existia antes, pois isso não levaria em conta as razões do descontentamento.

mento que levaram o grupo atualmente no poder a chegar lá.

Ex-diretora do Programa para as Américas do *The Carter Center* (1998-2015), quando coordenou projetos de fortalecimento democrático, mediação e diálogo no continente, a palestrante elencou alguns pontos nos quais aqueles que desejam superar a polarização devem prestar atenção:

- Não basta remover o líder polarizador do poder, por meio de eleições ou outra forma legal de fazê-lo; é preciso mudar a narrativa do campo das identidades para o campo das ideias;
- É fundamental evitar sentimentos e atitudes vingativas, em vez disso os oponentes devem ser respeitados como atores legítimos do processo político;
- É preciso o quanto antes buscar soluções para resolver ou ao menos diminuir os problemas que levaram à polarização, sem as quais ela não vai desaparecer;
- É essencial evitar políticas do tipo 'o vencedor leva tudo', pois isso alia parte da população do poder e incita a polarização.

"As instituições democráticas têm um papel muito importante nesse processo de superação da polarização. O Judiciário deve atuar de forma realmente independente e impar-

cial, pois se forem percebidos como parciais por parte da população, existe o risco de suas decisões serem questionadas", explicou.

Também o Legislativo deve agir com responsabilidade, evitando a paralisação de suas atividades e fomentando o diálogo. Deve evitar a recorrência de processos de *impeachment*, que em geral dividem a sociedade e desacreditam a democracia.

Já ao final de sua apresentação, durante a qual comentou casos específicos de países que vivem situações de polarização, entre eles o Brasil, Jennifer McCoy disse ter grande esperança na juventude para superar esse grave fenômeno contemporâneo.

"Aqui nos Estados Unidos, os jovens são bem mais tolerantes em relação às diferenças ideológicas, religiosas ou raciais e estão muito preocupados com o meio ambiente e as mudanças climáticas, que ameaçam seu futuro. Eles estão muito ativos politicamente, fazem protestos, organizam movimentos, exigem mudanças. Espero que cheguem logo ao poder e o exerçam de forma menos divisiva e mais democrática", concluiu.

 Otávio Dias

 22/09/2021



Assista!

11. Capitalismo de Vigilância e Democracia, com Shoshana Zuboff

O direito da humanidade de se autogovernar, conceito básico da democracia, está em risco no mundo todo devido ao avanço do chamado 'capitalismo de vigilância' e de seus efeitos na economia, na sociedade e na política. Apenas uma contrarrevolução democrática pode reverter esse processo iniciado no começo dos anos 2000, com o surgimento de empresas como o Google e o Facebook, que hoje dominam a internet e as redes sociais e têm mais poder do que muitos Estados e governos nacionais.

Este foi o alerta feito pela professora de Harvard **Shoshana Zuboff**, autora do best seller 'A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder' (Editora Intrínseca), em conversa online promovida pela Fundação FHC e Aberje. "Não tenha dúvida: esta é a luta pela alma de nossa civilização", disse a pesquisadora norte-americana. "Nós podemos ser uma sociedade de vigilância ou uma democracia, mas não podemos ser ambas as coisas ao mesmo tempo. Esta não é uma história sobre tecnologia, mas uma história sobre poder e política", continuou ela.

Na era do capitalismo de vigilância, todos são continuamente vigiados pelas *Big Techs*

Em seu livro, a professora emérita de *Harvard* alerta para uma nova era do capitalismo em que os cidadãos são constantemente vigiados por uma arquitetura digital ubíqua, que possibilita a extração incessante de volumes gigantescos de dados sobre o comportamento das pessoas – com total desrespeito à privacidade e sem nenhum tipo de contrapartida. Os principais beneficiados são as poderosas *Big Techs*, que resistem às tentativas de regulação por parte dos Estados nacionais e usam e abusam dos algoritmos para direcionar a experiência dos usuários em seus serviços online.

Não menos importante é a ameaça à democracia resultante de um cenário em que, através da disseminação de *fake news* e de conteúdos direcionados a grupos específicos, líderes sem compromisso com a democracia ou governos totalitários conseguem manipular partes expressivas das populações de seus países.

"Estamos entrando na terceira década do que defini como 'capitalismo de vigilância' e a oportunidade de reverter seu domínio cada vez maior sobre todas as atividades humanas, econômicas, sociais e políticas, é agora. Quanto mais adiarmos, mais difícil e doloroso será esse processo", disse Zuboff, ao término de sua fala inicial de 40 minutos, seguida de perguntas do público e do jornalista **Pedro Doria**.

Como fortalecer os valores e as instituições democráticas no século 21, marcado pela digitalização?

"Como devemos estruturar, organizar e controlar as infraestruturas e os sistemas globais de informação e comunicação de forma a preservar e fortalecer os princípios e os valores democráticos? Que novas leis, estruturas e instituições são necessárias para garantir que a coleta de dados digitais sirva aos interesses individuais e coletivos dos cidadãos, e não de um reduzido grupo de empresas poderosas e de líderes autoritários e sem escrúpulos?", perguntou a palestrante.

Segundo Zuboff, ninguém sabe as respostas para esse desafio, inclusive porque apenas recentemente começamos a fazer as perguntas certas, mas a democracia é a única ordem institucional com a legítima autoridade e poder para alterar o curso dos perigosos acontecimentos que temos visto nas últimas duas décadas. "Se desejamos que o ideal de autogoverno, talvez a maior con-

quista da humanidade, sobreviva ao século digital só há um caminho: uma contrarrevolução democrática", afirmou.

Zuboff descreveu três condições fundamentais para esse processo evoluir de maneira positiva:

- maior conscientização e mobilização do público;
- determinação das autoridades públicas e da sociedade de agir;
- diálogo e cooperação a nível internacional.

Erosão democrática se aproxima de um ponto de não retorno

"Assim como o aquecimento global está se aproximando de um ponto de não retorno, o mundo democrático também está sob ameaça de extinção se nada for feito para construirmos um futuro que seja ao mesmo tempo digital e democrático. Alguns dizem ser tarde demais, mas eu afirmo que não, porque agora temos maior consciência das diversas questões envolvidas e podemos encontrar as respostas por meio de um diálogo transnacional de melhor qualidade. Este é o momento exato para nos dedicarmos a essa causa", continuou.

Ainda segundo Zuboff, a discussão está amadurecendo na Europa, nos Estados Uni-

dos e no Reino Unido e outros países devem se juntar e participar efetivamente do debate. "Tem muita gente boa no Brasil que conhece o assunto e pode colaborar na busca de soluções a nível nacional e global", disse.

"Não resolveremos os diversos problemas que afetam nossas democracias em um dia e de uma só tacada, mas certamente não avançaremos enquanto não garantirmos a integridade e a privacidade dos dados que circulam online e a credibilidade da comunicação e das informações na internet. Retomar o controle sobre o mundo virtual é uma precondição para revertermos a decadência de nossas sociedades, cada vez mais polarizadas e pouco solidárias, e garantirmos a sobrevivência da política e da própria democracia", afirmou.

"Durante anos, os governos de nossos países, inclusive o dos Estados Unidos, optaram por fechar os olhos devido aos seus próprios interesses pelos dados digitais dos cidadãos. Mas pouco a pouco se consolida uma maioria de cidadãos em diversos países preocupados com a defesa de seus direitos, de sua privacidade e de sua liberdade. Convoco-os a juntar forças conosco nessa luta pela sobrevivência da democracia no século 21. Não temos um minuto a perder", completou.

Experimento social falido deixa rastro de destroços e vazio político

Zuboff descreveu a internet e as redes sociais como "um experimento social falido

que deixou um rastro de destroços na sociedade" e um "vazio político, social e econômico", com a destruição total da privacidade, a anulação de direitos fundamentais, o aprofundamento da desigualdade social, a destruição de normas sociais, o envenenamento do discurso político, a utilização indiscriminada de *fake news* e a fragilização das instituições democráticas.

"Nos 43 anos em que me dediquei a estudar o surgimento da digitalização como uma força econômica e política, e sobretudo nos últimos 20 anos, observei aquelas jovens e criativas empresas de internet se transformarem em verdadeiros impérios da vigilância baseados na apropriação do conhecimento sobre o comportamento das pessoas e na comercialização dessa valiosa informação como se fosse sua propriedade privada", explicou.

"Na era do capitalismo de vigilância, o poder das corporações não é apenas econômico, mas social. Ele se baseia no controle de todos nós, os usuários de internet, o tempo todo e em qualquer lugar. Caminhamos pelo mundo virtual absolutamente nus, sem direitos, sem leis e instituições que nos protejam, quando deveriam fazê-lo em nome da democracia e dos direitos fundamentais", disse.

Big Techs não foram eleitas para controlar o destino das pessoas

"Três perguntas resumem a questão da autoridade sobre os dados que circulam

na internet. Quem detém o conhecimento? Quem decide quem detém o conhecimento? Quem controla quem decide quem detém o conhecimento? Os gigantes que criaram e se beneficiam dessa nova ordem socioeconômica detêm as respostas para cada uma dessas questões, embora nunca tenham sido eleitos para definir o destino de todos nós", afirmou.

Para a professora, as *Big Techs* promoveram uma "tomada revolucionária do poder econômico, social e político" e afirmam que "os efeitos sociais e políticos negativos são apenas danos colaterais", mas a verdade é que "eles são efeitos interligados de uma só causa: uma dominação econômica ubíqua, irrestrita e absolutamente sem controle." Daí a necessidade de uma urgente contrarrevolução democrática.

"Se nada fizermos para impedir que essa revolução siga seu curso, não tenha dúvida: o objetivo final desse verdadeiro império da vigilância é instituir uma governança computacional global, em que eles definirão as regras e definirão os destinos de todos nós, cidadãos transformados em usuários sem voz e sem direitos", concluiu.



Otávio Dias



09/12/2021



Assista!





O Brasil e o mundo em transformação

Nos anos 1990 e 2000, a Guerra Fria havia acabado e a democracia florescia. A globalização impulsionou o comércio mundial. O multilateralismo parecia ser o melhor caminho para resolver os problemas globais. Este cenário começou a mudar em 2008, com a crise financeira mundial, que aguçou o descontentamento em relação à globalização, revelou e acentuou o crescimento das desigualdades sociais nos países mais desenvolvidos e impulsionou o ressurgimento do nacionalismo e de movimentos de extrema direita, reforçados pelas redes sociais.

Na última década, a ascensão da China como nova superpotência econômica, tecnológica e militar e a crescente rivalidade entre Pequim e Washington recriaram a perspectiva de um mundo dividido em blocos antagônicos. A invasão da Ucrânia pela Rússia e a guerra entre o estado de Israel e o grupo Hamas trouxeram de volta o temor de um conflito bélico entre potências nucleares.

A emergência climática exige cooperação global, mas os países e as instituições internacionais têm mostrado dificuldades em responder à altura – um problema de coordenação que a pandemia do novo coronavírus deixou patente, com graves consequências.

12. A política externa do governo Lula 3: os desafios do Brasil em um mundo em crise

Sob a liderança do presidente Lula, o Brasil tem condições de ser parte das soluções de alguns dos principais problemas globais, como a crise ambiental e climática, a crise da democracia e o rápido aumento das desigualdades entre países e dentro dos países. Para ampliar sua influência num mundo marcado por múltiplas crises, o Brasil precisa enfrentá-las aqui dentro e dar sua contribuição para superá-las lá fora, dois movimentos que podem se reforçar mutuamente.

O Brasil é importante o suficiente para ambicionar uma posição de destaque no mundo, mas a política externa do novo governo deve priorizar arenas de negociação nas quais o país tem maior peso específico, a exemplo do meio ambiente e da mudança climática. Esse peso específico será tanto maior quanto melhor for a política externa na articulação das distintas áreas do governo e na interlocução sistemática com organizações representativas do setor privado e da sociedade civil.

O novo governo deve ser sensível às mudanças pelas quais o mundo passou desde que Lula terminou o seu segundo mandato (2010), assim como refletir a ampla aliança de forças

democráticas que o levou ao seu terceiro mandato presidencial, que agora se inicia. Estas foram algumas das principais conclusões deste webinar, que reuniu um ex-ministro das Relações Exteriores, uma ex-ministra do Meio Ambiente e uma pesquisadora de relações internacionais, direitos humanos e política externa brasileira.

“O Brasil tem um capital diplomático e político que Lula adensou nas suas presidências anteriores. Daí a sua indiscutível credibilidade internacional. No entanto, o mundo em 2023 é distinto daquele com o qual o presidente lidou em seus dois primeiros mandatos. O Brasil também. Daí a importância de ajustes e reavaliações em relação ao repertório do que foi feito no passado, tanto por razões internas como externas”, disse o ex-ministro das Relações Exteriores **Celso Lafer**, atualmente presidente do Conselho da Fundação FHC.

“Não faz sentido o Brasil agir como se estivesse fora do mundo, como fez o governo anterior, pois somos parte dos problemas e, historicamente, demonstramos capacidade de ser parte das soluções. Isso não significa agir em todas as crises existentes no mun-

do. É fundamental calibrar vontades e capacidades, atuando nas mesas internacionais e arenas nas quais podemos ter mais influência", disse **Laura Trajber Waisbich**, formada em relações internacionais pela PUC-SP, com doutorado em geografia pela *University of Cambridge* e pós-doutorado pela *University of Oxford*. Atualmente é pesquisadora sênior do Instituto Igarapé e também de Oxford.

"Diante da ausência de líderes globais, a volta de Lula à Presidência do Brasil despertou grande otimismo. O Brasil tem singularidades e alternativas para exercer um papel de liderança no cenário internacional, mas qual é a nossa ambição? É preciso ter a audácia de construir o futuro, tanto interna como externamente", disse a ex-ministra do Meio Ambiente **Izabella Teixeira**, atualmente copresidente do Painel Internacional de Recursos Naturais da ONU Meio Ambiente (IRP/UNEP).

Celso Lafer: política externa deve ir além do PT e refletir o leque de apoios a Lula

"A eleição de Lula em 2022 foi fruto de uma abrangente coligação de apoios, fundamental para o seu sucesso no segundo turno em um país muito polarizado. Por isso, é relevante que a diplomacia da terceira presidência de Lula tenha a sensibilidade para ampliar sua validação, ou seja, que vá além das referências próprias do PT e venha a ser um componente de governança, sem perder, é claro, sua identidade", afirmou Celso Lafer.

Além da já anunciada mudança de rumo na área ambiental, que tem dimensões internas e externas, o ex-chanceler apresentou alguns desafios diante do governo Lula 3:

- A revalorização do contexto latino-americano, com a retomada em novos termos da parceria Argentina/Brasil, o papel do Mercosul e a cooperação regional - "A nossa região está mais fragmentada e dividida do que era nas suas presidências anteriores. Por isso mesmo, requer uma renovada presença agregadora do Brasil";
- Uma inovadora ênfase ao Tratado de Cooperação da Amazônia, região compartilhada por oito países e a Guiana Francesa - "A preservação da floresta, aliada ao desenvolvimento sustentável, de forma a garantir condições de vida à população da Amazônia, é também um ponto de intersecção com a agenda ambiental e interessa a todo o mundo";
- A mudança do eixo diplomático global do Ocidente para o Oriente, um movimento de longa duração e com impactos profundos - "Desde as grandes navegações no fim do século 15 até recentemente, o Ocidente, para o bem e para o mal, teve a primazia no controle da história do mundo. Isso está sendo erodido por uma mudança das placas tectônicas da vida internacional, com o deslocamento da dinâmica do Atlântico para o Pacífico";

- A crescente relevância da competição entre os EUA e a China por hegemonia no sistema internacional e seus desdobramentos na atual distribuição geopolítica do poder - “É indispensável a gestão de nosso relacionamento com estes dois proeminentes atores do cenário mundial, cuja dinâmica tem incidência no comércio internacional, na economia brasileira e na América do Sul, com repercussão em nossa inserção regional”;

- O alcance da guerra na Ucrânia, cuja invasão unilateral pela Rússia representa uma ruptura com o padrão do aceitável contemplado pelas normas internacionais - “O Brasil também se vê atingido pelo efeito direto e indireto da crise ucraniana e, diante da ação inaceitável de Putin, cabe uma maior sintonia brasileira como a visão dos EUA e dos países europeus, reconhecendo evidentemente diferenças derivadas da especificidade da inserção internacional do Brasil”;

- O sistema multilateral de comércio, regido por normas no âmbito da Organização Mundial do Comércio, entrou em crise, o que favorece o poder dos grandes blocos comerciais, dos quais o Brasil não faz parte - “Durante os governos anteriores de Lula, o Brasil podia contar com a efetividade das regras no âmbito de uma moldura jurídica de alcance universal. Isso mudou com a paralisação da OMC. Como o Brasil pode contribuir para a atualização

do sistema de comércio internacional e para reforçar os laços comerciais com outros países e regiões, levando em conta o contexto do Mercosul?”.

Ao ser questionado sobre a ideia de Lula de criar um ‘clube da paz’ – com a possível participação de países como China, Índia, Turquia e Brasil, entre outros – para contribuir com uma solução para a guerra na Ucrânia, o ex-chanceler foi cauteloso: “A China já demonstrou alinhamento com a Rússia. A Índia também. A Turquia, por sua proximidade com a região em conflito, já é um interlocutor relevante. Para o Brasil, é arriscado tentar ir além da nossa medida de atuação em relação a esse grave problema. Se estamos falando de paz, eu me concentraria em encaminhar o problema da Venezuela, onde o Brasil tem maior poder de influência”.

“Não cabe nem subestimar nem superestimar o peso do Brasil e do que está ao alcance da sua diplomacia. O risco de subestimar o Brasil não é um risco do governo Lula 3. Já o risco de superestimação, dadas as características, a personalidade e a trajetória do presidente Lula, existe”, alertou o professor emérito do Instituto de Relações Internacionais da USP.

Laura Waisbich: mundo vive confluência de crises e Brasil precisa escolher em quais atuar

O mundo vive uma ‘policrise’ – uma confluência de crises que se sobrepõem – com

uma complexidade jamais vista, o que exige um senso de urgência e a necessidade de pensar de maneira diferente do que no passado recente.

"Temos uma crise ambiental de múltiplas dimensões, provocada pela destruição do meio ambiente e da biodiversidade, pela poluição do ar, da terra e da água, pelo excesso de plástico e lixo, tudo isso somado ao aquecimento global, ameaçando a continuidade da vida no planeta, dos humanos e não humanos", disse Laura Trajber Waisbich, doutora em geografia pela *University of Cambridge*.

"Mas temos também uma crise social, provocada pela desigualdade entre e dentro dos países, caracterizada pela pobreza, pela fome e pelo abandono de vastas populações, que leva à violência, à imigração ilegal, a guerras civis e entre países, a guerras silenciosas. Nos últimos anos, com a pandemia de Covid-19, voltamos várias casas no combate a estas crises", continuou a pesquisadora.

"Por fim, temos também uma profunda crise política, que se expressa através da crise da democracia, com a erosão das instituições democráticas e a emergência de novos tipos de autoritarismo, originado em eleições. O Brasil é um dos laboratórios deste processo que atinge tanto o mundo desenvolvido como em desenvolvimento", disse Waisbich, também filiada ao Centro de Estudos da Cooperação Sul-Sul (Articulação SUL) e ao CEBRAP.

"É neste contexto extremamente complexo e multidimensional que devemos debater novas visões e projetos para a atuação brasileira no mundo. Nem todo país tem capacidade de ser parte das soluções dos problemas do planeta. O Brasil tem, mas, após o negacionismo diplomático praticado pelo governo Bolsonaro, precisa reconstruir sua política externa sob novas bases. Não cabe abstenção", afirmou.

Waisbich concordou com Lafer em que a política externa do governo Lula 3 deve ir além do pensamento tradicional da política externa do PT, que não apenas está ultrapassada diante dos múltiplos desafios do planeta como também não reflete as visões de outras forças que apoiam o governo, tanto políticas como sociais e econômicas: "A política externa do novo governo não pode ser uma continuidade daquela praticada nos dois primeiros mandatos de Lula. É preciso repactuar e atualizar para recolocar o Brasil em um mundo diferente e muito mais complexo."

Após afirmar que é preciso escolher as crises nas quais atuar de maneira estratégica, a especialista em relações internacionais sugeriu a agenda social como uma área em que o Brasil tem experiência e pode contribuir com o mundo. "A agenda social foi um trunfo de *soft power* do Brasil, sobretudo durante os anos de Lula. Mostramos que podemos resolver problemas via políticas públicas como o SUS, a cobertura vacinal, o monitoramento do desmatamento com uso da tecnologia. Infelizmente nem tudo isso se sustentou,

mas pode e deve ser recuperado e oferecido ao mundo como contribuições que o Brasil pode dar", concluiu.

Teixeira: sistema de governança global não está preparado para lidar com os problemas contemporâneos

"Não previmos a crise da Covid-19, não previmos a eclosão da guerra na Europa, nem estávamos preparados para enfrentá-las, o que mostra que existe uma miopia política e institucional global e uma crise de todo o sistema de governança multilateral. Simplesmente não há capacidade instalada no sistema da ONU e de outras instituições internacionais para lidar adequadamente com os problemas de hoje", disse a bióloga e ambientalista Izabella Teixeira, que teve

papel central nas negociações internacionais sobre o clima quando esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente (2010-2016).

Teixeira defendeu uma renovação do sistema internacional e um novo pacto global,

baseado na ideia de *global commons*, em que os recursos do planeta e as tecnologias criadas pela humanidade possam ser compartilhados para o bem de todos, de maneira sustentável.

Segundo a copresidente do Painel de Recursos Naturais da ONU (IPB-UNEP), a diplomacia hoje já não se faz apenas dentro dos palácios nem é atribuição exclusiva dos governos. "Ela vai além do Ministério das Relações Exteriores, deve envolver todos os demais ministérios e autarquias, os governos federal, estaduais e municipais, em diálogo permanente com o setor privado, as empresas e os trabalhadores, e a sociedade civil, as universidades, os institutos de pesquisa e as ONGs", disse. "A política externa de um país é *multistakeholder*. Por isso, é preciso fortalecer a diploma-

cia em rede", concordou Laura Waisbich.

Teixeira lembrou que o Brasil é um dos 15 países que mantêm relações diplomáticas com todas as demais nações do planeta, mas precisa traduzir esta vantagem em uma liderança contemporânea, com um olhar criativo e inovador. "É preciso dar a nossa contribuição

"O desafio é colocar em prática uma política externa contemporânea, que nos afirme como uma sociedade e uma economia de baixo carbono, comprometida com a paz, a democracia, a justiça social e a diversidade", disse Izabella Teixeira.

para novos estilos de vida e de consumo, participar da transição industrial em curso, agregar valor à agroindústria sustentável, fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar. Se o Brasil fizer a lição de casa do jeito certo, beneficia o mundo”, exemplificou.

A ex-ministra disse que o Brasil precisa entender de vez o papel da Amazônia no planeta: “É claro que é preciso parar o desmatamento, mas esta é uma agenda que já havíamos colocado em prática e estava bem encaminhada. A preservação da Amazônia depende de múltiplas ações bem articuladas, o que exige a participação de todos os envolvidos, nos níveis nacional, continental e internacional.”

“O desafio é colocar em prática uma política externa contemporânea, que nos afirme como uma sociedade e uma economia de baixo carbono, comprometida com a paz, a democracia, a justiça social e a diversidade. Não queremos ser eternamente o país do futuro, mas sim um país melhor no futuro, com um lugar bem situado no mundo. E que esta trajetória não admita mais retrocessos”, concluiu.



Otávio Dias



09/02/2023



Assista!

13. O desafio da inserção da indústria brasileira em um mundo em transformação

O Brasil dispõe de oportunidades para reverter um processo de desindustrialização que já dura mais de três décadas, mas para isso precisa enfrentar algumas agendas inconclusas, priorizar a qualidade regulatória, sobretudo em áreas cruciais no século 21 como digitalização e descarbonização, e se inserir melhor no comércio mundial, tornando-se mais produtivo, competitivo e integrado às cadeias globais de produção.

“São desafios grandes e complexos, mas que não devem ser magnificados. O importante é que existem janelas de oportunidades que o Brasil tem todas as condições de aproveitar, entre elas a crescente demanda por fontes renováveis de energia em várias partes do mundo”, disse **José Augusto Coelho Fernandes**, economista e autor do artigo ‘Indústria: Transformação Digital, Descarbonização e Integração Econômica’, que serviu de ponto de partida para este webinar, uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES).

“A sustentabilidade é uma oportunidade única para o Brasil: se a nossa indústria contribuir efetivamente para a criação de uma economia

de baixo carbono tanto internamente como globalmente, teremos um lugar muito melhor no mundo”, afirmou o engenheiro químico e empresário **Pedro Wongtschowski**, presidente do Conselho de Administração da Ultrapar.

“Lá fora, toda a discussão gira em torno dos três grandes desafios que a humanidade enfrentará nesta e nas próximas décadas: Inteligência Artificial, Mudança Climática e Saúde. A visão externa é a de que o Brasil pode fazer muita coisa nessas três áreas, mas precisa decidir para onde vamos”, disse **André Clark**, vice-presidente sênior da Siemens Energy para a América Latina e presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

Ambiente de inovação mais eficiente

Entre as agendas inconclusas, José Augusto citou problemas já conhecidos – , como um sistema tributário oneroso, injusto e causador de conflitos e a baixa produtividade brasileira em comparação com a de outros países (no levantamento de 2022 do Anuário Mundial de Competitividade, feito pelo *International Institute for Management De-*

velopment (IMD), o país caiu duas posições e aparece na 59ª posição entre as 63 economias analisadas). Defendeu concentrar esforços na elaboração e implementação de marcos regulatórios de ponta e tornar o ambiente de inovação mais eficiente.

"No mundo todo, há uma demanda por boas legislações, sobretudo relacionadas à digitalização e à descarbonização. Aqui no Brasil, não é diferente e o Banco Central tem dado um bom exemplo com a regularização das fintechs", disse. "Já a agenda da inovação exige dar apoio às startups, priorizando a solução de problemas, tornar as fundações de amparo à pesquisa mais eficazes e avançar mais rapidamente nas reformas do ensino médio, profissionalizante e superior."

Segundo o pesquisador do CINDES, o país precisa combater a ineficiência no uso de seus recursos energéticos. "Nossa matriz energética é em grande parte renovável, o que é um de nossos maiores ativos em relação a outros países, mas ainda há muito desperdício de recursos naturais. Reduzir o custo energético é fundamental para a indústria e deveria ser uma obsessão no Brasil", disse.

Preocupação com segurança volta a ocupar papel central

A pandemia do novo coronavírus, os efeitos da mudança climática (que já começam a ser sentidos) e a guerra da Ucrânia trouxeram de volta a preocupação com a seguran-

ça na oferta de produtos e serviços dos mais diversos tipos em todo o mundo, levando à revisão da extensão e dos participantes das cadeias de valor, sobretudo para evitar o excesso de dependência em relação a um ou a muito poucos países na importação de determinados produtos.

"Antes, vivíamos o dilema de equilibrar acessibilidade (affordability) e sustentabilidade. Agora, a segurança (security) volta à realidade. Seja qual for a política industrial deste ou daquele país, esse 'trilema' estará no centro", explicou André Clark.

"Com a pandemia, muitos empresários, industriais e governantes chegaram à conclusão de que o processo de globalização foi longe demais, resultando em um grau de dependência excessiva de fornecedores da China, principalmente, mas também da Índia. A invasão da Ucrânia revelou o grau de dependência energética da Europa em relação à Rússia. A percepção é de que houve uma hiperglobalização, o que pode representar uma ameaça em tempos de crise", concordou Pedro Wongtschowski.

Segundo Clark, com o retorno da necessidade de maior segurança surgem nichos a serem explorados e o Brasil pode se beneficiar de alguns deles: "O mundo espera uma ação efetiva do Brasil no enfrentamento da mudança climática, e nossa economia é a que mais pode se beneficiar desse esforço."

Para aproveitar esta oportunidade, o país precisa 'furar o teto' da demanda interna e passar a exportar energia renovável. "Toda a nossa história de planejamento energético renovável foi voltada para dentro, para o mercado interno, chegou a hora de olhar para fora e conquistar o mundo. Podemos vender grandes quantidades de hidrogênio verde para a Europa, os Estados Unidos e o Japão, assim como amônia verde, aço verde, fertilizante verde", disse André.

Outra área em que o país tem tradição é na fabricação de vacinas e em campanhas massivas de vacinação: "A competência e a segurança do Instituto Butantan e da Fiocruz são importantes ativos."

Inteligência Artificial: não basta comprar

Até mesmo em Inteligência Artificial (IA) o país tem condições de avançar, ressaltou Clark. "Não se compra IA, que é um capital intelectual de primeira ordem, um ativo intangível de alto valor. O Brasil não pode ficar pra trás. Temos potencial em recursos humanos, uma nova geração de empreendedores e há coisas relevantes acontecendo em algumas universidades, como na PUC-Rio, e em centros de pesquisa brasileiros. Com um pouco de coordenação e mais investimento, é possível criar bons centros de Inteligência Artificial por aqui", disse.

"A política industrial do século 21 é verde, de alta tecnologia e é pra fora. É importan-

te criar uma agenda nesse sentido, em um ambiente de inovação, competição e abertura para o mundo. Não devemos deixar as empresas incumbentes sem desafios e, sim, valorizar a nova safra de empreendedores", concluiu André.

Aumentar fluxo de comércio nos dois sentidos

Segundo Wongtschowski, o Brasil tem quatro avenidas a percorrer para reverter o processo de desindustrialização:

- Melhorar o ambiente de negócios - "Temos um sistema tributário caro e ineficiente e um contencioso jurídico impressionante, além dos conhecidos problemas de logística";
- Maior integração ao mundo - "É preciso simplificar a importação de tecnologia, aumentar o fluxo de comércio nos dois sentidos e competir de verdade no mercado internacional";
- Busca da produtividade - "Temos de recuperar o investimento em Ciência e Tecnologia, com incentivo e fomento à inovação, melhorar as universidades e apoiar a nova geração de empreendedores."

"É ilusão imaginar que o setor industrial terá novamente o percentual de participação no PIB brasileiro que teve no passado, mas com políticas corretas é possível recuperar um ou

dois pontos e, sobretudo, evitar cair ainda mais", disse José Augusto C. Fernandes.

Liderança nos setores público e privado

"O diagnóstico, nós já temos, como ficou claro aqui hoje. Mas como avançar na direção correta sem uma liderança política que tenha a cabeça no lugar?", perguntou o empresário Horácio Lafer Piva, acionista da Klabin Irmãos & Cia, holding controladora da Klabin S/A e ex-presidente da Fiesp, na parte final do encontro.

"Liderança política é fundamental, mas é possível avançar por meio de mecanismos estruturados de governança. A pressão permanente da sociedade civil também é importante", disse José Augusto.

"Preocupa a falta de percepção das lideranças políticas sobre as experiências bem-sucedidas e as experiências fracassadas do passado. Não podemos voltar para trás e cometer os mesmos erros", disse o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan.



Otávio Dias



07/06/2022



Assista!

14. Brasil e África no século 21: ascensão e queda de uma relação importante

A África está passando por profundas transformações demográficas, sociais e econômicas e tem atraído cada vez mais atenção e investimentos de diversas partes do mundo. O Brasil está perdendo oportunidades e precisa novamente priorizar as relações com o continente, mas deve aprender com os erros do passado e retomar os negócios (e outros tipos de atividades) com os países africanos a partir de novas bases.

Além disso, é fundamental incorporar o elemento da diversidade racial e de gênero e garantir espaço a empreendedores(as), acadêmicos(as) e profissionais negros(as) brasileiros(as) de diversas áreas, superando assim uma agenda até recentemente pautada sobretudo pelos interesses econômicos de grandes conglomerados empresariais.

Estas foram as principais conclusões do webinar “Brasil e África no século 21: Ascensão e queda de uma relação importante (e como recriá-la em novas bases)”, que marcou o lançamento do livro ‘Brazil-Africa Relations in the 21st Century From Surge to Downturn and Beyond’, organizado pelo brasileiro **Mathias Alencastro** e pelo portu-

guês **Pedro Seabra** e publicado pela editora *Springer* (Inglaterra).

“O Brasil precisa atualizar sua visão sobre o continente africano, que hoje é o que mais cresce no mundo depois da Ásia. A África do século 21 quer investimentos e desenvolvimento econômico a partir de novas bases, industrializar-se e pular etapas já visando uma agenda do futuro, mais tecnológica e sustentável. O mundo está fazendo negócios com os países africanos, o Brasil está ficando para trás.” **Natália Dias**, CEO do Standard Bank Brasil desde 2018.

“O ciclo de investimentos brasileiros na África alavancado pela Petrobras, Odebrecht e Vale acabou, em parte devido a problemas de planejamento e gestão e a escândalos de corrupção. Justifica abandonarmos um projeto diplomático essencial para nossa inserção internacional? Creio que não. Devemos melhorar a governança, requalificar nossas relações e iniciar uma nova fase.” Mathias Alencastro, cientista político, é especialista em política africana e nas relações Brasil-África.

“O espaço de manobra que o Brasil tem hoje na África se reduziu muito, em função de outros competidores presentes no continente que não se compadecem de eventuais ciclos econômicos adversos ou da falta de interesse político por parte do atual governo brasileiro.

Oportunidades existem, mas é preciso analisá-las nem com pessimismo nem com otimismo e, sim, com realismo.” Pedro Seabra, cientista político, é especialista em *security capacity-building* na África e nas dinâmicas regionais do Atlântico Sul.

“Desde os anos 1970, a presença diplomática brasileira nas nações africanas busca se beneficiar de um componente simbólico: o fato de o Brasil ser um país com cerca de metade de sua população originária da África e, portanto, ter uma ‘vocação natural’ para se relacionar e fazer negócios com os africanos. Mas este é um discurso vazio, pois, ao analisarmos a história da política externa Brasil-África, o que vemos é o olhar de uma elite branca, política e econômica, sobre o continente africano.” **Irene Vida Gala**, embaixadora, é uma das maiores especialistas em assuntos relacionados à África no Ministério das Relações Exteriores.

Sergio Fausto, diretor geral da Fundação FHC, anunciou a realização de outros webinars para debater aspectos que vão além da pauta econômica e garantir diversidade de vozes à agenda das relações Brasil-África: “Compro-meto-me desde já a organizar outros encon-tros com a presença de estudiosos brasileiros

negros e palestrantes africanos, em parceria com *think tanks* do outro lado do Atlântico.”

O Brasil tem muito a aprender com a África do século 21

Até 2050, a África terá 25% da população mundial, atingindo 2,5 bilhões de habitantes (quase o dobro do que tem atualmente), com uma classe média urbana ascendente. O mercado consumidor dos países africanos está se expandindo rapidamente, com ênfase no avanço tecnológico e das comunicações. “A tecnologia vai ser um fator diferencial para que os países africanos saltem diretamente para um patamar de desenvolvimento mais adequado aos desafios do século 21”, explicou Natália Dias, formada em Administração Pública pela FGV, que já ocupou posições de destaque no JP Morgan Chase e no Bank of America Merrill Lynch, entre outras instituições financeiras globais.

Como exemplo, ela citou os crescentes investimentos em energia eólica e solar e o aparecimento de diversas *fintechs* que estão melhorando o acesso da população a serviços e produtos financeiros, inclusive ao crédito. A CEO do Standard Bank Brasil também destacou a importância do Mercado Comum Africano na integração das cadeias produtivas e na promoção do comércio livre dentro do continente.

“Por que a África ocupa grande espaço da mídia fora do país, e aqui não? Por que as

principais multinacionais estão investindo no continente e nossas empresas parecem ter desistido? É preciso deixar de lado essa miopia, analisar o que fizemos de errado no passado recente e definir como vamos atuar daqui pra frente", disse a executiva brasileira.

Natália salientou que 15 países africanos estão à frente do Brasil no ranking Doing Business 2020, do Banco Mundial. No relatório do ano passado, o Brasil ficou em 124º lugar em um total de 190 países. Ruanda (38º), Marrocos (53º), Quênia (56º), África do Sul (84º) e Senegal (123º) são alguns dos países do continente onde, segundo o Banco Mundial, as condições para a realização de negócios são melhores do que no Brasil.

De acordo com a palestrante, os principais pontos da atual pauta de desenvolvimento africano são:

- industrialização e redução da dependência de importações;
- modernização agrícola;
- investimentos em infraestrutura;
- evolução da matriz energética;
- telecomunicações/acesso à internet;
- parcerias no setor de saúde, educação e serviços em geral.

"O Brasil tem *know how* e experiência para contribuir em diversas dessas áreas, mas pre-

cisamos aprender com essa nova África que está surgindo e incorporar suas perspectivas", concluiu.

Os '3 Ds' do novo ciclo de negócios na África

Para Mathias Alencastro, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) deve continuar a apoiar as empresas brasileiras que investem no continente africano. "O problema não foi uma suposta participação excessiva do BNDES, mas a concentração dos recursos disponibilizados pelo banco em poucas empresas e países. É preciso ampliar esse escopo, melhorar qualitativamente as exigências de investimento, incluir critérios de boa governança e de respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos e apostar na maturidade das sociedades africanas, que aprenderam muito com os recentes escândalos de corrupção (alguns envolvendo empresas brasileiras)", afirmou o pesquisador do CEBRAP.

O palestrante sugeriu que o país adote 'uma estratégia de 3 D's' em sua nova relação com a África:

1. Diversificar - "Há vários casos de pequenas e médias empresas que conseguiram entrar na África e só precisavam de um empurrão financeiro. O desafio (do BNDES) é procurar essas empresas e apoiá-las. Os diplomatas também podem ajudá-las a ir mais longe";

2. “Deslufonizar” - “Se seguirmos na nossa zona de conforto, ou seja, focarmos apenas em Angola e Moçambique (ex-colônias portuguesas), a chance de repetirmos os erros é maior. Temos que ir para a Etiópia para aprender como um país pobre está se industrializando com dinheiro da China, conhecer os resultados da importante diversificação tecnológica que está acontecendo no Quênia, enfim ir além do mundo lusófono, incorporar as novidades que estão acontecendo em outros países e aprender com elas;

3. Desmistificar - “Como disse a embaixadora Irene, devemos deixar de lado a ideia de que temos uma ‘vocação natural’ na África. Apresentar uma nova imagem do Brasil na África. O *soft power* é importante, é um diferencial nosso em relação à China, mas um novo *soft power*, não mais aquele que não funcionou. E não existe *soft power* sem *hard power*. Por isso, é fundamental o envolvimento de importantes empresas brasileiras, uma diplomacia ativa e eficaz e recursos do BNDES’.

Alencastro defendeu que o agronegócio tenha um papel central na alavancagem de um novo ciclo de negócios entre os dois lados do Atlântico: “Por ter longa experiência em agricultura tropical, estar na ponta de tecnologia e ser altamente competitivo, o agronegócio brasileiro tem grande capacidade de adaptação às condições de produção em diferentes regiões do continente africano. Tem tudo para injetar sangue novo nessa relação.” Outros setores com grande poten-

cial são saúde, educação, serviços em geral e energias renováveis.

O Brasil não tem como competir com os instrumentos da China

Pedro Seabra, pesquisador do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa, destacou que a política externa brasileira para a África nas últimas décadas, a partir do governo FHC (1995-2002) e sobretudo durante a administração Lula (2003-2010), “fazia parte da narrativa de que o Brasil se encontrava em uma fase de desenvolvimento socioeconômico ascendente e almejava pertencer a um clube mais restrito de potências influentes nos destinos do planeta”.

O desejo do país de ocupar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU e sua disposição de chefiar missões de paz das Nações Unidas eram outros aspectos dessa estratégia de inserção internacional do país. “O Brasil de fato era visto com confiança no ambiente diplomático internacional e como um país capaz de fazer pontes. Infelizmente, hoje observamos com mais clareza os limites da capacidade brasileira de assumir responsabilidades e arcar com todas as decorrências de um perfil mais elevado na África e em outras regiões”, disse.

“A ironia do atual contexto é que o Brasil, que se beneficiou da competição com outros atores externos presentes na África, inclusi-

ve com Portugal, para crescer, se posicionar e conquistar seus objetivos, hoje parece não ter capacidade de nem sequer competir no curto prazo com outras nações, principalmente a China", afirmou.

"Na década passada, o Brasil incorreu em ilusões de que poderia competir com a avalanche de linhas de financiamento chinesas. No futuro, o país pode ser induzido a aplicar os mesmos pressupostos desse passado recente, o que a meu ver seria um erro. Afinal, o Brasil de 2021 não é o Brasil de 2013 (fim do chamado 'boom das commodities'), assim como a China de 2021 já não é a China de 2013", concluiu o cientista político português.

Movimento negro pautou política de Lula para a África, mas perdeu espaço em sua implementação

A diplomata Irene Vida Gala trouxe um outro olhar sobre as relações Brasil-África. Segundo ela, o Brasil e a África têm uma inegável história em comum — que não é de domínio ou de exploração de um em relação ao outro, pois "ambos são vítimas de séculos e séculos de escravidão". Nem as antigas potências coloniais europeias nem a China nem a Índia teriam laços históricos e raciais tão fortes como o Brasil e, portanto, o país poderia reforçar o potencial desse *soft power* ao incluir de fato a diversidade racial e de gênero no centro das relações com os países do continente, tanto a nível bilateral como multilateral.

Gala destacou que o movimento negro brasileiro teve influência central sobre a diplomacia brasileira na África durante os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). "No programa de governo de Lula, a África era mencionada exatamente com as mesmas palavras tanto no trecho sobre as políticas de igualdade racial como no capítulo dedicado à política externa. Portanto, quem definiu o continente como prioridade foi sem dúvida o movimento negro. Na época, havia uma comunidade de empresários negros que viu uma oportunidade de participar ativamente da desejada aproximação Brasil-África. Infelizmente, ao ser implementada aquela política, esse grupo não conseguiu ocupar o espaço que almejava ter", afirmou a autora do livro 'Política Externa como Ação Afirmativa: Projeto e Ação do Governo Lula na África - 2003/2006'.

Segundo a ex-embaixadora do Brasil em Gana (2011-2017), "o empresário brasileiro, quando vai fazer negócios com países africanos, não faz a lição de casa". "A gente acha que, por termos uma ampla população negra, conhecemos os costumes dos africanos, mas não é assim. Nossa preconceito e racismo vão além das fronteiras. O brasileiro negro é um ator capaz de pautar e dinamizar as ações do país com a África e, tanto lá como cá, é preciso de fato reconhecer o elemento racial e trazer os negros e seus interesses para o ambiente da política externa brasileira", disse.

Além de maior participação de empreendedores negros, a palestrante sugeriu que professores e pesquisadores universitários e lideranças do Terceiro Setor negras se envolvam mais com as sociedades africanas e os desafios tanto do lado de lá como do lado de cá do oceano.

Uma nova geração de pesquisadores negros brasileiros

“Temos consciência de que o racismo estrutural ainda impacta negativamente as relações Brasil-África”, concordou Alencastro. O cientista político concordou que a comunidade acadêmica negra no Brasil pode ser mais ativa: “Felizmente temos toda uma nova geração de pesquisadores negros brasileiros — como Nicolas Lipollis, doutorando no *Centre for the Study of African Economies* (Oxford) — que vai dar o que falar.”

“Neste livro que Pedro e eu organizamos e acabamos de publicar, o objetivo foi olhar para a África sob o prisma do Brasil. Nosso próximo objetivo será olhar para o Brasil sob o prisma dos países africanos”, concluiu.



Otávio Dias



16/03/2021



Assista!

15. Estados Unidos e China: uma nova Guerra Fria?

Tanto os Estados Unidos como a China têm cometido erros estratégicos que, se não forem corrigidos, poderão levar a um acirramento ainda maior da rivalidade entre as duas potências e, possivelmente, a um conflito militar limitado na Ásia cujas consequências para a região e o mundo seriam imprevisíveis. A eleição norte-americana de 3 de novembro será um momento crucial para o futuro das relações entre Washington e Pequim.

Esta foi a principal mensagem trazida por **Lanxin Xiang**, intelectual chinês respeitado na China e no Ocidente, durante este webinar realizado pela Fundação FHC e pelo CEBRI, que também teve a participação do ex-embaixador do Brasil em Pequim, **Luiz Augusto de Castro Neves**.

"A situação atual é muito perigosa, não tanto por causa de Trump, que nunca foi interessado em questões ideológicas, mas devido a sua equipe de assessores liderada por Mike Pompeo. O secretário de Estado norte-americano definiu um caminho muito ideológico para lidar com a China, cujo objetivo seria a mudança de regime em Pequim, nada menos do que isso", disse o professor de História e

Política Internacional no *Graduate Institute of International and Development Studies* (Genebra) e diretor do *Centre of One Belt, One Road Studies* (Xangai).

"Se Joe Biden vencer, o perigo de uma guerra fria desembocar em uma guerra quente diminuirá drasticamente, pois ele deve adotar uma linha mais pragmática em relação à China, diferentemente de outros presidentes democratas. Se o atual presidente se reelegir, vai depender de quem será o responsável pela política externa no segundo mandato. Não ficaria surpreso se, mais relaxado com a conquista do segundo e último mandato, Trump promovesse um giro de 180 graus na relação com Pequim e passasse a se referir ao presidente Xi Jinping como seu melhor amigo", disse Lanxin.

De acordo com o especialista em História e Política Chinesas e nas relações entre China, EUA e Europa, o impasse sobre o status internacional de Taiwan é o que pode detonar um conflito a curto prazo. "Se houver uma provocação norte-americana no sentido de estimular uma declaração de independência de Taiwan, a China será obrigada a reagir,

provavelmente por meio de uma ação militar limitada, o que pode levar a uma escalada militar na região."

Segundo Lanxin, a equipe liderada por Mike Pompeo implementa uma política de enfrentamento com a China baseada em três argumentos:

- os Estados Unidos deveriam ter agido desde o início para impedir (ou dificultar) o processo de crescimento econômico da China, deslanchado a partir das reformas de Deng Xiaoping (líder máximo do país entre 1978 e 1992);
- o impressionante desenvolvimento econômico chinês nas últimas quatro décadas teria beneficiado apenas a China, e não a outros países da Ásia e do globo;
- o Partido Comunista Chinês não teria legitimidade para governar e, por isso, recorreria ao autoritarismo para sufocar sua população.

"Esses argumentos, que estão no centro da política em relação à China implementada pelo atual secretário de Estado norte-americano, representam uma negação de toda a história das relações sino-americanas desde Nixon-Kissinger e não se sustentam com base em fatos reais. As reformas econômicas chinesas tiraram 30% da população chinesa da pobreza absoluta e beneficiaram muitos

países ao redor do mundo por meio do comércio", explicou o autor do livro 'The Quest for Legitimacy in Chinese Politics - A new interpretation' (2019).

"Essa ideia de que existiria uma guerra entre a civilização ocidental e uma cultura não-caucasiana é muito perigosa e não deixa espaço para compromissos. Hoje Pequim não tem certeza do que querem os Estados Unidos, além de uma inaceitável mudança de regime. Qual é a estratégia norte-americana a médio e longo prazo?", afirmou o palestrante chinês, que mantém diálogo constante e próximo com autoridades do regime chinês.

Lanxin: 'Excessiva confiança de Pequim deixa país vulnerável'

As críticas do especialista chinês não se limitaram a Washington. "De uns anos para cá, Pequim parece ter esquecido um conselho de Deng Xiaoping antes de deixar o poder. O líder chinês defendeu que a China deveria buscar seu desenvolvimento econômico com discrição, sem pretender assumir um papel de liderança global por pelo menos 50 anos, evitando assim criar arestas com outros países relevantes do ponto de vista geopolítico", disse.

"Existe hoje em Pequim a percepção de que o momento de a China liderar o mundo, ou pelo menos ser um dos líderes mundiais, teria finalmente chegado. Minha opinião é de que esta atitude é prematura, reflexo de um

excesso de confiança antes da hora. Já disse isso a interlocutores em Pequim", continuou.

Como exemplo, ele citou o projeto One Belt, One Road, que prevê grandes investimentos em infraestrutura financiados pela China e executados por empresas chinesas em diversos países da Ásia, África e outras regiões. "Por mais que Pequim diga se tratar de uma iniciativa puramente econômica, os impactos geopolíticos não podem ser ignorados. A China precisará reconsiderar sua estratégia global", afirmou.

Embora defende que a China tem o direito de estabelecer seu próprio modelo político baseado em sua história milenar, Lanxin criticou violações aos direitos humanos e restrições à liberdade de expressão. "Já somos uma potência global e não podemos mais nos esconder atrás de uma grande muralha. Teremos de levar em consideração o impacto internacional de tudo o que acontece dentro de nossas fronteiras, incluindo questões de lei e ordem e problemas com direitos humanos e liberdade de expressão. Uma reforma interna do sistema político chinês é um passo importante para criar uma atmosfera política mais tranquila e melhorar a imagem da China mundo afora", concluiu.

A pandemia de Covid-19 — que surgiu na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, causando mais de 1 milhão e 150 mil mortes até meados de outubro — representa uma oportunidade para a China "mostrar

que tem valores universais e ajudar o mundo a enfrentar o vírus". "Apesar de uma hesitação inicial em assumir a gravidade da pandemia, a China foi bem sucedida em controlar o coronavírus, saiu na frente na recuperação econômica e no desenvolvimento de uma vacina. Em vez de politizar essas vantagens, deve apostar no multilateralismo e na cooperação com outros países para juntos superarmos o quanto antes a pandemia", disse.

Castro Neves: 'Bom senso prevalecerá'

"O século 21 será bem diferente do século 20, em que os EUA se consolidaram como principal potência mundial. Ninguém sabe ao certo o que acontecerá, mas uma coisa é certa: a Ásia, com a China na liderança, terá muito poder na nova ordem internacional", afirmou o embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, que já ocupou a Embaixada do Brasil em Pequim.

Para Castro Neves, existe uma "guerra fria tecnológica em curso", mas as economias norte-americana e chinesa são muito entrelaçadas e interdependentes, o que torna difícil uma dissociação entre elas e um conflito armado, improvável. "EUA e China não têm outra alternativa a não ser se entenderem. Os dois lados perderiam muito com a eclosão de uma guerra quente."

Ainda segundo o embaixador, há várias disputas pendentes no continente asiático — a nuclearização da Coreia do Norte e as rela-

ções desta com a Coreia do Sul; o status internacional de Taiwan e a hegemonia sobre o Mar do Sul da China; a disputa entre China e Japão sobre um arquipélago reivindicado por ambos — e o ideal é que elas sejam resolvidas pelos próprios países asiáticos.

"Antes da pandemia, China e Japão avançavam nas negociações para selar um acordo de paz verdadeiro, algo que continua sem solução desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945). Se Pequim e Japão chegarem finalmente a um acerto, o espaço dos Estados Unidos para agir militarmente na Ásia diminuirá significativamente", disse o diplomata brasileiro.

bem recebida. "Posso afirmar que essa visita desagradou os líderes chineses bem mais do que vocês podem imaginar", alertou.

Castro Neves insistiu que EUA e China provavelmente chegarão a um acordo, mais cedo ou mais tarde, e por isso o Brasil deve evitar escolher um dos lados da disputa entre as duas potências mundiais. "O Brasil adiou o leilão da tecnologia 5G para 2021. Assim teremos tempo de aguardar o resultado da eleição à Casa Branca e seus desdobramentos na relação entre Washington e Pequim. É o melhor a fazer neste momento", disse. Lanxin Xiang assentiu.

Lanxin: 'Pequim vê Brasil como âncora na América Latina'



Otávio Dias



01/10/2020

"Nunca ouvi nada de negativo sobre o Brasil de alguma alta autoridade chinesa. Durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro usou uma linguagem em relação à China que preocupou Pequim. Mas, depois que assumiu o governo, o presidente brasileiro foi razoável e não colocou em prática nada que pudesse prejudicar a relação econômica entre nossos dois grandes países. O Brasil continua sendo a âncora da China na América Latina", disse o palestrante chinês já na parte final do evento.

Mas, segundo o especialista, a visita do secretário Mike Pompeo ao Brasil em setembro — quando se encontrou com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em Roraima, perto da fronteira com a Venezuela — não foi



Assista!

16. Estados Unidos, China (e Rússia): o mundo vive uma nova Guerra Fria?

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, não invadiria a Ucrânia se não tivesse certeza de contar com o apoio velado da China. A relação entre Moscou e Pequim no longo prazo parece mais sólida do que os Estados Unidos avaliam ser, pois há uma convergência entre os interesses nacionais e geopolíticos russos e chineses. Estas foram duas das principais mensagens do webinar 'Parceiros, adversários ou inimigos: o que esperar das relações EUA-China no futuro próximo', que reuniu dois especialistas nas relações sino-americanas, um norte-americano e um chinês.

"Putin foi a Pequim para a abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno (em 4 de fevereiro de 2022) e se encontrou com o presidente Xi Jinping, quando assinaram um documento de cerca de 20 páginas. Desde então, o líder russo aumentou a pressão sobre a Ucrânia. Se a relação entre Moscou e Pequim não estivesse tão próxima, Putin não estaria sendo tão agressivo. A China é cúmplice da invasão russa da Ucrânia", afirmou **David Shambaugh**, professor titular de Ciências Políticas e Relações Internacionais e diretor do *China Policy Program* na *Elliott School of International Affairs*, da *George Washington University*.

"Prefiro não fazer acusações, mas creio haver uma convergência bastante forte entre os interesses nacionais da Rússia e da China, não tanto do ponto de vista econômico, mas sobretudo em questões geopolíticas. Creio que não há nem haverá uma aliança entre China e Rússia, mas enquanto a atual situação de guerra fria existir, inclusive agora com a entrada da Rússia, a relação entre Pequim e Moscou estará em terreno bem mais sólido", disse **Lanxin Xiang**, professor de História e Política Internacional no *Institute of International and Development Studies* (IHEID, Genebra).

Lanxin salientou que a China é simpática a Putin quando o presidente russo condena a expansão da Otan (aliança militar ocidental liderada pelos EUA) em direção à antiga fronteira da União Soviética. "As preocupações da Rússia relativas à sua segurança não foram levadas em consideração pela Otan (desde a dissolução da URSS em 1991). E, sem dúvida, existe por trás a questão de Taiwan, que é central para Pequim. A soberania da China sobre Taiwan nunca estará em discussão", afirmou o diretor do *think tank Institute of Security Policy* (ISP), sediado em Xangai.

Para Lanxin, "os EUA, a única superpotência que restou no planeta (após o fim da União Soviética), conseguiu afastar tanto a Rússia como a China, ao mesmo tempo", o que acabou resultando em uma aproximação entre Pequim e Moscou.

"Concordo que as relações entre Rússia e China nunca estiveram tão próximas (desde o fim da URSS). Os Estados Unidos estão prontos para isso? Creio que não. Washington vê a atual aproximação entre Moscou e Pequim como um movimento tático, não como uma possível parceria estratégica mais profunda e de longo prazo", disse Shambaugh.

Em 23 de fevereiro, a China condenou as sanções à Rússia anunciadas pelo governo norte-americano no dia anterior e criticou os EUA e a Otan: "Já pensaram nas consequências de encurralar uma grande potência?", perguntou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês. Em 24 de fevereiro, a Rússia iniciou a guerra contra a Ucrânia.

O evento, realizado no aniversário de 50 anos da visita do presidente Richard Nixon a Pequim, foi uma parceria entre a Fundação FHC e o Conselho Empresarial Brasil-China

(CEBC). A mediação foi dos respectivos diretores da CEBC e da Fundação FHC, a jornalista **Cláudia Trevisan** e o cientista político **Sergio Fausto**.

Guerra Fria já é realidade e pode levar a conflito militar entre EUA e China

"Há pouco mais de dois anos, Henry Kissinger (ex-secretário de Estado norte-americano) alertou que os EUA e a China estariam à beira de uma nova guerra fria. Creio que já passamos desse ponto e não há dúvida de que estamos em plena guerra fria, talvez não tenhamos chegado ao auge dela, mas já estamos nela", disse Lanxin.

"Concordo que as relações entre Rússia e China nunca estiveram tão próximas. Os Estados Unidos estão prontos para isso? Creio que não", disse David Shambaugh.

mundiais estavam a ponto de entrar em conflito e bastou um incidente (o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, em Sarajevo, na Bósnia) para detonar a Primeira Guerra Mundial. Caso haja algum incidente envolvendo Taiwan, por exemplo, a situação pode sair do controle e levar a um conflito

bem maior entre os EUA e a China", alertou o palestrante chinês.

"Não creio que já estejamos vivendo uma Guerra Fria 2.0, mas talvez uma Guerra Fria 1.5", disse David Shambaugh. "Para evitar um desastre de proporção mundial, proponho que Washington e Pequim olhem para as lições aprendidas durante a Guerra Fria no século 20, e recuperem alguns mecanismos de contenção de riscos e estabilização utilizados naquela época", continuou.

Shambaugh referiu-se a diversas medidas de redução de crise e construção de confiança que foram colocadas em prática entre o final dos anos 1940 e o final dos anos 1980 para impedir que a rivalidade entre Washington e Moscou resultasse em um conflito nuclear. "Há todo um kit de ferramentas que os EUA e a Otan, de um lado, e a URSS e o Pacto de Varsóvia, do outro, utilizaram durante a Guerra Fria e que poderiam ser úteis agora para conter as atuais fricções entre os EUA e a China", afirmou.

"Desde o Governo de Barack Obama (2009-2017), Washington tem proposto a Pequim algumas medidas de construção de confiança, mas o lado chinês tem se recusado até mesmo a discutir alternativas. Se não tivermos mecanismos de contenção de riscos em funcionamento, o atual antagonismo pode se aprofundar e, se isso acontecer, uma guerra de verdade entre os dois países não é algo inimaginável", disse Shambaugh.

Competição entre EUA e China é o novo normal e deve ser gerida com responsabilidade

Para o palestrante norte-americano, a disputa entre as duas principais potências mundiais do século 21 é profunda, sistêmica e veio para ficar. "É o novo normal, todos temos que nos acostumar com essa nova situação. Mas essa competição precisa ser administrada de forma responsável, como propôs o governo Joe Biden no documento sobre a estratégia dos EUA na região do Índico-Pacífico, lançado em meados de fevereiro", explicou.

"Não há dúvida de que as relações sino-americanas são o principal elemento geoestratégico dos assuntos internacionais atualmente, com impactos e efeitos colaterais em muitos outros países, inclusive o Brasil. Pequim e Washington precisam agir como adultos, pois o divórcio, neste caso, não é uma solução", disse.

Shambaugh – que é conselheiro no Comitê Nacional de Relações EUA-China e membro vitalício do *Council on Foreign Relations* e do *U.S. Asia-Pacific Council* – sugeriu que sejam erguidos *guardrails* para impedir que a rivalidade EUA-China resvale para um conflito armado.

"É muito importante que os Estados Unidos e a China tenham a capacidade de colocar limites a conflitos em potencial e consigam avançar em áreas onde é possível haver uma

cooperação, como no tema da não-proliferação nuclear e no combate à mudança climática, por exemplo", disse.

"O único conceito novo surgido após a chegada do presidente Joe Biden à Casa Branca é justamente este de que a China e os EUA precisam erguer uma espécie de *guardrail* para evitar que a situação saia de controle, mas em Pequim as perguntas que todos fazem é 'de que material ele será feito?', 'qual será sua altura?', ou 'ele será no padrão americano ou chinês?'. As autoridades civis e militares chinesas desconfiam que os EUA pretendem construir um *guardrail* baseado no modelo americano, e isso Pequim não vai aceitar", explicou Lanxin.

Para o professor chinês, tanto a população como as autoridades chinesas têm a crescente percepção de que o Ocidente está em declínio e o Oriente em ascensão. Assim, o diálogo entre as partes deve ocorrer, a partir de agora, sobre novas bases.

"Não é mais possível continuar com essa tutela sobre a China que o Ocidente buscou colocar em prática nos últimos quatro séculos, pelo menos. O extraordinário desenvolvimento econômico chinês dos últimos 40 anos não aconteceu somente porque a China abraçou valores ocidentais, como a economia de mercado. Ele é resultado, em parte, das próprias tradições culturais, políticas e econômicas chinesas, que são milenares. O Ocidente precisa aceitar que a China recupe-

rou sua força e de agora em diante será um ator central no futuro do planeta", concluiu.

Brasil deve evitar se tornar dependente do comércio com a China

Já na parte final da conversa, os dois palestrantes falaram das perspectivas das relações entre o Brasil e a China, que desde 2008 ultrapassou os EUA, tornando-se o maior parceiro comercial brasileiro. O Brasil também é o principal destino dos investimentos chineses na América do Sul.

"Não sou economista nem especialista em comércio exterior, mas minha sugestão é a de que o Brasil evite se tornar muito dependente da China, diversificando suas exportações para outros países da Ásia e do Pacífico, para a Europa e também para seus vizinhos. Creio que a América Latina se verá na mesma situação que os países do Sudeste Asiático, que nos últimos anos vêm tentando reduzir sua dependência da China. Quanto mais parceiros comerciais o Brasil tiver, melhor", disse Shambaugh.

"Antes, quando se falava de Brasil, os chineses só conheciam os livros de Jorge Amado. Isso mudou significativamente nas últimas duas décadas. É falsa a impressão de que o Brasil apenas exporta matérias primas para a China e importa produtos manufaturados. As exportações brasileiras incluem, por exemplo, aviões de médio porte (fabricados pela

Embraer). A China é um grande mercado automobilístico, e o Brasil pode se beneficiar disso. Creio que as trocas comerciais entre os dois países, assim como os investimentos chineses no Brasil, vão muito bem e podem evoluir ainda mais”, disse Lanxin.

Ainda segundo o palestrante chinês, as relações comerciais entre a China e a América Latina representam algo muito novo e promissor: “A estratégia chinesa de investir pesadamente na América do Sul tem se mostrado mais bem sucedida do que em outras partes do mundo, incluindo a África e a Ásia Central. Um dos motivos disso é que a relação política entre Pequim e os governos sul-americanos têm se caracterizado pela cooperação econômica e pela estabilidade política. É fundamental manter isso”, concluiu.



Otávio Dias



21/02/2022



Assista!

17. A década da definição: os EUA e a China vão conviver pacificamente?

Os Estados Unidos e a China já vivem em um estado de guerra fria, concordaram os palestrantes deste webinar. Há divergências, no entanto, sobre as chances de a crescente disputa econômica, tecnológica, política e ideológica entre as duas superpotências escalar para um confronto militar no Mar da China Oriental, na região do Estreito de Taiwan, e detonar uma guerra de maiores proporções no Leste Asiático, nos próximos anos.

“Quando Henry Kissinger disse há cerca de dois anos que os EUA e a China estavam à beira de uma guerra fria, eu diria que agora a situação entre os dois países está bem além disso. Hoje, tanto em Washington como em Pequim, já se fala abertamente em jogos de guerra. Desde que vim estudar nos EUA há cerca de 40 anos, nunca experimentei esse grau de desconfiança e tensão recíproca. Sinto dizer que, nas atuais circunstâncias, uma faísca pode levar ao início de um confronto militar entre as duas superpotências”, disse **Lanxin Xiang**, professor emérito do *Graduate Institute of International and Development Studies* (IHEID, Genebra) e diretor do *Institute of Security Policy* (ISP), do *China National Institute for SCO International Exchange and Judicial Cooperation*, em Xangai.

“Acredito que um acidente militar no Estreito de Taiwan é possível, os riscos estão crescendo, mas não há razões para crer que isso escalaria para uma guerra maior no Leste Asiático, pois nem a China nem os Estados Unidos se beneficiariam disso. Na verdade, a única coisa que detonaria uma guerra envolvendo os EUA e a China seria uma ordem de Pequim para invadir Taiwan”, afirmou a diretora do Indo-Pacific Program do The German Marshall Fund of the United States (GMF) e coautora de ‘US-Taiwan Relations: Will China’s Challenge Lead to a Crisis’ (Brookings Press, abril de 2023), **Bonnie S. Glaser**.

Lanxin Xiang e Bonnie S. Glaser participaram do webinar ‘A década da definição: os EUA e a China vão conviver pacificamente?’, realizado pela Fundação FHC e o *The German Marshall Fund of the United States*, com mediação do cientista político **Sergio Fausto**, diretor geral da Fundação FHC.

Leitura equivocada das intenções do rival pode levar a guerra entre China e EUA

“Voltei da China há cerca de um mês e a cren-

ça atualmente em Pequim é que Washington está determinado a conter o crescimento da China em todos os aspectos, principalmente no que diz respeito ao domínio das tecnologias mais avançadas, como a Inteligência Artificial, entre outras. Já não é algo tático, limitado a uma área ou a uma questão específica, trata-se de uma ampla estratégia de contenção, inclusive militar. Diante desse fato, não há muito o que Pequim possa fazer a não ser se preparar para uma guerra", disse Lanxin Xiang, em sua fala de abertura.

"Os líderes chineses culpam, em primeiro lugar, os Estados Unidos pela deterioração das relações, que começou com a chegada de Donald Trump ao poder (2017) e se aprofundou durante a atual administração Biden (iniciada em 2021). Eles realmente acham que essa luta pela supremacia global não foi provocada por Pequim e é desnecessária. É claro que, se a liderança chinesa tem essa percepção, desde 2017 ela vem realizando os preparativos para um potencial confronto e está cada vez mais psicologicamente preparada para isso", continuou.

"Já em Washington, nos últimos meses, todo mundo, seja no governo, no Congresso, nos *think tanks* ou na imprensa, tem feito suas apostas sobre quando teria início uma ação militar na região do Estreito de Taiwan (que separa a China continental do arquipélago de Taiwan). No início, falavam em 2049, depois adiantaram para 2030 e, agora, já há quem fale em 2027, 2025 ou mesmo 2024. O que

está acontecendo em Washington? Por que toda essa especulação sobre guerra?", perguntou o palestrante.

"Não quero dizer que Pequim tenha definido um prazo para o início de uma ação militar em Taiwan, mas não tenho dúvidas de que o Exército de Libertação Popular está fazendo planos para invadir a ilha, se isso se mostrar necessário nos próximos anos", afirmou.

Ainda segundo o professor, a elite política e militar chinesa está convencida de que a administração Biden tem como objetivo enfraquecer a ideia de 'um país, dois sistemas', que é a política oficial de Pequim em relação a Taiwan, substituindo-a pela ideia de 'uma China, uma Taiwan', que teria como objetivo perpetuar a separação entre os dois territórios chineses.

"Essa ideia tem origem no movimento independentista taiwanês, integra a ideologia deles e é rejeitada por Pequim. A percepção atual da liderança chinesa é que o governo de Biden está trabalhando para a independência 'de facto' de Taiwan. Diante disso, não diria que Pequim abriu mão de buscar uma solução pacífica para a questão de Taiwan, mas ela está cada vez mais remota", disse Xiang.

Segundo o professor chinês, Pequim desistiu de conversar com a administração Biden e está aguardando o resultado das eleições presidenciais norte-americanas de 2024 para, então, reavaliar as relações com os Es-

tados Unidos: "A equipe especialista na China que integra o governo Biden é muito fraca. Eles simplesmente não entendem o que está acontecendo em Pequim."

Segundo Xiang, o que vemos hoje é "o exemplo clássico do que pode acontecer quando duas superpotências interpretam mal as intenções da outra, como ocorreu entre a Inglaterra e a Alemanha no início do século 20 e que acabou resultando na Primeira Guerra Mundial". "Em 1914, o atentado contra o arquiduque Francisco-Ferdinando em Sarajevo foi a faísca que levou ao início da Primeira Guerra. Qual será a faísca que levará a uma guerra entre a China e os EUA? Com o nível de desconfiança e a falta de comunicação atual, pode acontecer a qualquer momento", concluiu.

China e EUA devem buscar cooperação em diversas áreas para reduzir desconfiança

"Não há dúvidas de que os Estados Unidos e a China estão envolvidos em uma competição estrutural de longo prazo. Trata-se de uma competição de largo espectro entre duas superpotências por riqueza, poder e influência global. E essa disputa está ocorrendo em vários campos, dos mais tradicionais, como a economia, o comércio e a diplomacia, ao das tecnologias de última geração, como a Inteligência Artificial e a segurança cibernética. O domínio das novas tecnologias também é importante no campo militar", disse Bonnie S. Glaser, ao iniciar sua fala.

A especialista salientou que essa disputa estratégica tem, cada vez mais, um caráter ideológico, devido a modelos opostos de governança política e desenvolvimento econômico e a visões diferentes da estrutura e das regras que regem a ordem internacional. "Essa competição poderia ser caracterizada como uma nova Guerra Fria? Minha visão é de que sim, os EUA e a China já vivem uma nova Guerra Fria, mas definitivamente não se trata de uma réplica da disputa entre os EUA e a União Soviética na segunda metade do século 20", disse.

Glaser lembrou que o comércio entre os EUA e a URSS era mínimo, já as relações comerciais entre a China e os EUA atingiram o patamar de US\$ 690 bilhões em 2022. "As duas economias são muito interdependentes e há um intenso intercâmbio entre chineses e norte-americanos, em geral benéfico para ambos os lados", disse.

Segundo a palestrante, essa competição veio para ficar, mas não deve levar a uma guerra nos próximos anos, a não ser que Pequim decida retomar Taiwan pela via militar. "Só uma invasão de Taiwan pelas Forças Armadas da China poderia provocar uma guerra envolvendo os Estados Unidos. Duvido que Pequim faça isso, pois uma tentativa fracassada enfraqueceria a posição do presidente Xi Jinping e ameaçaria a legitimidade do regime comunista chinês", disse. Ela não descartou, no entanto, um acidente militar na região do Estreito de Taiwan, devido à proximidade das forças militares das duas superpotências no Mar da China Oriental.

Bonnie Glaser discordou da afirmação de Lanxin Xiang de que o atual governo norte-americano apoaria a ideia de 'uma China, uma Taiwan', algo próximo de uma declaração de independência. "Esta não é nem nunca foi a posição do governo norte-americano, que sempre se posicionou a favor de uma solução negociada e pacífica para a questão de Taiwan. Concordo, no entanto, que o governo Biden precisa ter uma postura mais transparente e consistente em relação a essa questão para não dar margem a dúvidas", afirmou.

Para a especialista, mesmo no auge da Guerra Fria os EUA e a URSS foram capazes de manter algum nível de diálogo no sentido de evitar um confronto nuclear, seja por meio de medidas de construção de confiança na Europa ou por meio de acordos e tratados de controle de armas. "Apesar da intensa rivalidade, as duas superpotências criaram alguns mecanismos para reduzir a tensão e evitar uma guerra. Há, portanto, lições que podem ser aprendidas da Guerra Fria do século 20 para impedir que a atual disputa entre a China e os EUA leve a um conflito militar", disse.

"Acredito que a cooperação entre os EUA e a China é essencial, e há um crescente número de desafios regionais e globais em que isso pode acontecer. Como exemplo, cito a busca de uma solução para a Guerra da Ucrânia, o enfrentamento da mudança climática, a prevenção de uma nova pandemia, a questão da segurança alimentar global e até mesmo a administração dos riscos colocados pela inteligência artificial", sugeriu.

"O governo Biden tem tentado trabalhar com a China em todas essas questões, mas Pequim rejeitou essas tentativas e tem sido relutante em se envolver em qualquer tipo de cooperação", afirmou a norte-americana.

cooperação", afirmou a norte-americana.

Glaser encerrou sua fala de abertura destacando a importância de uma atenção especial, por parte dos Estados Unidos e também da Europa, no sentido de se aproximarem dos chamados '*swing states*', países que têm crescente importância geopolítica e econômica e não querem escolher um lado na atual disputa entre os EUA e a China. Como exemplos, ela citou a Índia, a Indonésia, a Arábia Saudita, a Turquia, o Brasil e a África do Sul.

“Esses países têm seus próprios desafios de desenvolvimento e desejam ter um papel relevante em uma nova ordem internacional baseada em um mundo multipolar. Para fortalecer os princípios democráticos e liberais, os EUA e a Europa devem buscar parcerias com esses países para resolver problemas regionais e globais, mas também para avançar nas prioridades desses importantes Estados em ascensão. Não há uma solução que sirva para todos”, disse.



Otávio Dias



13/06/2023



Assista!

18. A guerra na Ucrânia e os mercados globais de energia e alimentos

A guerra na Ucrânia completou um ano em 24 de fevereiro sem perspectivas de solução e os impactos nos mercados globais de alimentos e energia, embora tenham arrefecido diante dos picos de preços registrados logo após a invasão russa, continuarão presentes a depender dos rumos do conflito na Europa. Outros fatores de instabilidade, como fenômenos climáticos extremos, epidemias e disputas geopolíticas, podem contribuir para que os preços voltem a subir.

“Desde 2020, o mundo vive uma crise alimentar multidimensional, com vários desafios simultâneos, incluindo os impactos da pandemia de Covid-19, a mudança climática e guerras físicas (como a da Ucrânia) e comerciais (entre os EUA e a China), que compõem um quadro de muitas incertezas”, disse o engenheiro agrônomo **Marcos Jank**, coordenador do Centro Insper Agro Global, neste webinar realizado pela Fundação FHC e pelo *The German Marshall Fund, think tank* sediado em Washington.

Segundo **Joseph W. Glauber** – que foi economista-chefe do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) –, os preços

do trigo e do milho vêm caindo, devido à retomada, ainda que parcial, das exportações ucranianas pelo Mar Negro e às safras recordes de outros produtores importantes, mas os estoques mundiais desses produtos são os menores da última década, o que deixa pouca margem para administrar novos choques.

“Como é pequeno o grupo de países exportadores das principais *commodities*, a oferta mundial de alimentos é muito sensível a eventos imprevistos. Se houver, por exemplo, uma quebra de safra resultante de um fenômeno climático extremo em um dos países exportadores, o resultado pode ser novo aumento de preços no mercado internacional”, explicou o pesquisador do *International Food Policy Research Institute* e do *American Enterprise Institute*.

Como grande exportador de algumas das principais *commodities* – principalmente soja, açúcar e carnes, mas crescendo em milho e algodão –, o Brasil tem se beneficiado do aumento dos preços dos alimentos. Em 2022, as exportações brasileiras do agronegócio cresceram nada menos de 32% em relação ao ano anterior, com aumento do valor e do volume exportados.

Mas, se de um lado os preços elevados dos produtos agrícolas estimulam a produção, a elevação dos preços dos fertilizantes, outro efeito negativo da guerra, e da energia impacta os custos e pode limitar a expansão da oferta. Em suma, embora os mercados futuros apontem para preços decrescentes de alimentos, o cenário ainda é de muita incerteza.

Mercado global de energia também sofre pressão de fatores geopolíticos e climáticos

“O mercado de energia global é complexo, fragmentado e pouco transparente e os resultados das sanções comerciais e econômicas impostas à Rússia não são automáticos, como se bastasse apertar um botão. A tendência é de o Ocidente perder ainda mais influência sobre o regime russo, e Pequim aprofundar a cooperação com Moscou, ainda que não oficialmente”, disse **Elina Ribakova**, economista-chefe do *Institute of International Finance* e *fellow* visitante no *think tank* *Bruegel*, sediado em Bruxelas.

“A questão é como o mundo, e não apenas a Europa, vai conseguir se adaptar sem depender tanto do gás russo. A União Europeia e as principais economias do bloco foram rápidas na reação à invasão da Ucrânia, ao anunciar medidas para reduzir o consumo, buscar fontes alternativas ao gás russo e ampliar os investimentos em energias renováveis, mas precisamos ver os resultados desse conjunto de decisões no longo prazo”, disse **Clarissa Lins**, economista com

ampla experiência na área energética, fundadora da *Catavento Consultoria*.

No curto prazo, a UE foi obrigada a dar marcha à ré na sua política de descarbonização, em alguns casos recorrendo ao desflorestamento e à queima do carvão para suprir a falta do gás russo, o que pode vir a comprometer a meta de reduzir as emissões de carbono em 55% até 2030, em comparação com os níveis observados em 1990. O bloco, porém, mantém firme o seu compromisso de alcançar a meta de zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050, com a expansão do uso das energias renováveis.

Em parte ajudados por um inverno com temperaturas acima das médias históricas, o maior problema dos europeus não tem sido a falta de energia, mas o preço pago por ela, o que tem obrigado governos da região a usar recursos fiscais para atenuar o impacto das contas de energia sobre os orçamentos de empresas e famílias. Os europeus vão levar tempo e arcarão com custos relevantes para superar a dependência do gás russo, que foi crescente ao longo de, pelo menos, vinte anos.

O presidente russo, Vladimir Putin, aposta que o custo econômico da energia nos países europeus acabará por quebrar a unidade entre os Estados Unidos e a Europa na imposição de sanções à Rússia. “Enquanto isso, como uma maneira de reduzir o impacto das medidas, Moscou destinou o grosso das suas vendas externas de petróleo e gás para a Chi-

na, principalmente, e a Índia, em menor grau”, lembrou Ribakova.

É difícil saber a que preços essas transações estão ocorrendo, mas elas têm sido suficientes para sustentar a economia russa acima da linha d’água e em condições de financiar a continuidade da guerra na Ucrânia. Por isso, o cenário de um desenlace rápido do conflito provocado pelo colapso da economia da Rússia não é realista.

Produtores de alimentos reagem bem, mas não há espaço para imprevistos e erros

“A boa notícia é que houve uma reação muito positiva por parte de alguns dos principais países produtores de alimentos no período pós-pandemia e na sequência da invasão da Ucrânia. O Brasil foi um deles”, disse Joseph W. Glauber.

A má notícia é que, como os estoques estão baixos e a demanda por alimentos vai continuar a crescer, não há espaço para erros e eventos imprevistos: “Essas instabilidades fazem

parte do jogo, mas são cada vez mais imprevisíveis devido às mudanças climáticas.”

“Aumentar a produtividade exige financiamento adequado, investimento em pesquisa, tecnologia e logística. Leva tempo. O pior que pode acontecer é os países criarem barreiras para dificultar a exportação de alimentos, sob o argumento de garantir o consumo interno, ou apelar para subsídios e protecionismos que se mostram ineficazes para a produção agrícola no médio prazo. A resposta está em mais comércio internacional, não menos”, disse o pesquisador do IFPR.

Durante a sua fala, o especialista norte-americano apresentou gráficos que mostram a evolução da produção e do comércio internacional de *commodities* nos últimos anos, assim como o impacto de eventos recentes como a guerra na Ucrânia, a pandemia de Covid-19 e eventos climáticos.

“Houve uma reação muito positiva por parte de alguns dos principais países produtores de alimentos no período pós-pandemia e na sequência da invasão da Ucrânia. O Brasil foi um deles”, disse Joseph W. Glauber.

Marcos Jank – que trabalhou durante dez anos com temas internacionais do agronegócio na Europa, nos EUA e na Ásia – alertou para a necessidade de a

comunidade internacional criar programas de apoio às populações mais vulneráveis, em especial nos países da África subsaariana. “É fundamental criar políticas globais para diminuir a insegurança alimentar, mas a probabilidade de isso acontecer a curto prazo é pequena devido à profunda crise vivida pelas instituições internacionais e multilaterais. O Brasil pode ajudar a impulsionar esse tema”, disse.

Brasil exporta cada vez mais, mas precisa proteger a Amazônia

“O forte crescimento da demanda por alimentos na África, no Oriente Médio e na Ásia nos abre muitas oportunidades e estamos preparados para aproveitá-las. Para isso, devemos fazer a lição de casa na área ambiental, investir cada vez mais em produtividade e na abertura de novos canais de exportação”, disse Jank.

O engenheiro agrônomo destacou que o desempenho do agronegócio brasileiro tem sido muito positivo há várias décadas e a logística melhorou significativamente nos últimos anos. “Nosso desafio imediato é conter o desmatamento da Amazônia e convencer o mundo de que estamos comprometidos com a proteção da floresta e do meio ambiente, revertendo assim a imagem negativa criada nos últimos quatro anos”, disse.

Outro objetivo deve ser reduzir a dependência dos fertilizantes e adubos produzidos na

Rússia, na Bielorrússia e na Ucrânia: “Importamos cerca de 85% dos fertilizantes que utilizamos para nossa produção agrícola, e boa parte vem da Rússia. Além de aumentar a produção interna, é importante diversificar os fornecedores.”

Descarbonização deve ser feita o quanto antes de maneira organizada

“No final do dia, o mundo vai ter que se descarbonizar e o melhor que podemos fazer é agir para que essa transição ocorra o quanto antes e de maneira organizada, não pressionada por acontecimentos extremos, que já estão ocorrendo. As políticas energéticas sustentáveis anunciadas recentemente pelos EUA e pela Europa terão impacto global e poderão beneficiar países como o Brasil, se soubermos aproveitá-las”, disse Clarissa Lins, economista formada pela PUC-Rio, com mestrado pela mesma universidade.

Atualmente cerca de 80% da matriz energética mundial ainda depende do petróleo e do gás, além do carvão, os chamados combustíveis fósseis, cuja queima em grandes proporções provoca o aquecimento global e as mudanças climáticas, deixando o planeta vulnerável a eventos extremos como secas prolongadas, tempestades e inundações.

Neste mundo sob ameaça, o Brasil tem uma situação privilegiada, pois tem uma matriz energética bastante diversificada, devido à relevância da energia hidráulica, responsável

por mais de 60% da energia elétrica consumida no país, aos biocombustíveis e ao aumento da produção de energia eólica e solar. Mas o Brasil também é um importante produtor de petróleo e gás e tem sido alvo de críticas por causa do aumento das queimadas e do desmatamento da Floresta Amazônica.

"A transição entre o mundo velho e o novo vai demorar um tempo e, enquanto não chegarmos lá, teremos de conviver com tecnologias e atores do passado e do futuro. Há amplo espaço para a inovação e para empresas *startups* que encontrarem formas criativas de acelerar esse processo", disse Elina Ribakova.

Mundo desenvolvido precisa contribuir com fundos de transição

Embora a meta seja a descarbonização global, cada país terá que definir a melhor estratégia para atingir esse objetivo, com base em suas vantagens e desvantagens, no comprometimento da sociedade com as consequentes mudanças de hábitos e na disponibilidade de recursos. É fundamental, no entanto, a contribuição dos países mais desenvolvidos para a transição energética das nações menos desenvolvidas, diversas delas ainda dependentes de combustíveis fósseis e com recursos insuficientes para promover sua substituição.

"Em diversas oportunidades, como nas Cúpulas do Clima da ONU, os países ricos se

comprometeram a contribuir com fundos de transição ambiental e energética, mas os encontros se sucedem e o dinheiro não aparece. O financiamento da transição energética é fundamental para acelerar a descarbonização do planeta e reduzir a ameaça climática", disse Ribakova.

"No Brasil, a hora é de inovar e reindustrializar o país a partir da introdução de tecnologias sustentáveis. Temos uma chance única de atrair investimentos na área energética, melhorando ainda mais nossa matriz e nos tornando produtores e exportadores de novas fontes renováveis como o hidrogênio verde", disse Lins.

 Otávio Dias

 14/02/2023



Assista!

19. A ameaça da crise global de alimentos: dimensões, riscos e possíveis respostas

O mundo vive três crises simultaneamente: a crise climática, resultante do aquecimento global; a crise energética, provocada sobretudo pela guerra na Ucrânia; e a crise de insegurança alimentar, consequência da ameaça de interrupção do fornecimento de grãos pela Ucrânia e de fertilizantes pela Rússia e pela alta da inflação em diversos países do mundo.

“Vencer essas três crises requer mais coordenação multilateral. A insegurança alimentar do planeta atinge principalmente as populações mais vulneráveis. A solução não é fechar o mercado interno, como tentaram fazer recentemente países produtores de alimentos como a Argentina, a Indonésia e a Índia, mas aumentar a produção, coordenar melhor o mercado internacional de *commodities* e apoiar os mais vulneráveis”, disse o engenheiro agrônomo **Marcos Jank**, que trabalhou durante dez anos com temas internacionais do agronegócio na Europa, nos EUA e na Ásia e atualmente é professor do Insper.

“Assistimos a um acoplamento da crise resultante da transição climática com a crise geopolítica global, provocada pela crescente

rivalidade entre os Estados Unidos e a China e, agora, pela invasão da Ucrânia. Vemos também um acoplamento entre as questões energética e alimentar, pois a Rússia tem utilizado a ameaça de interromper o fornecimento de energia, fertilizantes e alimentos como uma arma de guerra”, disse **Ana Yang**, diretora executiva do *Chatham House Sustainability Accelerator*, baseada em Londres.

“Gostei da escolha da palavra ‘segurança’ no título deste evento. O conceito de segurança cidadã é um dos pilares da Constituição de 1988, mas foi meio abandonado recentemente e trocado por uma certa obsessão por defesa. É o nível de segurança completo de um país que dará o perfil de sua soberania”, disse o **General do Exército da Reserva Sérgio Etchegoyen**, que foi ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e chefe do Estado Maior do Exército.

O webinar ‘A ameaça da crise global de alimentos: dimensões, riscos e possíveis respostas’ foi uma parceria entre a Fundação FHC e o Centro Soberania e Clima.

Inflação combinada com estagnação: quadro volátil aumenta insegurança

Não bastasse a pandemia, que paralisou o mundo durante boa parte de 2020 e continuando impactos socioeconômicos até hoje, na sequência veio a guerra na Ucrânia, que está acelerando as mudanças na geopolítica global, ao pôr a Rússia e a OTAN em atrito e aproximar Moscou de Pequim, aguçando ainda mais a rivalidade entre os Estados Unidos e a China.

"A esse quadro já bastante complexo, com efeitos prolongados no tempo, soma-se, de imediato, o recrudescimento da inflação no mundo e a crescente incerteza sobre se o aumento de juros para combatê-la levará ou não diversos países, entre eles os Estados Unidos, à recessão. São fenômenos inesperados que se sucedem e impactam diretamente a oferta e a demanda de alimentos e energia. Com novidades a cada semana, simplesmente não sabemos o que vai acontecer com os preços dessas *commodities* a curto e médio prazo", disse Marcos Jank, coordenador do centro Insper Agro Global. Essa incerteza com relação aos preços, se prolongada, pode afetar negativamente as decisões sobre o plantio das próximas safras, dificultando o aumento da oferta global de alimentos.

"Os preços e os custos estão altos e a inflação generalizada pode levar a uma recessão global, derrubando os preços das *commodities*, o que seria muito ruim para os países produtores de alimentos, entre eles o Brasil.

Vivemos uma era de alta incerteza e volatilidade, que deve ser enfrentada com mais cooperação multilateral, não com protecionismo", afirmou.

Segundo Jank, o caminho para enfrentar a insegurança alimentar é aumentar a produção e o comércio. "Os grandes exportadores agrícolas devem se unir para convencer o mundo a não tomar medidas erradas, ou seja, é preciso abrir o mercado de *commodities* e torná-lo mais eficiente, não fechar", disse.

"As crises climática, energética e alimentar não são problemas nacionais, mas que ultrapassam fronteiras e atingem a todos. Nesse contexto bastante desafiador, quais são as boas políticas públicas nacionais e internacionais? É preciso mais coordenação entre os países e global. Estamos errando na questão multilateral, a pandemia deixou isso muito claro", continuou Jank.

População que já era vulnerável é a mais ameaçada pela alta dos alimentos

Ana Yang, diretora da Chatham House — instituição criada após a Primeira Guerra Mundial com o objetivo de promover a paz por meio do diálogo — salientou que os países do Norte da África, da África Subsaariana e do Oriente Médio são os mais afetados pela atual crise alimentar, por dependerem em grande parte da importação de alimentos para alimentar sua população.

"Nesses países, as famílias mais pobres chegam a destinar 40% dos recursos disponíveis para comprar alimentos. Esta população que já era vulnerável está ficando ainda mais vulnerável. Além da instabilidade política, a insegurança alimentar pode levar a um aumento da imigração rumo às nações mais desenvolvidas. Como os países europeus vão reagir?", alertou.

"A coordenação internacional é o caminho para lidarmos com temas como as crises climática, energética, alimentar e mesmo migratória, mas na política interna dos países o que vemos, com frequência, é uma tendência de fortalecimento de discursos nacionalistas e protecionistas", disse Yang.

No plano internacional, as perspectivas de retomada do multilateralismo para resolver questões globais também não são promissoras: "O que vemos é uma tendência de fragmentação, com dois ou três blocos disputando poder, um liderado pelos EUA e pela Europa, o outro capitaneado pela China e possivelmente pela Rússia e, talvez, um terceiro bloco que tentará jogar em ambos os times."

"Vivemos uma fase de incertezas, mas a principal causa da insegurança alimentar é a falta de renda das populações mais pobres nos países em desenvolvimento. O mundo precisa se articular para apoiar os mais vulneráveis, transferindo renda para aqueles que não estão conseguindo comer e criando empregos nos países mais vulneráveis. Para atingir esse

objetivo, é fundamental resgatar o papel de instituições multilaterais como a ONU, a FAO, a OMS e também a OMC, que regula o comércio internacional", disse Marcos Jank.

Brasil é provedor de paz, alimentos e energia, e deve cuidar da Amazônia

O Brasil é visto pelo mundo como um país pacífico e que tem muito a contribuir para a estabilidade da América do Sul e do planeta. Já é um dos maiores produtores de alimentos e pode se tornar um grande exportador de energia renovável. Tem bons cientistas e uma diplomacia respeitada. Mas, para ocupar o espaço que merece no mundo, precisa enfrentar a questão ambiental pra valer, sobretudo no que diz respeito à preservação da Amazônia.

"A comunidade internacional olha para nós como um país provedor de paz, estabilidade, alimentos e energia. Não é pouco e é uma grande responsabilidade. Há muito espaço para nos desenvolvermos ainda mais e darmos uma contribuição essencial para a segurança mundial", disse o General Sergio Etchegoyen, presidente do conselho de administração do Centro Soberania e Clima.

A atual incapacidade de gerenciar a questão ambiental é o que está nos impedindo de ocupar esse espaço privilegiado, alerta o General. "O problema da Amazônia, que representa 60% do nosso território, é a ausência do Estado brasileiro. É preciso reforçar as agências de controle ambiental e exercer,

de fato, o poder de polícia para combater o desmatamento ilegal, a criminalidade e o tráfico. Se perdermos o controle da região e das fronteiras agrícolas próximas à Amazônia para o crime organizado, nosso futuro estará sob risco", afirmou.

"O Brasil não realizará seu potencial como nação pela boa vontade dos outros países, mas pela sua própria capacidade de resolver seus problemas internos e defender seus interesses externamente. Já nos mostramos capazes de negociar com o mundo todo, mas hoje temos um déficit nessa área, causado sobre tudo pela questão da Amazônia", continuou.

"Como uma brasileira que vive e trabalha no exterior há muitos anos, vejo um enorme potencial para o Brasil nesta nova ordem geopolítica que está em construção. Podemos trabalhar com os diferentes blocos que dirão os rumos do planeta nas próximas décadas. Ninguém duvida de nossa capacidade, mas no momento temos um problema de reputação na área ambiental", disse Ana Yang.

Segundo a diretora executiva do Chatham House Sustainability Accelerator, diversos países europeus estão querendo se reaproximar do Brasil para discutir questões relacionadas ao meio ambiente e também à segurança alimentar e energética, mas estão aguardando o resultado das eleições presidenciais de outubro, que definirão os rumos do país nos próximos quatro anos.

"Não há dúvida de que a agricultura e a pecuária brasileira têm um papel fundamental para garantir a segurança alimentar do planeta, mas, se não enfrentarmos pra valer o aumento da criminalidade na Amazônia, em grande parte responsável pela destruição da floresta, nosso agronegócio será cada vez mais visto como um vilão e o país poderá sofrer retaliações", disse Marcos Jank.

"É o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, como foi feito entre 2004 e 2012, quando houve uma queda de 80% no desmatamento ilegal, que definirá o papel que o Brasil terá no mundo nos próximos anos e décadas. Mesmo tendo uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, não seremos reconhecidos como uma potência ambiental se a Amazônia continuar a ser destruída no ritmo atual", concluiu o especialista em temas relacionados ao agronegócio.

 Otávio Dias

 18/07/2022



Assista!

20. México: uma democracia em perigo?

A democracia no México enfrenta graves problemas, mas não está sob perigo iminente de desmoronar. Isso se deve principalmente ao poder de algumas instituições como a Suprema Corte de Justiça e o Instituto Nacional Eleitoral, que ganharam independência e prestígio ao longo deste século, com o fim de um regime dominado por um só partido, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governou o México de 1929 a 2000, recorrendo a frequentes fraudes eleitorais e à concentração de poder na Presidência da República.

“O projeto do presidente López Obrador tem sido o de reconstruir a velha presidência mexicana onipotente. Ele representa uma resposta da velha classe política, historicamente denominada nacionalista-revolucionária, contra as reformas liberalizantes do período de transição democrática”, disse **Luis Rubio**, presidente do *México Evalúa-CIDAC*, centro independente de análises e estudos sediado na Cidade do México.

“Desde o primeiro dia de governo (1º de dezembro de 2018), López Obrador tem buscado implementar um projeto que vai além do

seu governo e cuja ambição é inaugurar um novo regime político. Ele tem tido êxito em estabelecer uma nova narrativa, com fortes elementos simbólicos, e mudou completamente a maneira como nós, mexicanos, discutimos e brigamos sobre política atualmente”, disse a cientista política **Blanca Heredia**, diretora do *Centro de Investigación y Docencia Económicas A.C. (CIDE)*.

Andrés Manuel López Obrador, também conhecido, por suas iniciais, como AMLO, disputou sua primeira eleição presidencial, em 2006, pelo Partido da Revolução Democrática (PRD), criado a partir de uma cisão à esquerda do então partido dominante, o PRI, no fim da década de 1980. Perdeu para o candidato do Partido da Ação Nacional (PAN), de centro-direita, por uma margem ínfima de votos. Já então se apresentava como o candidato anti-*establishment*.

Na sua terceira tentativa, em 2018, López Obrador finalmente chegou ao poder, sete anos após ter fundado o Movimento de Regeneração Nacional, ou MORENA, em 2011. Desta vez, não apenas venceu o pleito presidencial, mas o fez pela maior margem de vo-

tos, 53%, obtida desde que eleições realmente competitivas se estabeleceram no país, em 2000.

Além disso, o MORENA conquistou a maioria dos assentos na Câmara de Deputados e no Senado.

Segundo Blanca Heredia, AMLO mobilizou, durante os anos de implantação do MORENA, e encarnou, na campanha eleitoral de 2018, a insatisfação contra as promessas não cumpridas da modernização econômica, cujos frutos se distribuíram de maneira muito desigual entre as regiões e as classes sociais, e da democratização política das últimas três décadas, em particular o combate efetivo à corrupção, que continua endêmica, e o narcotráfico, cujo grau de violência só fez crescer.

Num país que cultiva a história, apresentou-se como o líder de uma grande transformação, a quarta do México independente. As três anteriores seriam, pela ordem cronológica: a independência da Espanha, consolidada em 1821; a reforma liberal, com a separação

entre Estado e Igreja, consagrada na Constituição de 1869; e a Revolução mexicana de 1917, que abriu o caminho para o fortalecimento do Estado e da economia nacional, em especial a partir da nacionalização do petróleo, em 1938.

Dessa perspectiva, a terceira grande transformação teria se esgotado ao final dos anos de 1980, quando, na visão de AMLO, o México se rende à globalização, por intermédio do NAFTA, o acordo de livre-comércio com os Estados Unidos e o Canadá. A quarta transformação, que ele prometeu iniciar com a sua chegada ao Palácio Nacional em 2018, consistiria em retomar o projeto nacional conduzido pelo Estado, sob a forte liderança de um presidente apoiado pelas massas populares, e projetá-lo para o futuro.

“Vivemos um paradoxo: com López Obrador, a figura do presidente se fortaleceu, mas o governo federal continua a ter muitas dificuldades em garantir uma cidadania plena a todos os mexicanos”, disse Rubio.

AMLO busca minar pilares do regime democrático

Contrariamente às expectativas, AMLO tem se mostrado pragmático na gestão da macroeconomia e das relações com os Estados Unidos. Conquistou a confiança dos merca-

dos e renegociou o NAFTA sem rompê-lo, aceitando as imposições protecionistas de Trump. Ele se distingue, isto sim, pelo estilo político. A cada manhã se dirige por rádio e TV à população, nas chamadas '*mañaneras*', nas quais não poupa ataques às elites e aos adversários, e pelo empenho sistemático em concentrar poder simbólico e real na Presidência da República.

Ele fez das instituições do sistema de freios e contrapesos o seu alvo principal. Por outro lado, aproximou-se dos militares, aos quais entregou postos estratégicos do Estado e, contrariando promessas de campanha, manteve à frente do combate ao narcotráfico.

"Apesar de todo o esforço presidencial no sentido de reduzir o poder de instituições independentes, o Banco do México e o INEGI (*Instituto Nacional de Estadística y Geografía*) seguem firmes. A Suprema Corte de Justiça e o Instituto Nacional Eleitoral também, embora um pouco debilitados", disse Blanca.

"A grande pergunta do momento é se as estruturas democráticas que têm resistido às investidas presidenciais serão fortes o suficiente para garantir que o atual governo conclua seu mandato no tempo e na forma previstos, e para que ocorra uma transição normal para um novo governo, seja ele qual for", disse Rubio, que é autor e editor de 52 livros, entre eles '*La nueva disputa sobre el futuro: Ideas viejas para un México moderno*' (GRIJALBO, 2021).

"Quem quer que seja o próximo presidente, homem ou mulher, da situação ou da oposição, terá muita coisa a fazer, o que representa também uma grande oportunidade para a consolidação da democracia no México", continuou Rubio. No México, o presidente da República é eleito para um mandato de seis anos, sem reeleição consecutiva. Ou seja, López Obrador não poderá se recandidatar ao cargo em 2024, mas terá papel decisivo na escolha de seu sucessor ou sucessora.

Em 2024, o partido do presidente quer conquistar dois terços do Congresso

Segundo Rubio, López Obrador tem utilizado de sua força política e do cargo que ocupa para tentar desqualificar qualquer outro pré-candidato ou pré-candidata que não seja do MORENA nas eleições gerais de junho de 2024, em que serão eleitos o próximo (ou a próxima) presidente, governadores, senadores e deputados federais.

"López Obrador capturou uma base social de grande importância que se sentia excluída, e de fato tem dominado a política nacional nos últimos anos. Mas, apesar de sua retórica hegemônica, o panorama político é mais complexo e competitivo do que ele pretende fazer parecer. Nas eleições intermediárias de 2021, a oposição venceu em nove das dez principais cidades mexicanas. Se somarmos os votos dos candidatos de oposição, eles tiveram 1 milhão de votos a mais do que os candidatos do MORENA", disse Rubio.

"A realidade é que há narrativas contrastantes e divisões muito profundas na sociedade mexicana", seja entre regiões, seja em termos de renda", afirmou. "Estamos vivendo um período de retrocesso democrático, mas ao mesmo tempo surgem resistências e forças que podem constituir o cimento de uma democracia mais profunda e sólida. No final das contas é possível que Obrador acabe levando à criação de um país mais moderno e democrático que, de certa forma, ele queria cancelar."

MORENA será o novo PRI?

Segundo Blanca Heredia, as eleições gerais de 2024 serão fundamentais para o projeto de López Obrador de fazer do MORENA um partido hegemônico, como o PRI foi em boa parte do século passado: "Se ele conseguir eleger seu sucessor e, sobretudo, se ele 'arrasar' nas eleições para o Congresso da União (Parlamento), como promete fazer, são grandes as possibilidades de reconfiguração de um regime de partido hegemônico."

"A pergunta central que ronda a política mexicana hoje é se os limites do poder presidencial continuarão a sofrer restrições, como as que ainda perduram, ou serão cada vez mais diluídos, com a debilitação das condições que tornam possível o pluralismo político e a competição eleitoral efetiva. Tudo ou muito vai depender do que acontecer em 2024", disse a cientista política.

Segundo Blanca, no regime de partido hegemônico — como o que o México viveu entre 1929 e 2000 com o PRI — o partido dominante não elimina todo o pluralismo político, mas o limita. "Na tradição política mexicana, o regime de regime de obediência política não é produto de simples coerção, mas do consentimento voluntário das classes políticas, empresariais, trabalhadoras e da maioria da sociedade. Com seu discurso dominante, López Obrador busca conquistar esse consentimento voluntário para seguir no centro do poder."

Apesar da comparação com o longo período de dominância do PRI, Blanca salientou que o MORENA é um movimento político recente, criado em 2011 pelo próprio AMLO, e nada garante que se torne hegemônico por um período mais longo. "O que temos hoje é um presidente da República que busca uma personalização extrema do poder, por meio de uma narrativa exitosa que garantiu a ele uma ampla base social. Sua intenção em 2024 é eleger seu sucessor ou sucessora e conquistar dois terços do Parlamento para, então, fazer do MORENA uma espécie de novo PRI".

México não tem estratégia nacional para combater o narcotráfico

Segundo Luis Rubio, os diversos governos do período de transição democrática fracassaram na tentativa de combater o narcotráfico, que controla hoje territórios onde vivem milhões de mexicanos. Este é um tema que terá

de ser enfrentado pelo próximo presidente, junto com os governadores e prefeitos.

"O México simplesmente não tem uma estratégia integrada de combate à violência envolvendo o governo federal, os governos dos estados e das cidades. O Exército não tem meios para enfrentar os cartéis, e o governo federal não tem as estruturas de justiça e de polícia para garantir a segurança da população mexicana, que vive hoje sob permanente extorsão por parte dos narcotraficantes", explicou.

"A verdade é que os narcos são os donos do jogo. Para mudar isso, seria necessário destinar amplos recursos financeiros e humanos para criar polícias civis profissionais em todo o território, com forte capacidade de investigação, controle e coação, como foi feito na Cidade do México com sucesso. Se houver vontade política e maior integração entre os governos federal, estaduais e municipais, é possível replicar essa estratégia a nível nacional", disse Blanca Heredia.



Otávio Dias



21/06/2023



Assista!

21. Causas e consequências das bruscas oscilações políticas no Chile

Após uma tentativa fracassada de praticamente ‘refundar’ o Estado chileno, levada adiante durante a Convenção Constitucional do Chile (2021-2022) por grupos, movimentos e partidos representantes de um pensamento de esquerda mais radical, o Chile vive hoje uma ‘ressaca conservadora’, que pode resultar em retrocessos em temas importantes como a garantia dos direitos indígenas, das mulheres e a defesa do meio ambiente, entre outras.

Por outro lado, as forças políticas tradicionais – incluindo partidos de esquerda, centro e direita, governo e oposição – se puseram de acordo nos últimos meses para construir uma saída institucional à crise surgida após o referendo de setembro de 2022, quando mais de 60% dos chilenos rejeitaram a proposta de nova Constituição, jogando o país num período de incerteza.

Essa saída institucional passará por uma segunda tentativa de redigir uma nova Constituição, desta vez por um Conselho Constitucional, com 51 membros ligados a partidos políticos – na convenção anterior, eram 155, boa parte deles independentes.

Na eleição realizada em 7 de maio de 2023 em que os chilenos escolheram os membros deste Conselho, o Partido Republicano de José Antonio Kast – líder da direita radical derrotado por Gabriel Boric (atual presidente, de esquerda) na disputa para a Presidência do Chile em 2021 – obteve 35% dos votos válidos, conquistando 22 das 51 cadeiras. Com isso, o grupo de Kast garante o poder de veto dentro do órgão e a possibilidade de se aliar à tradicional direita chilena, que terá 11 assentos, o que deve resultar em uma proposta de Constituição mais conservadora do que se imaginava anteriormente.

“Em menos de quatro anos, nós, chilenos, passamos por todas as etapas da Revolução Francesa (1789-1799), felizmente sem recorrer à guilhotina”, disse o sociólogo **Eu-
genio Tironi**, professor da *Escuela de Gobierno UC (Pontificia Universidad Católica de Chile)*, ao descrever, com um toque de ironia, o período de intensa turbulência política iniciado em outubro de 2019, quando uma onda de protestos tomou conta de Santiago e outras cidades do país, conhecida como ‘estallido social’.

"Nos últimos anos, o Chile vive como um pêndulo, ora oscilando para o polo da esquerda, ora para o polo da direita, enquanto a centro-esquerda e a centro-direita que governaram o país desde o fim da ditadura Pinochet (1973-1990) perderam musculatura política", explicou **Ignacio Walker**, que foi senador (2010-2018), ministro das Relações Exteriores (2004-2006) do Chile e presidente do *Partido Demócrata de Centro* (PDC).

A lista Unidade para o Chile, que reúne os partidos de esquerda que apoiam o presidente Boric, ficou em segundo lugar na votação, com 28% dos votos válidos, e terá apenas 17 cadeiras no Conselho — para que tivessem poder de veto no processo de elaboração da nova Carta, precisariam de pelo menos quatro representantes a mais.

Durante esta webinar sobre o cenário político chileno realizado pela Fundação FHC, Ignacio Walker e Eugenio Tironi responderam a perguntas feitas por **Maria Hermínia Tavares** de Almeida, cientista política e professora titular aposentada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e do Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP), e pelo cientista político **Sergio Fausto**, diretor geral da Fundação FHC.

Classe política buscou saída institucional para impasse

Como uma forma de evitar que o novo processo constituinte fracasse novamente, um

anteprojeto já foi discutido e aprovado unanimemente por uma comissão de especialistas, formada por 24 membros de todos os partidos com assento no Congresso Nacional do Chile. Além disso, um comitê de admissibilidade formado por 12 renomados juristas avaliará se alguma proposta afronta princípios basilares da tradição constitucional chilena. O novo texto será submetido a referendo em dezembro deste ano.

"O Conselho Constitucional será soberano, mas redigirá a nova Carta dentro de um escopo mais definido. É um desenho bastante notável, que permitirá processar politicamente a redação da nova Carta, dando uma saída institucional para o impasse político que se estabeleceu nos últimos anos", disse Walker.

"De fato, a classe política mais tradicional demonstrou uma inteligência política extraordinária para encontrar uma saída após o trauma da rejeição da primeira proposta de Constituição", disse Tironi. O sociólogo lembrou, no entanto, que a recente reviravolta política "tirou a alma" da esquerda e deverá ter impacto no governo Boric.

"Não se fala mais em direitos indígenas, direitos das mulheres, em economia verde, temas que pareciam centrais no debate político há pouco tempo. Neste momento, segurança pública é o principal tema da agenda pública, devido ao aumento da violência e da imigração ilegal no país", disse Tironi.

Apesar da polarização entre a direita, que terá maioria no Conselho Constitucional, e a esquerda, que ocupa o Palácio de la Moneda (sede do governo chileno, em Santiago), ambos os analistas políticos acreditam que a disputa política entre esses dois pólos será caracterizada por uma certa moderação até 2025, quando ocorrerá a próxima eleição presidencial no país.

"Para ter sucesso em sua nova tentativa de chegar à Presidência do Chile, que é seu objetivo maior, Kast precisa conquistar 50% dos votos mais um e, para isso, precisa atrair votos da direita mais tradicional e do centro. Por isso, não interessa a ele dar uma guinada populista e autoritária", disse Walker.

Já o atual presidente chileno, Gabriel Boric – de esquerda, derrotou Kast no segundo turno da eleição presidencial de 2022 – ainda tem mais de dois anos de mandato pela frente e precisa de muita habilidade para cumprir ao menos parte de suas promessas, diante de uma oposição fortalecida.

"Com toda a incerteza política que temos vivido nos últimos anos, se o presidente Boric conseguir colocar sua assinatura em uma nova Constituição para o Chile do século 21, mesmo que fortemente influenciada pela direita, ele já terá lugar garantido na história", disse o ex-senador Ignacio Walker.

"Vejo um processo de convergência entre o Partido Republicano, de Kast, e a direita tra-

dicional, assim como temos visto uma aproximação entre Boric e as forças de esquerda tradicionais, desde o segundo turno da última eleição presidencial", disse Eugenio Tironi.

"A tendência, nos próximos anos, é de vivermos uma espécie de bipartidarismo, com um conglomerado de centro-direita, liderado por uma direita mais radical, e um conglomerado de centro-esquerda, liderado por uma esquerda mais radical", concluiu o sociólogo.

 Otávio Dias

 25/05/2023



Assista!





Mudança climática e governança democrática

O aquecimento global é uma realidade, exigindo esforços globais para reduzir emissões e adotar práticas sustentáveis. O Brasil, com a responsabilidade sobre a Amazônia e outros biomas, enfrenta a escolha entre preservação e degradação ambiental. A Amazônia, vital para biodiversidade e regulação climática, pode ser um ativo com manejo sustentável ou um passivo sem contenção da destruição.

Apesar de ser um relevante produtor de combustíveis fósseis, o Brasil possui uma matriz energética renovável e potencial para liderar na produção de energias limpas. A transição para renováveis, contudo, é desafiadora. Como grande produtor agrícola, o país precisa aprimorar a sustentabilidade do agronegócio, garantindo rastreabilidade e evitando terras desmatadas ilegalmente. O compromisso com a sustentabilidade é vital diante das crescentes exigências ambientais e de saúde global.

22. Iniciativas para uma Amazônia Sustentável: um diálogo entre Marina Silva e Ilan Goldfajn

O aquecimento global e a crise climática são uma realidade e a hora de agir nos níveis nacional, regional e internacional para proteger a Amazônia — a maior floresta equatorial do planeta, fundamental para a regulação do clima — é agora. “Vivemos um momento muito importante e precisamos aproveitá-lo porque, talvez, não tenhamos outro tão propício como este para obtermos resultados substantivos na preservação e no desenvolvimento sustentável da Amazônia”, disse **Marina Silva**, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em visita à Fundação FHC.

“Há um claro novo momento para avançarmos na preservação da Amazônia. Falo dos oito países amazônicos e do território da Guiana Francesa, mas principalmente do Brasil e da Colômbia, onde os atuais governos têm se comprometido firmemente com esse objetivo. Fora da região amazônica também há esta visão de que o momento de virar a chave e proteger a floresta é agora”, afirmou **Ilan Goldfajn**, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com 48 países-membros e mais de US\$ 23 bilhões de investimentos e mobilizações (dados consolidados de 2021).

Segundo Marina Silva e Ilan Goldfajn — que, a convite da Fundação FHC e do BID, se encontraram em 29 de julho de 2023 em nossa sede em São Paulo para um diálogo sobre iniciativas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia — existe uma maior conscientização no Brasil, nos demais países amazônicos e em boa parte do mundo desenvolvido e em desenvolvimento de que é necessário manter a Floresta Amazônica em pé, proteger seus rios e sua biodiversidade e, ao mesmo tempo, realizar investimentos e viabilizar alternativas econômicas sustentáveis para melhorar a qualidade de vida e garantir emprego e renda para as 60 milhões de pessoas que vivem na Amazônia.

Além dos dois palestrantes, com histórias de vida e áreas de atuação muito diferentes, mas neste momento com grande potencial de complementaridade, compareceram ao evento cerca de cem pessoas convidadas pelas duas instituições, incluindo ambientalistas, economistas, empresários, representantes do terceiro setor, acadêmicos e jornalistas.

BID quer ser um guarda-chuva de projetos sustentáveis nos oito países amazônicos

“O momento político regional e global para agir é agora. O BID tem como membros 26 países da América Latina e do Caribe e outros 22 países que não são da região. A nova administração que eu represento definiu a Amazônia como prioridade e queremos desempenhar o papel de aproximar as necessidades dos oito países amazônicos com o interesse dos demais países de contribuir com a sua preservação”, disse Goldfajn.

O ex-presidente do Banco Central do Brasil salientou que, nos países que compartilham a Amazônia, a crescente conscientização de que é preciso preservar a maior floresta equatorial do mundo vem junto com a percepção de que é fundamental olhar também para as condições sociais e econômicas dos habitantes da região.

“Já temos o diagnóstico: a Amazônia ocupa 40% do território sul-americano, sendo que mais de 60% fica no Brasil; cerca de 40% dos 60 milhões de habitantes da região vivem abaixo da linha de pobreza. Na área social, a maioria das comunidades, na floresta, à beira dos rios, na zona rural e nas cidades, carece de serviços básicos. Na área econômica, a região tem baixo nível de produtividade, muita informalidade e atividades ilegais. Isso tem que mudar”, disse o palestrante.

“No BID, já temos a Iniciativa Amazônica há algum tempo, mas queremos evoluir no sentido de sermos um guarda-chuva de projetos regionais que visem tanto o monitoramento da floresta, dos rios, da biodiversidade e do clima, como também a melhoria das condições sociais, o desenvolvimento de atividades alternativas e a infraestrutura física e digital. O objetivo é somar recursos e coordenar esforços para cuidar do meio ambiente e das pessoas, de maneira integrada e com real impacto”, continuou.

Segundo Goldfajn, esse guarda-chuva que o BID pretende criar terá um lado de financiamento, por meio de doações e empréstimos, e outro de capacitação técnica para formar os projetos, acompanhá-los e analisar os resultados. O banco de desenvolvimento já tem US\$ 430 milhões disponíveis para *grants* (recursos doados a fundo perdido), mas pretende reunir bilhões de dólares públicos e privados. “Os *grants* disponíveis são na casa dos milhões, os empréstimos que pretendemos obter são na casa dos bilhões, mas, para que a Amazônia dure para sempre, como propõe a ministra Marina Silva, precisaremos de trilhões de dólares nos próximos anos e décadas”, disse Goldfajn.

“Os recursos públicos são essenciais mas não são ilimitados, assim como os do BID e de outras organizações internacionais. Então vamos precisar de recursos do setor privado para complementar. Podemos desenhar os instrumentos financeiros para garantir que isso

aconteça”, disse. Durante o evento, o presidente do BID anunciou o lançamento do programa Amazônia Sempre, segundo ele inspirado pela ministra e ambientalista brasileira.

Goldfajn relatou que, recentemente, o BID auxiliou na troca de parte da dívida pública equatoriana por investimentos do governo na preservação do Arquipélago de Galápagos, tendo como contrapartida metas predefinidas. “Funciona como um prêmio: quando determinados objetivos de ações de defesa do clima e preservação da natureza são alcançados, há uma redução da dívida do país”, disse.

“Também estamos pensando em emitir um bônus amazônico, com garantia do banco. O que o BID quer e pode contribuir é com a priorização e a organização, com um olhar estrutural, financeiro e econômico que busque unir os esforços de todas as iniciativas que já existem e outras que serão desenvolvidas na mesma direção. O nome do jogo a partir de agora é foco, escala e velocidade”, disse.

Ainda segundo o presidente do BID, a Cúpula da Amazônia — iniciativa do presidente Lula para fomentar a cooperação entre os países amazônicos e outros parceiros em prol do desenvolvimento sustentável da região —, que acontecerá em Belém em agosto, será uma oportunidade para trazer doadores públicos e privados de todo o mundo para conhecer a realidade da Amazônia de perto e ameaçá-la mais doações e recursos. “Pretendemos

organizar um evento paralelo com possíveis doadores de fora da Amazônia”, disse.

Outra prioridade do Banco Interamericano de Desenvolvimento é colocar seu peso e sua influência para viabilizar a criação de um mercado internacional de créditos de carbono.

O tripé do governo Lula: combate à desigualdade, fortalecimento da democracia e sustentabilidade

Durante sua apresentação, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, reforçou que a política ambiental brasileira deve ser transversal, envolvendo não apenas a maioria dos ministérios, órgãos e autarquias do governo federal, como também os estados e municípios, o setor privado, o terceiro setor e toda a sociedade.

“Quando comecei a defender essa ideia há 20 anos, na minha primeira gestão no Meio Ambiente (2003-2008), poucos entendiam. Hoje, 28 dos 37 ministérios do governo Lula e diversos órgãos da administração federal têm ações voltadas para o clima e a sustentabilidade, 19 deles com estruturas bem organizadas. Existe, de fato, um compromisso do governo federal com o enfrentamento da mudança climática”, disse Marina.

A ministra destacou o Plano de Transição Ecológica — que foi anunciado há poucos dias pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e será detalhado em breve — como

um exemplo de engajamento do governo Lula no enfrentamento das questões ambiental e climática.

"Outro passo importante foi o recente anúncio do novo Plano Safra Sustentável 1.0, que será a base do financiamento de uma agricultura sustentável de baixo carbono. Não se consegue tornar todo um país ou uma região sustentável em um dia ou um ano, mas a partir de agora teremos um olhar prospectivo. Os recursos federais serão condicionados à sustentabilidade da nossa agricultura e da nossa pecuária e a um portfólio de projetos de baixo carbono", disse.

De acordo com a ministra, os esforços do Ibama, da Polícia Federal e de outros órgãos envolvidos no combate ao desmatamento ilegal da Amazônia já começam a dar resultado: "Dados ainda preliminares indicam tendência de queda de 30% no desmatamento, em breve dados mais precisos coletados pelo sistema PRODES/INPE devem confirmar isso. Nossa meta é alcançar o desmatamento zero."

Marina lamentou que, nos últimos anos, o país tenha retrocedido na defesa do meio ambiente. "Já éramos para estar lá na frente. O Brasil havia reduzido o desmatamento ilegal em mais de 80% por quase uma década (no início dos anos 2000), mas durante o governo anterior nos tornamos um pária ambiental. Entre 2003 e 2008, 80% das áreas protegidas do planeta estavam em nosso território,

com 25 milhões de hectares em unidades de conservação, uma grande contribuição do país para a proteção da biodiversidade. Estamos de volta para garantir a preservação da Amazônia e de todos os nossos biomas. A decisão política e o compromisso ético fazem a diferença", afirmou.

"A política do governo Lula se baseia em um tripé, formado pelo combate à desigualdade, pelo fortalecimento da democracia e pela promoção da sustentabilidade. Em uma democracia, a política não deve ser feita 'para as pessoas', mas 'com as pessoas'. É fundamental incluir a comunidade científica e as comunidades tradicionais, os governos em seus diversos níveis, o setor privado, o terceiro setor e todas as forças do espectro político. Dá trabalho, mas é assim que as coisas devem ser construídas para trazerem resultados duradouros", disse.

Segundo a ministra, a repressão às atividades ilegais não é suficiente, mas é uma obrigação do Estado. "É muito difícil combater as atividades ilegais. É uma ilusão achar que tudo vai se resolver com mais controle e mais repressão. Mas não tem política pública, não tem investimento privado e público que se sustente sem o combate firme e constante à ilegalidade, que faz tudo para inviabilizar os caminhos corretos, éticos e justos", afirmou.

Marina lembrou que o Brasil tem grandes oportunidades nas áreas de energias renováveis e produção de alimentos. "Podemos

receber grandes investimentos para a produção de energias renováveis de terceira geração, como o hidrogênio verde. O mundo precisa de grãos, de proteína? Já temos um agronegócio moderno, tecnológico, competitivo e rentável, mas ainda há setores que funcionam com baixa produtividade e que destroem o meio ambiente. Temos todas as condições de mudar isso e garantir que nosso agronegócio seja respeitado em todo o mundo", defendeu.

Uma boa quadratura para garantir que a Amazônia fique em pé para sempre

Para a ambientalista, o desafio do Brasil, dos demais países da região amazônica e do mundo é o de "estabelecer uma boa quadratura para mitigar o aquecimento global, incluindo esforços de governos, instituições internacionais, iniciativa privada, setor financeiro, comunidade científica e sociedade civil para que, juntos, tenhamos resultados substantivos no menor tempo possível. Afinal, as consequências trágicas da mudança do clima já batem à nossa porta".

A ministra destacou a importância do Fundo Amazônia (criado em 2008) como um dos instrumentos mais criativos para receber recursos de outros países destinados a ações de preservação e sustentabilidade da floresta. "Vejo aqui o Joaquim Levy, que, com sua grande experiência no mundo financeiro, me ajudou muito na formatação do Fundo Ama-

zônia, há mais de 15 anos atrás. É um fundo inovador, que infelizmente foi abandonado no governo anterior, mas que está sendo retomado e poderá receber recursos de parceiros de todo o mundo", disse. Engenheiro e economista, Levy foi secretário do Tesouro Nacional (2003-2006), vice-presidente do BID (2006) e ministro da Fazenda (2015), entre outros cargos importantes.

"Nosso objetivo é priorizar projetos e ações que contribuam para a perenização da floresta, de seus rios e de sua biodiversidade e, ao mesmo tempo, possibilitem que a população amazônica tenha meios de vida adequados. Qual é a agricultura, qual é a pecuária, qual é a pesca, qual é o extrativismo, qual é a indústria, qual é o turismo, qual é a infraestrutura capazes de fazer com que a Amazônia se mantenha em pé e viva para sempre?", perguntou.

"A diretriz do modelo de desenvolvimento sustentável é uma realidade que se impõe como uma necessidade econômica, política e social para a nossa região e como um imperativo ético para todo o mundo. A Terra é uma só, o que eu faço aqui impacta do outro lado do mundo e vice-versa. Com a participação de todos, é possível mudar o curso do planeta, da humanidade e de todas as formas de vida", concluiu a ambientalista.

 Otávio Dias

 29/06/2023



Assista!

23. A exploração na Foz do Rio Amazonas e o futuro do petróleo no Brasil

A autorização para a Petrobras realizar pesquisas para a exploração de petróleo em uma região próxima à Foz do Rio Amazonas, no Oceano Atlântico, só deve ser eventualmente concedida após a realização de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), conforme previsto na legislação ambiental brasileira desde 2012, afirmou a advogada e ambientalista **Suely Araújo**, que presidiu o Ibama de 2016 a 2018, neste webinar realizado pela Fundação FHC.

Segundo Araújo, o governo federal cometeu um equívoco ao realizar, em 2013, os leilões de diversos blocos da chamada Margem Equatorial, sem antes ter realizado uma avaliação ambiental de toda essa vasta região do Oceano Atlântico que vai do litoral do Rio Grande do Norte ao litoral do Amapá: "Se o estudo tivesse sido feito antes da oferta pública dos blocos exploratórios, toda essa polêmica atual teria sido evitada."

"O licenciamento ambiental é o mais importante instrumento de prevenção de danos ambientais, se tirarmos o componente técnico, corremos o risco de provocar sérios acidentes. Portanto, a decisão de autorizar ou

não as pesquisas na Foz do Amazonas cabe apenas ao presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, com base em critérios técnicos. Não deve haver nenhuma interferência de caráter político, seja por parte do presidente Lula, da ministra Marina Silva (Meio Ambiente) ou dos políticos da região", disse a especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima.

"O Estado brasileiro vendeu os blocos e recebeu vultosos recursos por eles, aí vem outro órgão governamental e impede as pesquisas. Como fica a situação das empresas que compraram os direitos? Como fica a credibilidade do governo?", perguntou **Roberto Furian Ardenghy**, CEO do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). Em maio deste ano, o Ibama rejeitou o pedido de licenciamento do bloco 59 – apresentado pela Petrobras, detentora dos direitos de exploração das supostas reservas existentes no local –, situado no Oceano Atlântico em frente ao Amapá, a cerca de 500 km da Foz do Amazonas.

Segundo Ardenghy, o fato de ainda não ter sido feita uma AAAS é responsabilidade do

governo: "Não cabe à Petrobras ou à iniciativa privada realizar esse tipo de estudo."

Em relação à região da Foz do Amazonas, Ardenhy salientou que o que está em debate no momento é a autorização para realizar pesquisas sobre o real potencial petrolífero da região, não para o início da exploração propriamente dita. "Pode ser que não se encontre petróleo lá. Agora, impedir que se faça uma pesquisa de campo, sonegando a informação de que talvez tenhamos uma bacia petrolífera importante na Margem Equatorial, creio que não é uma boa ideia", disse.

Segundo o ex-chefe de gabinete da Presidência da Petrobras, a empresa tem reconhecida experiência de exploração petrolífera no mar e todas as condições de levar a cabo as pesquisas na Foz do Amazonas com segurança e responsabilidade ambiental: "Todo dia a Petrobras produz milhões de barris de petróleo nas bacias de Campos (nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo) e de Santos (Rio de Janeiro e São Paulo). São áreas de extrema sensibilidade ambiental e muito populosas. Não há histórico de acidentes graves. A atividade petrolífera *offshore* brasileira é segura e muito exitosa."

"Em 2018, quando presidia o Ibama, eu rejeitei cinco pedidos de perfuração de blocos muito próximos ao bloco 59. Não houve esse nível de reação. A Foz do Amazonas é uma área rica em biodiversidade, pouco estudada, com correntes marítimas muito fortes. No pedido

de licenciamento apresentado pela Petrobras, há pouca informação sobre a viabilidade de se controlar rapidamente um eventual acidente na região", argumentou Aguiar.

A ambientalista propôs a suspensão dos processos de licenciamento em toda a Margem Equatorial, até que seja feita a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS). "Se o governo federal destinar os recursos humanos, logísticos, tecnológicos e financeiros necessários, esse estudo pode ser feito em até dois anos. É fundamental ter uma visão ampla e profunda dos impactos ambientais, e também sociais, antes de tomar qualquer decisão de explorar o potencial petrolífero dessa ampla região marítima no norte do Brasil", disse.

Futuro do petróleo no Brasil deve ser discutido por toda a sociedade

Em sua fala inicial, Suely Araújo fez questão de distinguir a questão dos licenciamentos na Foz do Amazonas de um debate mais amplo sobre o futuro da exploração de petróleo no Brasil e sobre a política energética mais adequada ao país no século 21. "Desde 2007, o Ibama já concedeu mais de 2.100 autorizações de perfurações *offshore*, tendo como base critérios técnicos, após uma análise meticulosa caso a caso. Mas não cabe ao Ibama tomar decisões sobre política energética. Temos que debater o modelo energético brasileiro com todos os setores da sociedade, de forma transparente e cuidadosa", explicou.

A ex-presidente do Ibama lembrou que o mundo vive uma urgência climática e, de acordo com o IPCC (Painel Intergovernamental da ONU sobre Mudanças Climáticas), para que o aumento da temperatura já em curso se limite a 1,5°C, será preciso reduzir as emissões globais de gases do efeito estufa em 43% até 2030. "O Brasil reúne características que colocam o país em condições de ser um líder mundial nesse processo de transição energética e controle da crise climática. Com uma matriz elétrica privilegiada, pode se tornar, até 2045, a primeira 'economia carbono negativo' do planeta", disse.

"Qual é o modelo de país que nós queremos? Precisamos realmente desse petróleo da Margem Equatorial, seja para consumo interno ou para exportação? Devemos construir um desenvolvimento econômico com base na exportação de combustíveis fósseis em pleno século do aquecimento global? Ou devemos priorizar os investimentos verdes e projetos energéticos a partir de fontes não fósseis?", disse Araújo.

"Não estou sugerindo a eliminação da produção de petróleo no Brasil, mas a quantidade de barris

retirados do subsolo deve ser a mínima necessária, seja para consumo interno ou para exportação. É fundamental que em sua matriz energética o país privilegie outras formas de energia. Esta ideia é coerente com as promessas de campanha do presidente Lula, ao colocar a questão climática no centro das preocupações do governo, e com a nomeação da ministra Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente."

Brasil tem o maior programa de captura de carbono na área de petróleo e gás

"Em vez de transição energética, preferimos falar em convergência energética, em que as diversas fontes de energia disponíveis são combinadas de maneira a produzir o mínimo de emissão de gases do efeito estufa", disse

Roberto Ardenghy, que salientou que toda produção energética tem algum impacto econômico e ambiental.

"A quantidade de barris retirados do subsolo deve ser a mínima necessária, seja para consumo interno ou para exportação. É fundamental que em sua matriz energética o país privilegie outras formas de energia", disse Suely Araújo.

Segundo o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, o Brasil hoje tem "o maior programa de captura de carbono do mundo na área de petróleo e gás", justamente na área

do pré-sal, cuja exploração emite apenas 1/3 de gás carbônico na atmosfera em relação à média mundial. "Desde que começou a exploração na região petrolífera do pré-sal, a Petrobras tomou a decisão de injetar todo o CO2 que é liberado no processo de produção de volta à reserva no fundo do oceano", disse.

"Responsáveis atualmente por cerca de 80% da energia consumida no mundo, os combustíveis fósseis (que incluem o petróleo e seus derivados, o carvão mineral e o gás natural) continuarão a ter importância na economia mundial nas próximas décadas. A vantagem do Brasil é que temos capacidade de entregar energia de base fóssil, mas com uma importante pegada de descarbonização, como já temos feito na Bacia de Santos", continuou.

Ardenghy lembrou que o governo Biden, conhecido por seu comprometimento com o meio ambiente, autorizou a exploração de petróleo no Alasca e a Noruega também autorizou um importante projeto de petróleo e gás no Mar do Norte. "Preocupados em manter a oferta energética em um momento em que sua produção entra em declínio, esses países estão reagindo e se reposicionando como importantes produtores mundiais de petróleo e gás. Por que seria diferente no Brasil? Não podemos deixar essa imensa riqueza que temos embaixo da terra", disse.

O executivo lembrou que a Petrobras já produz petróleo e gás na Floresta Amazônica há várias décadas de forma eficaz, respon-

sável e barata, dando como exemplo o projeto Urucu, no município de Coari, a 650 km de Manaus: "Oitenta por cento da energia de Manaus vem do gás natural extraído da bacia do Solimões. Se não tivéssemos essa fonte de energia, os habitantes de Manaus estariam queimando óleo diesel, que é muito mais poluente do que o gás natural."

Segundo o palestrante, cerca de 70% do petróleo produzido hoje no Brasil vem da região do pré-sal, mas a partir de 2029 a produção na Bacia de Santos atingirá o estágio de amadurecimento e, depois, começará a cair. "Temos que pensar na reposição das reservas que exploramos atualmente por novas reservas a serem exploradas, de maneira a garantir a segurança energética do país. O Brasil pode e deve continuar a produzir petróleo e gás com uma forte pegada de carbonização", afirmou.

"Na nossa visão, devemos trabalhar com o conceito de empilhamento de energias, em que as energias de base fóssil e as energias renováveis, incluindo a eólica, a solar, a de biomassa e o hidrogênio verde, se somam e se combinam para garantir uma matriz energética sólida, consistente e sustentável", concluiu.

Suely Araújo concordou que a Petrobras tem um histórico de produzir petróleo e gás com um nível de emissões inferior ao de outros países, mas lembrou que, no final das contas, o petróleo vai queimar e emitir gás carbônico na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global. "Mesmo reduzindo o

impacto das emissões no processo de extração, produção e transporte, o que causa emissão é petróleo queimando no Brasil e no mundo. Diante da gravidade da crise climática, é fundamental reduzir nossa dependência de combustíveis fósseis e o Brasil é um dos países em melhores condições de fazer isso imediatamente”, disse.

Segundo a ambientalista, optar pela expansão da produção de petróleo, agregando a Margem Equatorial às demais regiões petrolíferas já em produção, seria um ‘suicídio ambiental e climático’.



Otávio Dias



19/06/2023



Assista!

24. O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil

O Brasil precisa pactuar com urgência um projeto nacional para a proteção e o desenvolvimento da Amazônia, que deve aliar a preservação da floresta em pé com seus rios e sua biodiversidade às necessidades de desenvolvimento humano das populações locais, tendo como base a ciência, a tecnologia, o conhecimento e as tradições dos povos indígenas. O apoio e engajamento das comunidades há muito tempo estabelecidas na região são cruciais.

“Da Amazônia Legal, cerca de 20% já foi desmatada, 20% está degradada e 60% está mais com a floresta mais ou menos conservada. Para evitarmos atingir o ponto de não retorno, em que a floresta tropical se transformará em savana de forma irreversível, não podemos desmatar mais nada”, alertou o engenheiro agrônomo **Beto Veríssimo**, cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), durante este webinar que reuniu oito convidados com experiências diversas, mas complementares, além de participações especiais do ex-presidente da República **Fernando Henrique Cardoso**, do ex-ministro da Defesa **Raul Jungmann** e do ambientalista **Marcelo Furtado** (como mediador).

Fundado na inquestionável soberania brasileira sobre os 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal (59% do território do país), tal projeto nacional deve ter uma boa articulação com os demais oito países sul-americanos com os quais compartilhamos a maior floresta tropical do planeta e se beneficiar de possibilidades de parcerias e dos recursos disponibilizados por outras nações, devido à centralidade da Amazônia para o enfrentamento da crise climática global.

Estas foram as principais conclusões do webinar ‘O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil’, realizado pela Fundação FHC e o IREE Soberania e Clima, que aconteceu em 22 de abril, Dia da Terra, data em que 40 chefes de Estado ou de governo participaram virtualmente da Cúpula de Líderes sobre o Clima, promovida por Joe Biden, novo presidente norte-americano.

“A Amazônia sofre atualmente de um vazio de poder, não tem voz nem participação efetiva na agenda nacional. O Brasil não tem um projeto nacional para a região compatível com os desafios do Século 21. Para mudar essa situação, Executivo, Legislativo e

Judiciário devem unir forças. O Estado deve movimentar todo o seu aparato, composto por legislação, vigilância, infraestrutura, fomento e crédito, e trabalhar em parceria com o setor privado e o terceiro setor", disse Raul Jungmann, que como ex-presidente do INCRA e do IBAMA e ex-ministro da Defesa acumula importantes vivências na região.

"Todas as nossas conquistas das últimas décadas estão sendo abandonadas em prol de uma visão da década de 1970, centrada na ideia de que é preciso superar a floresta para desenvolver a região. Temos o arcabouço legal, sistemas adequados de monitoramento e acúmulo de conhecimento e experiências bem-sucedidas, mas o negacionismo am-

biental do atual governo nos impede de construir uma nova perspectiva para a Amazônia, tirando-nos inclusive de uma posição de liderança nesse processo a nível global", afirmou **Adriana Ramos**, coordenadora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA).

Para a ambientalista, uma solução diferente tem de ser construída com a participação das comunidades locais formadas por povos

indígenas, caboclos e quilombolas, garantindo seus direitos territoriais e apoiando a gestão desses territórios e por meio de investimentos em saúde, educação, comunicação e tecnologia.

"Cada vez mais o mundo vê a Amazônia não como um problema, mas como parte da solução para o enfrentamento da crise climática. O Brasil pode obter muitos recursos no

nascente mercado internacional de créditos de carbono e aplicá-los em uma gestão ambiental inovadora, altamente tecnológica e que unifique as forças dos setores público e privado", disse **Pedro Passos**, co-presidente do Conselho de Administração da Natura & Co e ex-presidente da

Fundação SOS Mata Atlântica. Para ele, é preciso reconhecer o valor dos mais de 200 milhões de hectares de reservas indígenas e unidades de proteção ambiental já existentes e fazer a gestão correta de suas florestas, águas e recursos naturais. "O percentual de terras privadas que pode ser desmatado, de acordo com o Código Florestal, também tem um enorme potencial para a gestão do clima. Para aproveitá-lo, devemos manter as árvores em pé, ativar as cadeias florestais e

"O Brasil não tem um projeto nacional para a região compatível com os desafios do Século 21. Para mudar essa situação, Executivo, Legislativo e Judiciário devem unir forças", disse Raul Jungmann.

nos capacitarmos para a venda de créditos de carbono", disse o empresário.

"Não é possível ter um fiscal por hectare de floresta preservada. Portanto, não haverá moratória do desmatamento, tanto o legal como o ilegal, se a sua interrupção não gerar oportunidades para os empreendedores e a população local. Só a justa remuneração dos serviços florestais pode reverter a destruição da Amazônia", afirmou **Flávio Dino**, governador do Estado do Maranhão.

Segundo o político maranhense, recentemente eleito presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, é possível estabelecer metas ousadas para a preservação da região desde que

elas sejam economicamente e socialmente produtivas para o povo amazônida. "Temos eleições a cada quatro anos, o eleitor é exigente e sabe defender a sua sobrevivência e os seus interesses. Se um projeto político conservacionista não se provar viável, ele será barrado nas eleições seguintes", alertou.

Apesar do pragmatismo, Dino disse que a Cúpula do Clima organizada por Biden representava um sinal de luz nas trevas: "A nova cliva-

gem internacional que promete impulsionar a economia do baixo carbono reaviva nossas utopias. Precisamos de esperança para derrotar o negacionismo e o autoritarismo."

"A elite política brasileira não tem olhado como deveria para a região amazônica. O orçamento público brasileiro tem de incluir a Amazônia e dar ao Estado capacidade real de fiscalizar o cumprimento das leis, o que não acontece hoje, e de garantir os direitos da população local. A presença pública rafeita, em seus diversos níveis, é uma das causas da destruição", afirmou o

General da Reserva Sérgio Etchegoyen, ex-ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

"Só a justa remuneração dos serviços florestais pode reverter a destruição da Amazônia", afirmou Flávio Dino, governador do Estado do Maranhão.

Segundo o ex-chefe do Estado Maior do Exército do Brasil, a Amazônia exerce uma força centrípeta e, se preservada e explorada de forma sustentável e legal, será o centro irradiador de uma nova economia e inserção global do Brasil. "Vivemos um momento de rearranjo do poder internacional, e o Brasil é a primeira potência ambiental e agrícola do mundo. Sabemos jogar o jogo da diplomacia e temos tudo para voltar a essa arena, sentados em um lugar de destaque", afirmou Etchegoyen.

Para Beto Veríssimo, é preciso agir com urgência para evitar a savanização da floresta tropical, mas é ilusão achar que o desmatamento zero pode ser obtido por decreto. “É preciso criar uma política de transição por etapas, que nos leve passo a passo em direção ao conceito de uma Amazônia 4.0”, disse um dos coordenadores do Projeto Amazônia 2030, iniciativa de pesquisadores brasileiros para desenvolver um plano de ações para a Amazônia. A iniciativa privada tem um papel muito importante no desenvolvimento sustentável da Amazônia, mas o Estado brasileiro (incluindo os três Poderes e as três instâncias de governo) é quem deve determinar o rumo. “Ou o governo tem um projeto, trabalha para colocá-lo em prática e fiscalizar seu cumprimento, ou ficamos só na conversa”, disse Veríssimo.

“O Brasil já teve a ambição de fazer coisas grandes e transformadoras, mas recentemente isso tem nos faltado. Na Amazônia, existe uma área total do tamanho do Estado do Paraná que já foi desmatada e está literalmente abandonada. Podemos reflorestar toda essa área e, assim, reverter dez anos de desmatamento. A Amazônia é perfeita pra gente voltar a pensar grande e recuperar nossa autoestima como povo e como nação”, disse o empresário amazonense **Denis Benchimol Minev**, diretor presidente das Lojas Bemol, rede varejista presente em toda a região Norte do país.

Ex-secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas,

Minev explicou que a economia dos estados amazônicos depende quase exclusivamente de transferências federais, pois praticamente não existe base produtiva e a informalidade e a ilegalidade são a norma. “Maior riqueza do país, a Amazônia é praticamente uma mendiga. Dependemos do governo federal para tudo, de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, do Fundeb, do Bolsa Família. Precisamos enfrentar as ilegalidades de frente, pois aqui ninguém tem título de propriedade de nada, é tudo ilegal e informal”, explicou.

“O que deu errado na Amazônia?”, perguntou Minev à advogada e ativista ambiental **Rachel Biderman**, vice-presidente para as Américas da Conservation International. “Temos uma Constituição incrível e uma legislação ambiental muito boa, ambas colocaram a barra lá em cima, mas a fiscalização não acompanhou. Além disso, em vez de investirmos na preservação da floresta como condição para o desenvolvimento da região, optamos pela pecuária, pela agricultura e pela exploração mineral, atividades com frequência realizadas de forma ilegal e desordenada. Por fim, existe uma disfunção dos subsídios destinados à região, que não levam em consideração a vocação natural da região”, respondeu Biderman.

Para ela, que é também co-facilitadora da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, “a preservação da Amazônia depende de olharmos com atenção para as fronteiras

do desmatamento, mas também de maior sinergia com os oito países com os quais compartilhamos a floresta". Biderman questionou Raul Jungmann sobre os motivos da desconfiança entre os militares e os ambientalistas. "Com a forte noção de soberania sobre o território, os militares acham que o discurso ambientalista tem motivação externa. Também é preciso reconhecer que os ambientalistas nutrem resistências em relação aos militares na Amazônia. Como superar isso?", perguntou ao ex-ministro da Defesa.

"As Forças Armadas estão presentes na Amazônia há séculos, conhecem profundamente a região e, sem a participação dos militares, não vamos a lugar nenhum em termos de proteção da floresta. Da mesma maneira, não teremos êxito sem uma visão ambiental consistente. Por isso, é fundamental reduzir as resistências e as desconfianças e promover convergências entre os militares e os ativistas e as organizações ambientalistas. A única saída para alinharmos a soberania nacional à questão climática global é o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Estamos comprometidos com isso", afirmou Jungmann, presidente do IREE Soberania e Clima, correificador do evento.

"Está claro que precisamos encontrar o equilíbrio entre cuidar da maior floresta ainda preservada do planeta e da sobrevivência e da dignidade das pessoas que lá vivem. É fácil falar, mas é difícil fazer. É melhor que nós mesmos, brasileiros, cheguemos a um

acordo em torno de uma política coerente e consequente do que deixar que os estrangeiros façam isso por nós", disse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.



Otávio Dias



22/04/2021



Assista!

25. Amazônia: quais são os caminhos para o desenvolvimento sustentável?

A Amazônia ocupa um lugar central nos debates dentro e fora do Brasil. O bioma amazônico abrange cerca de 40% do território nacional e é conhecido por cumprir funções importantes do ponto de vista climático. A Fundação FHC convidou dois cientistas para debater esse relevante tema, desafiando-os a explorar os caminhos possíveis para um desenvolvimento sustentável na Amazônia. Neste webinar, estiveram presentes **Alfredo Homma**, agrônomo com doutorado em economia agrícola e pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, e **Carlos Nobre**, climatologista e pesquisador colaborador do IEA-USP.

“A Amazônia está muito próxima de um ponto de não retorno”, disse Carlos Nobre.

O climatologista Carlos Nobre iniciou sua exposição alertando para o fato de que a Amazônia está chegando perto de um pon-

to de não retorno (*tipping point*): “Há cinquenta anos, quando a ditadura militar se expandiu para a Amazônia, não se enxergou a floresta, apenas uma área para expansão do modelo desenvolvimentista de agricultura. Nos anos 90 criei o que era ainda uma hipótese, a da ‘savanização’, que alertava que, se desmatássemos a Amazônia, grandes áreas virariam savana e não voltariam a ser floresta. E já estamos vendo, agora, uma série de sinais muito preocupantes que apontam nessa direção”.

Nobre explicou que esse fenômeno ocorre pois, embora 86% dos solos da Amazônia sejam muito pobres, em dezenas de milhares de anos de evolução a floresta desenvolveu um sistema muito eficiente de reciclagem de água e de nutrientes. Por isso ela é tão rica em biodiversidade, em biomassa e em carbono. Contudo, se desmatarmos a floresta, acabamos com esse complexo sistema. “A floresta amazônica somente existe porque a floresta existe”, disse o climatologista.

Podemos evitar esse ponto de não retorno? Esse questionamento motivou Nobre a desenvolver, desde 2017, um projeto denomi-

nado Amazônia 4.0. "É uma escolha humana. Vamos por qual trajetória? A distópica, com aumento continuado do desmatamento, que é o que temos observado nos últimos anos, principalmente 2019 e 2020, ou a utópica, de zerar o desmatamento e restaurar uma boa parte da floresta, principalmente com sistemas agroflorestais, absorver carbono e reduzir o risco desse ponto de não retorno? Cabe a nós decidir."

Nas últimas décadas, pudemos observar duas visões distintas no debate nacional a respeito da conservação da floresta amazônica. A 'primeira via' seria isolar completamente grandes extensões da floresta, visando sua conservação. A 'segunda via' defende um modelo de desenvolvimento que inclui a agricultura de monocultura, a pecuária extensiva e a mineração em áreas já desmatadas entre o bioma do Cerrado e o início da Amazônia. As duas vias dividem opiniões e parecem inconciliáveis.

Foi a partir dessa dicotomia que se pensou uma 'terceira via', a chamada 'Amazônia 4.0'. Ela representaria uma oportunidade de se desenvolver uma economia verde, que aproveitasse a floresta e sua biodiversidade e, com a ajuda das tecnologias da quarta revolução industrial (ou indústria 4.0), estabelecesse um modelo de desenvolvimento econômico moderno e socialmente inclusivo.

O projeto 'Amazônia 4.0', segundo Nobre, é um novo paradigma de desenvolvimento

sustentável. "É criar do zero", explica ele, pois não existe um país tropical desenvolvido baseado nesse modelo. Seria através dele que poderíamos liderar, usando a bio-industrialização atrelada às tecnologias modernas - internet das coisas, redes de comunicação, inteligência artificial etc. Esse modelo tem raízes profundas na Amazônia e não enxerga o local apenas como um solo para extração e produção de *commodities* primárias para o exterior. "É uma fusão de idealismo, realismo e inovação", sintetiza Nobre.

Homma: 'Precisamos apresar e não depender de propostas futuristas'

Alfredo Homma se contrapôs às propostas de Nobre: "gostaria de chamar a atenção para muitas dessas propostas que vêm sendo colocadas recentemente, com bioeconomia, floresta em pé e o extrativismo vegetal, no qual eu vejo grandes limitações", colocou o agrônomo.

Homma citou um artigo que publicou na revista *Veja*, nos anos 1990, em que defendia que o extrativismo vegetal pode ser positivo em pequena escala, mas não tem condições de suportar o aumento do mercado e, consequentemente, da demanda. Ele explica que na Amazônia muitos produtos extractivos já chegaram no seu limite, como a castanha-do-pará, o pau-rosa e o bacuri.

O agrônomo defende os cultivos perenes como uma grande oportunidade. Uma agri-

cultura sem desmatamentos e queimadas na Amazônia é possível, explicou, desde que acompanhada por um aumento na produtividade e um nivelamento tecnológico, além da promoção da transição florestal.

Um equívoco que Homma observa na política ambiental brasileira é a falta de aproveitamento das áreas já destruídas no passado. Já desmatamos 18% da Amazônia legal, então bastaria usar uma fração dessa área para abrir a possibilidade de reduzir a pressão e mitigar futuros danos. "A floresta ainda vai arder por um bom tempo -- se serão três, quatro ou quinze anos vai depender das alternativas tecnológicas que precisamos adotar agora. Então precisamos nos apressar, e não depender de propostas futuristas", alerta o pesquisador da Embrapa. Mas que propostas seriam essas?

Uma primeira proposta seria trabalhar intensivamente a pecuária, que já está presente em 61% da área desmatada na região. Esse setor precisaria passar por um choque tecnológico, assegurando-se uma recuperação de 10% das pastagens por ano, para evitar pressões de ocupação da floresta densa. "A ideia é reduzir as pastagens através de um aumento de produtividade", defendeu Homma. Outras propostas de curto prazo apresentadas por Homma incluem dobrar a atual área de reflorestamento e os cultivos perecenes, incentivar a produção de peixes, apressar a transição ambiental e coibir os ilícitos, para tentar primeiro acabar com o desmata-

mento ilegal (que configura mais de 90% do desmatamento da Amazônia) para posteriormente acabar com o desmatamento legal.

Podemos conciliar as propostas?

Embora tenham em comum a crença na viabilidade do desenvolvimento da Amazônia, Carlos Nobre e Alfredo Homma apresentaram propostas divergentes.

Nobre concorda com a necessidade de se aumentar a escala e a qualidade da produção na Amazônia, mas criticou, na proposta de Homma, a ausência da agrofloresta e o foco na monocultura. "Todo monocultivo que se adotar na Amazônia, seja de cacau ou qualquer outro, vai causar o aumento do desmatamento. Acredito que seja possível explorar economicamente a região mantendo a biodiversidade, com rentabilidade e escala. A diferença entre a monocultura e os sistemas agroflorestais está em um princípio básico: a floresta evoluiu com a biodiversidade", concluiu o climatologista.

"Precisamos combater uma visão romântica dos SAFs (sistemas agroflorestais)", rebateu o agrônomo, argumentando que muitos SAFs existentes são antieconômicos e demandariam anos para ficarem prontos: "não se monta um SAF num estalar de dedos; para viabilizar sua montagem e torná-lo rentável leva-se algo como 10 ou 15 anos. Não existe solução mágica para a Amazônia".

Homma argumentou em defesa de medidas imediatas para estancar os desmatamentos e as queimadas, e acrescentou que, na proposta do colega cientista, permanece uma incerteza sobre a situação dos 750 mil pequenos produtores da Amazônia. "Não se justifica Belém e Manaus comprarem do Sul e do Sudeste até 75% dos hortifrutigranjeiros que consomem, quando poderiam produzi-los localmente, gerando empregos. A produtividade agrícola da Amazônia é muito baixa. Precisamos fazer um nivelamento entre os produtores, melhorando a tecnologia, por exemplo, para dar um salto. Isso reduziria a pressão sobre as florestas", concluiu.

Com relação ao tempo de implementação dos sistemas agroflorestais regenerativos, Nobre apontou que as transformações na era 4.0 não levam mais décadas, e sim anos. Seu modelo tem como objetivo começar a bio industrialização da Amazônia, "que não será feita em um dia, mas que precisa começar". Para ele é impossível imaginar um país desenvolvido sem industrialização, e na Amazônia não deveria ser diferente. "Precisamos criar melhores oportunidades de emprego para os jovens da Amazônia, para além da agricultura. E as tecnologias 4.0 podem viabilizar isso".



Isabel Penz



08/10/2020



Assista!

26. Mineração na Amazônia: desafios do desenvolvimento sustentável

A mineração ilegal, altamente prejudicial ao meio ambiente e feita em garimpos sem autorização para funcionar, está aumentando de maneira descontrolada na Amazônia e pode prejudicar a mineração industrial, fonte de recursos importantes para o país e os estados da região, comprometendo ainda mais a reputação internacional do Brasil, já abalada pelo aumento do desmatamento da floresta nos últimos anos.

"A mineração ilegal, com todo o seu potencial de violência, ilegalidade e irresponsabilidade com o meio ambiente, vai engolir a mineração industrial. Goste-se ou não de grandes empresas mineradoras como a Vale ou a Alcoa, temos onde bater à porta para reclamar e exigir. Mas a quem reclamo do garimpo ilegal?", disse **Sergio Leitão**, diretor executivo do Instituto Escolhas, neste seminário realizado pela Fundação FHC e o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), que durou uma manhã inteira, dividida em dois painéis.

"Se as autoridades brasileiras não tomarem as providências necessárias para combater o garimpo ilegal e proteger a Amazônia, em breve o Brasil sofrerá sanções internacio-

nais e os produtos de nossa mineração serão equiparados aos 'diamantes de sangue' extraídos de maneira ilegal em alguns países africanos", continuou o ambientalista.

"A Amazônia vive uma tempestade perfeita, em que o desmatamento e o garimpo ilegais se somam à insegurança fundiária, deterioração das condições sociais e violência, ameaçando este bioma que é a maior riqueza do Brasil" disse **Hugo Barreto**, diretor de Investimento Social da Vale, responsável há 35 anos pelo Mosaico de Carajás, de onde a minadora extrai 60% de sua produção de minério em um modelo de operação que, segundo o executivo, impacta apenas 2% da Floresta Nacional de Carajás.

Segundo Barreto, não é necessário reinventar a roda para reverter o processo de destruição da Amazônia: "O caminho é o de ampliar o modelo de alianças e parcerias entre governos, as empresas de mineração que atuam de maneira legal e responsável e entidades da sociedade civil e do terceiro setor que atuam com competência na região. Juntar as experiências de quem sabe o que fazer e onde atuar e apostar em soluções sistêmicas e escaláveis

para manter a floresta em pé, valorizar a diversidade, atender às demandas da população local e recuperar áreas degradadas."

Pará deve investir na bioeconomia como 3º pilar de desenvolvimento, diz governador

"O Pará tem uma grandeza mineral que precisa ser explorada de forma legalizada e organizada, trazendo retorno para o estado, os municípios e a sua população de mais de 9 milhões de habitantes, a maior da região amazônica. Já ocupamos a primeira posição nas exportações de minérios do país, com 180 milhões de toneladas de minério de ferro e outros produtos minerais exportados em 2021, 48% do total brasileiro. Nossas exportações somaram US\$ 27 bilhões, que se traduziram em quase R\$ 10 bilhões de impostos, royalties e taxas e cerca de 300 mil empregos diretos e indiretos. Vamos continuar sendo um estado minerador", afirmou o governador paraense, **Helder Barbalho**.

"Atualmente, os pilares econômicos do Pará são a mineração e o agronegócio, duas atividades que têm relação direta com a floresta e o meio ambiente. É preciso equilibrar essas atividades com a preservação da Amazônia, criando um modelo de desenvolvimento socioeconômico que seja sustentável e garanta a preservação da floresta, de seus rios e de sua biodiversidade. Para isso, é fundamental desenvolver um terceiro pilar: a bioeconomia. Esta sinergia entre desenvolvimento econô-

mico, ambiental e social é nosso grande desafio", disse o governador paraense.

Área garimpada aumentou dez vezes em 35 anos, segundo dados do MapBiomas

"Na Amazônia, o que tem crescido mesmo é o garimpo, cuja área já é maior do que o ocupado pela mineração industrial. De 1985 a 2020, a área garimpada na Amazônia cresceu dez vezes, enquanto a área explorada industrialmente aumentou 4,7 vezes. A região amazônica concentra 93% dos garimpos de todo o Brasil", disse **Tasso Azevedo**, coordenador do MapBiomas, que apresentou uma plataforma digital que permite acompanhar em tempo real o uso do solo em todo o território brasileiro.

O engenheiro florestal e ambientalista alertou para o fato de que a atividade mineradora industrial, embora ocupe apenas 0,1% da região amazônica, acaba atraindo outras atividades para o seu entorno e, por este motivo, seu impacto se estende pelo território de forma mais abrangente.

Ainda segundo Azevedo, os dados do MapBiomas mostram que 66% da Amazônia continuam cobertos por floresta, mas cerca de 10% dessa área já foram degradados pelo menos uma vez e outros 10% passaram por um processo de regeneração, ou seja, não mais abrigam uma floresta nativa. "Hoje, a floresta original realmente conservada ocu-

pa de 40% a 50% da Amazônia brasileira. O que mais preocupa é que estamos vendo um processo muito acelerado de mudança de uso do solo, pois um terço do desmatamento aconteceu nos últimos 35 anos", disse Tasso.

Desenvolvimento sustentável exige superar diferenças ideológicas e partidárias

Mônica Sodré, diretora executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), chamou a atenção para a dimensão política do tema da sustentabilidade: "Não é possível alcançarmos o desenvolvimento sustentável sem superar as diferenças ideológicas e partidárias. No Brasil, de acordo com levantamento feito pela RAPS na Câmara dos Deputados, os deputados que costumam votar pela causa ambiental são, sobretudo, os que pertencem a partidos de esquerda. Isso precisa mudar, pois a Amazônia é um patrimônio nacional que deve ser defendido por todos", disse.

Segundo a cientista política, a RAPS, fundada há dez anos, tem trabalhando em torno de quatro objetivos em relação à Amazônia:

- Aumentar o grau de conhecimento de parlamentares e eleitores;
- Sensibilizar lideranças políticas para além do campo da esquerda;
- Mobilizar os partidos políticos, pois quando a pauta é sustentabilidade

os parlamentares costumam votar de acordo com a orientação partidária;

- Olhar para o futuro porque a tendência é termos um Parlamento mais conservador, com menos partidos efetivos, algo entre 10 e 12.

"Olhar para o Parlamento, entender forças que estão em jogo ali e como os deputados e senadores veem a questão da Amazônia e da sustentabilidade de maneira geral tem sido uma das missões da RAPS na última década", afirmou. Em junho deste ano, a organização lançou, em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) a publicação 'Desenvolvimento Sustentável: Guia Prático para Prefeituras', que traz referências, estudos de casos e caminhos de financiamento para que prefeituras municipais de todo o Brasil promovam ações alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da ONU.

Exploração mineral em terras indígenas, prioridade do governo, exige análise cuidadosa

Mônica alertou para a tentativa do atual governo e de sua base de apoio no Congresso de aprovar o pedido de urgência na tramitação do Projeto de Lei 191/20, que trata da exploração de recursos minerais em terras indígenas, o que levaria sua votação diretamente para o plenário, sem passar pelas devidas comissões.

"O PL 191 foi definido como uma das prioridades pelo presidente da República no início deste ano legislativo e ele nada mais faz do que estabelecer as condições para pesquisa e lavra dentro dos territórios indígenas. Isso é muito grave e precisa ser bem discutido por toda a sociedade brasileira. Por isso, o regime de urgência não é adequado", afirmou.

A exploração de recursos minerais em terras indígenas foi veementemente rejeitada tanto por ambientalistas como por representantes do setor minerador, tendo sido defendida apenas pela representante do Ministério das Minas e Energia do atual governo.

"O PL 191 busca cumprir o que está na Constituição, que prevê a possibilidade de atividades econômicas nos territórios indígenas. Ele não é um texto fechado, todos podem contribuir para o seu aprimoramento", disse a secretária de Mineração do Ministério de Minas e Energia, **Lilia Mascarenhas.**

Segundo ela, o Brasil deveria estudar os casos do Canadá e da Austrália, cujos setores mineradores são relevantes como o brasileiro. "Estes países mostram que é possível haver uma convivência entre o setor minerador e os povos indígenas, por meio de contratos e parcerias que os permitam se beneficiar da exploração dos recursos naturais em suas terras de maneira sustentável. Na Austrália, o maior empregador da comunidade aborígene é a mineração", afirmou.

Segundo Hugo Barreto, a Vale já tomou oficialmente a decisão de renunciar à exploração mineral em terras indígenas. "Devolvemos todos os 104 pedidos de pesquisa que havíamos apresentado no passado e que já não pretendemos levar adiante. Nossa política na relação com os povos indígenas que vivem próximos de nossas áreas de atuação está 100% alinhada com a Declaração Universal sobre os Direitos dos Povos Indígenas da ONU. Este é um compromisso nosso", disse.

"A mineração ilegal em terras indígenas é uma maldição que destrói as comunidades, a floresta e os rios. Atualmente, existem garimpos ilegais em 11 áreas indígenas. É um problema que pode ser resolvido com a ajuda de tecnologias de monitoramento a distância e rastreamento de equipamentos e com a atuação do Exército e dos órgãos competentes", disse Tasso Azevedo.

Mineração artesanal divide ambientalistas e autoridades

A mineração em pequena escala dividiu ambientalistas, autoridades e representantes do setor minerador. Para alguns, ela é uma realidade no imenso território amazônico e precisa ser devidamente regulamentada, preferencialmente por meio de cooperativas, de forma a respeitar as regras ambientais e trabalhistas e contribuir com o pagamento de impostos. Para outros, ela abre as portas para a ampliação do garimpo e a destruição da floresta.

"As leis e normas em vigor no país tratam da mineração industrial e do garimpo, mas existe um vácuo em relação à regulação da pequena mineração, que é importante porque os grandes depósitos minerais já estão sendo explorados. O futuro está nos depósitos menores, por isso é importante definir as regras e os programas de apoio à pequena mineração, sobretudo por meio de projetos de cooperativismo e associativismo", disse **Ronaldo Lima**, diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM).

"Não adianta fingir que a atividade garimpeira em pequena escala não existe porque ela é uma realidade na Amazônia. É fundamental definir uma política pública robusta para o garimpo artesanal, com regras e processos claros. Não estou propondo passar o pano em quem é ilegal, mas em trazer a pequena atividade mineradora para dentro da legalidade, garantindo que respeite as normas, proteja o meio ambiente e pague os devidos impostos", disse o governador Helder Barbalho.

"Se abrirmos brechas para a chamada mineração artesanal, os licenciamentos que já são frágeis vão ficar mais frágeis ainda. O que vemos com frequência é o garimpo que busca se apresentar como de pequeno porte ou artesanal para obter recursos do BNDES e continuar atuando", alertou Sergio Leitão.

O advogado e ambientalista criticou a Lei nº 12.844/2013, que permite aos garimpeiros,

ou outro agente envolvido no garimpo, vender ouro para instituições autorizadas pelo Banco Central sem apresentar qualquer comprovação de que a extração tenha sido feita em uma área legal. "Quando essa lei, que se baseia no princípio da boa fé, foi aprovada há menos de dez anos, não notamos que estávamos criando um monstro, pois ela estabelece o direito a ter o abuso do direito. Precisamos desarmar essa bomba, mudando a legislação", disse.

"Quero deixar claro que o Projeto de Lei 2159/2022, apresentado pela deputada federal Joenia Wapichana, que estabelece novos parâmetros para a compra, a venda e o transporte do ouro brasileiro e revoga o princípio da boa fé, tem nosso total apoio. O garimpo ilegal é inimigo da mineração industrial, que tem compliance e paga impostos", disse o diretor presidente do IBRAM, **Raul Jungmann**.

Segundo Ronaldo Lima, uma das prioridades da ANM é regular a exploração de novos minerais estratégicos para a produção de energia limpa e a redução das emissões de gás carbônico, como no caso da energia eólica e da eletrificação dos veículos. "Vivemos uma contradição, pois parte da opinião pública mundial e brasileira quer menos mineração, mas o combate às mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono exigem a exploração de minerais estratégicos. O Brasil possui reservas importantes de alguns deles, como o metal nióbio, e precisa dar sua contribuição

extraindo-os de maneira responsável e vendendo-os a outros países", disse.

Ex-ministro da Defesa defende maior coordenação com países vizinhos

Jungmann, que foi ministro da Defesa e da Segurança Pública, alertou para o crescente envolvimento do garimpo ilegal com o crime organizado, inclusive o narcotráfico internacional: "A violência está explodindo na Amazônia, que tem 17 mil quilômetros de fronteiras, inclusive com quatro países que estão entre os maiores produtores de cocaína do mundo. Além do uso de tecnologia e inteligência, é fundamental haver maior coordenação com os países vizinhos para impedir que a Amazônia vire uma terra sem lei. Infelizmente, o Pacto Amazônia está completamente paralisado".

"É muito importante olhar para o tema da soberania sob outro enfoque, pois estamos perdendo a Amazônia para o crime organizado e a violência. A agenda do combate da inclusão social é fundamental para a proteção da Amazônia. Não dá para defender o fim do desmatamento sem falar do combate à pobreza. As crianças de comunidades pobres da região amazônica estão sendo cooptadas pelas balsas de garimpo", disse o biólogo **Roberto Waack**, presidente do Conselho do Instituto Arapyaú e membro da Concertação pela Amazônia.

mundo, presente há 57 anos no Brasil, a exploração mineral deve estar sempre baseada no tripé combate à ilegalidade, responsabilidade social e ambiental e segurança jurídica.

"A licença social e ambiental para atuarmos é algo que se conquista no dia a dia, não apenas no momento de obter a autorização para atuar em determinada região. Por isso, buscamos o diálogo constante com todos os envolvidos, sobretudo as comunidades locais. Também tentamos reduzir ao máximo o impacto de nossos projetos na floresta, nos rios e na biodiversidade, buscando mitigar esses impactos e, quando não é possível fazê-lo totalmente, buscamos formas de compensação", disse o executivo.

"O tema que tratamos hoje é fundamental para o país, e a Fundação FHC, como um *think tank* que busca preservar e levar adiante o legado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, está sempre disposta a dar a sua colaboração para o aprofundamento da reflexão e do diálogo, sempre com espírito público e em prol do desenvolvimento socioeconômico sustentável", disse o ex-ministro das Relações Exteriores **Celso Lafer**, presidente do Conselho Curador da Fundação FHC, no início do evento, realizado em parceria com o IBRAM.

 Otávio Dias

 17/08/2022

Para **Otávio Carvalheira**, presidente da Alcoa, uma das maiores produtoras de alumínio do



Assista!

27. Política indigenista sob nova liderança: o significado e o alcance da mudança

O lugar do homem e da mulher indígena é onde ele ou ela quiser estar. Esta frase é o melhor resumo deste webinar que reuniu uma das mais renomadas antropólogas brasileiras, **Manuela Carneiro da Cunha**, e o indigenista **Marcos Wesley**, que há muitos anos trabalha com o povo Yanomami na Amazônia. Também convidado, o advogado **Luiz Eloy Terena**, secretário executivo do Ministério dos Povos Indígenas, não pôde comparecer devido a um compromisso de última hora.

"Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma ressalva ao título deste debate. O Brasil há muito tempo tem uma 'política indigenista', mas agora chegou a hora de termos uma 'política indígena', pensada e colocada em prática pelos indígenas. Em seu marcante discurso de posse, a ministra Sônia Guajajara afirmou com todas as letras: 'Este Ministério chega comprometido com a promoção de uma política indígena, não mais uma política indigenista, com o potencial de fazer frente às mazelas que tomaram nossos corpos, memórias e vidas'. É uma mudança muito significativa e é essencial que seja bem sucedida", disse Wesley, coordenador do Programa Rio Negro, do Instituto Socioambiental (ISA).

"A Constituição Federal de 1988 deu início a uma revolução ao abolir a tutela que, por muitas décadas, havia sido usada para reprimir e roubar os povos indígenas. Historicamente, os principais inimigos dos índios brasileiros foram justamente seus 'tutores', e a Funai não fugiu à regra. Ao determinar que as comunidades e organizações indígenas são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, o artigo 232 foi um divisor de águas", disse Carneiro da Cunha, professora titular aposentada da Universidade de São Paulo (USP), emérita da *University of Chicago*.

A pedido do mediador **Sergio Fausto**, diretor geral da Fundação FHC, a antropóloga fez um breve resumo histórico das políticas para os povos originários desde a chegada dos portugueses, passando pelo Brasil Colônia, o Império e a República, até os dias de hoje.

"Não tenho dúvida de que a criação do Ministério dos Povos Indígenas pelo presidente Lula representa um marco na composição do Estado brasileiro. É também resultado da intensa mobilização dos povos originários, que se tornam cada vez mais visíveis e não vão recuar", disse a palestrante.

Um dos principais nomes da antropologia brasileira, Carneiro da Cunha produziu dois livros essenciais sobre o assunto: 'História dos Índios no Brasil' (Companhia das Letras, 1992), como organizadora; e 'Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania' (Companhia das Letras, 2012), como autora.

Povos originários apontam caminhos para enfrentar a mudança climática

"Felizmente a antiga ideia de integração dos indígenas à civilização está vivendo seus últimos suspiros. Em outros países e também no Brasil, o que há de forte e interessante é a crescente conscientização de que os conhecimentos dos povos originários são fundamentais para o futuro do planeta, ameaçado pela urgência climática. Isto é realmente novo e tem um grande potencial de transformação", disse Wesley.

Segundo o ativista, pouco a pouco aumenta o reconhecimento de que a cultura e o modo de viver dos povos originários podem nos dar pistas de como reformar nossas sociedades, tornando-as menos imediatistas e consumistas, e assim encontrarmos um caminho para lidar com o aquecimento global, reduzindo suas causas e mitigando seus efeitos.

"Os povos originários nos ensinam que, para vivermos em harmonia com a natureza e a Terra, é preciso eliminar a ideia de centralidade ou superioridade dos humanos em rela-

ção aos outros seres vivos e não vivos. Nós não somos mais ou melhores nesse mundo diverso de seres", continuou o palestrante.

"Desculpem-me os crentes, mas o Livro do Gênesis nos impôs uma maldição, ao colocar a humanidade como beneficiária de todo o resto da criação. A etnografia dos yanomamis, por exemplo, revela que eles têm plena consciência de que os direitos sobre seu território são compartilhados com todos os outros seres que lá habitam, animados e não animados. Recentemente, o povo Maori (habitantes originais da Nova Zelândia) decidiu que os rios são pessoas jurídicas. Estamos aprendendo muito com os povos tradicionais", afirmou Carneiro da Cunha.

"Já está provado, como mostram diversos artigos científicos, que a demarcação dos territórios indígenas tem grande impacto sobre a conservação e até mesmo o aumento da biodiversidade dentro dessas reservas. A conservação do habitat e da cultura das populações originais é fundamental para o futuro do nosso planeta", disse a integrante da Academia Brasileira de Ciências.

Para conhecer mais da cultura yanomami, a antropóloga indicou a leitura do livro 'A Queda do Céu - Palavras de um xamã yanomami', de Davi Kopenawa e Bruce Albert (Companhia das Letras, 2015).

Soberania nacional só será alcançada quando indígenas viverem bem

Wesley lembrou que, de alguns anos para cá, muitos jovens indígenas cursaram a universidade e se tornaram médicos, advogados, enfermeiros etc. "Isso só aconteceu devido à luta de muitas lideranças pela criação de escolas nos territórios indígenas, que ensinam as crianças sobre a sua cultura e também sobre o mundo dos brancos. A política de cotas para indígenas também foi essencial e precisa ser mantida e ampliada", disse.

Ele destacou a eleição da primeira mulher indígena para a Câmara dos Deputados, em 2018: "A deputada Joênia Wapichana fez um mandato extraordinário e mostrou quão necessário é 'aldear' o Congresso. A partir de agora, à frente da Funai, dará seguimento a esse trabalho de suma importância."

"Com a posse de Lula, lideranças indígenas passaram a ocupar cargos de grande relevância no governo federal, o que é uma ótima notícia. O Brasil só será um país soberano quando os povos originários forem devidamente respeitados e viverem bem, com dignidade e tranquilidade, em seus territórios ou fora deles. O lugar do homem ou da mulher indígena é onde ele ou ela quiser estar", concluiu Wesley.



Otávio Dias



04/04/2023



Assista!

28. Os desafios da transição energética no Brasil

A transição energética do Brasil rumo a uma economia de baixo carbono deve buscar maximizar as vantagens comparativas que o país já tem na área energética e buscar uma complementaridade com o que está sendo feito na Europa, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, em vez de copiá-los.

O objetivo maior – além de contribuir para a redução do aquecimento global, de acordo com as metas acordadas nas Conferências do Clima da ONU – deve ser aproveitar esse processo como uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento econômico, a criação de empregos e a redução da pobreza no país.

“Como já temos uma matriz energética hiper limpa, devemos fazer algo distinto, buscando não a semelhança, mas a complementaridade com o que está sendo feito na Europa e em outras partes do mundo. Devemos olhar a transição energética como uma oportunidade de atingirmos o que é mais relevante para o país hoje: o combate à pobreza, a criação de empregos e a melhoria do desenvolvimento econômico e social”, disse o engenheiro civil **Jerson Kelman**, ex-dirigente da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico),

da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), da Light e da Sabesp.

“O Brasil tem um sistema energético bem estruturado e é o país com maior potencial de expansão de sua matriz energética de maneira diversificada do planeta. Temos, no entanto, um problema sério de governança e institucional, causado, em parte, por retrocessos na autonomia das agências reguladoras e no planejamento energético. Soma-se a isso a falta de compromisso político do atual governo com a agenda ambiental”, afirmou o engenheiro **David Zylbersztajn**, que foi diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Kelman e Zylbersztajn, ambos com larga experiência tanto no governo como na iniciativa privada, abriram este webinar realizado pela Fundação FHC, cujo primeiro painel teve como foco os desafios de *policy* e regulação.

O segundo painel, sobre os desafios das empresas, teve como debatedores o presidente da Vibra Energia, **Wilson Ferreira Jr.**, a presidente da AES Brasil, **Clarissa Sadock**, e a presidente adjunta da Neoenergia, **Solange Ribeiro**.

Foco deve ser proteção da Amazônia e reflorestamento

Diferentemente da maior parte dos países desenvolvidos ou com nível de desenvolvimento similar ao nosso — onde o maior desafio é substituir o uso de hidrocarbonetos na produção de energia elétrica, principalmente petróleo e carvão mineral, por fontes renováveis —, aqui o foco deve ser a redução das emissões de CO2 resultantes do uso do solo: agricultura, pecuária e mudança do uso do solo, ou seja, desflorestamento.

Segundo Kelman, apenas 18% das emissões de gases do efeito estufa no Brasil, calculadas em 2 bilhões de toneladas de CO2 equivalentes por ano (4% do total mundial), têm relação com o setor energético. “Enquanto no resto do mundo 3/4 das emissões estão associados à energia, no Brasil 3/4 de nossas emissões estão associados à agricultura, à pecuária e ao desmatamento, principalmente da Amazônia”, disse.

“Como não vamos reduzir nossa produção agrícola e pecuária, pois são setores essenciais para a nossa economia e que, de maneira geral, já utilizam técnicas adequadas, temos de focar na preservação de nossas florestas e no reflorestamento de áreas degradadas”, continuou o professor da COPPE-UFRJ.

Segundo ele, o desmatamento sozinho, incluindo as queimadas e a derrubada de árvores de maneira ilegal e sem reposição, respon-

de por quase 50% das emissões de CO2 do país. “Temos uma matriz super limpa. Damos banho em qualquer outro país do mundo. Deveríamos ser os mocinhos, mas, no momento, somos os vilões internacionais pela maneira como estamos tratando a Amazônia. Isso não pode continuar”, afirmou.

Planejar a transição e integrar as diversas fontes disponíveis

Segundo David Zylbersztajn, 48% da produção energética brasileira vem de fontes renováveis, contra 14% em média no mundo e apenas 11% nos países da OCDE. “Isso acontece porque, entre os anos 1960 e 1970, o Brasil decidiu, não por uma razão ambiental, mas por economicidade, tecnologia e disponibilidade, aproveitar seu potencial hídrico para a produção de energia”, lembra.

Além disso, após o choque do petróleo nos anos 1970, o Brasil, que produzia muita cana de açúcar, apostou no etanol como um combustível alternativo à gasolina. “Apesar de todos os problemas, ainda temos o principal programa de biocombustíveis do mundo”, disse o professor da PUC-Rio.

Mais recentemente, o país tem avançado na produção de energia eólica e solar e também é um importante produtor de gás natural, que, apesar de ser um combustível fóssil, é menos poluente que o carvão e o petróleo e tem um papel a desempenhar na garantia da segurança energética nacional. O Brasil

também não deixará de explorar suas reservas de petróleo do pré-sal, mas deve substituir seu uso por fontes renováveis sempre que possível.

"Nosso maior desafio é planejar bem essa transição, integrando as diversas fontes de energias disponíveis em nosso planejamento energético nacional. Para atingirmos esse objetivo, penso em um triângulo em que um dos vértices é a segurança energética, o outro vértice é a questão climática e o terceiro vértice é o desenvolvimento econômico. O tamanho de cada lado desse triângulo é o que vai determinar a velocidade com que vamos caminhar no sentido de reduzir nossas emissões e cumprir as metas que assumimos nas conferências do clima da ONU (sobretudo na COP 21 e na COP 26)", afirmou.

"Tem muito dinheiro disponível no mundo para investimento na área energética e o Brasil pode se beneficiar desse esforço mundial rumo a uma economia de baixo carbono. Tudo vai depender, no entanto, do compromisso efetivo do país com a redução de suas emissões de CO2 e de quem estiver no comando do sistema energético brasileiro. Vivemos uma fase de incertezas, mas sou otimista quanto ao papel que o Brasil tem a desempenhar na transição energética mundial", concluiu Zylbersztajn.

Diplomacia deve atuar na defesa dos interesses do Brasil durante transição

Segundo Jerson Kelman, o Brasil precisa fazer a sua parte no combate ao desmatamento da Amazônia, principal fonte das emissões de gases do efeito estufa do país, mas, em contrapartida, deve ser muito firme na defesa de seus interesses nas negociações internacionais em curso, seja na área ambiental ou energética. "Não devemos aceitar nenhuma política que resulte em aumento de custo dos nossos produtos se não estiver associada a uma real oportunidade de atingirmos o que é fundamental hoje no Brasil, que é o combate à pobreza e a aceleração do desenvolvimento econômico", disse.

Como exemplo, cita as novas regras que regularão o mercado de hidrogênio verde, produzido a partir da eletrólise da água, utilizando fontes renováveis. "Podemos ser grandes exportadores de hidrogênio líquido ou de amônia para a Europa, mas, para que isso aconteça, é preciso que as regras de produção do hidrogênio verde sejam adequadas à nossa realidade energética. O Itamaraty tem um papel fundamental a desempenhar nesse sentido", disse Kelman.

Como exemplo, ele defendeu que a produção desse novo combustível "admita diferentes tons de verde, de forma que as plantas de produção de hidrogênio verde no país possam ser ligadas diretamente ao nosso grid elétrico, que é majoritariamente renovável, em vez de exigir uma fonte de energia 100% renovável".

Dirigentes de empresas demonstram otimismo, apesar das sucessivas crises

"Se o Brasil conseguir enfrentar os desafios da preservação da Amazônia e do reflorestamento de áreas degradadas, seremos sem dúvida uma potência ambiental, com uma contribuição em sua matriz energética como nenhum outro país tem. Para atingirmos esse objetivo, é fundamental uma política pública que integre governos, empresas e academia", disse o engenheiro Wilson Ferreira Jr., que foi presidente da Eletrobrás e atualmente dirige a Vibra Energia (anteriormente BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras até 2019, cuja privatização foi concluída em 2021).

Tradicionalmente uma empresa que distribui e comercializa combustíveis derivados do petróleo, a Vibra está buscando diversificar suas atividades para se tornar também uma empresa que comercializa biocombustíveis como diesel verde, biometano e combustível verde para aviões. Firmou, por exemplo, uma parceria para abrir a primeira refinaria verde no Estado de Roraima, com o plantio de palmas em 120 mil hectares de áreas degradadas.

"Criamos uma plataforma multienergia para viabilizar que os consumidores, ao comprar energia, escolham as alternativas que façam mais sentido para eles, possibilitando a descarbonização de suas próprias emissões", disse Ferreira Jr..

"Nossa grande missão é auxiliar nossos clientes, que são grandes indústrias e comércios, a também fazer sua transição energética. Eles estão cada vez mais exigentes em relação à nossa governança ambiental, social e corporativa (ESG) e querem saber todos os detalhes de nossa operação", disse Sadock.

Segundo a presidente da AES Brasil, empresa que atua no setor hidrelétrico nos Estados de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, é urgente que o mercado de crédito de carbono saia do papel e amadureça no mundo e no Brasil. "Este será o pulo do gato para a preservação da Amazônia, pois poderá trazer muitos recursos para a região em troca da preservação da floresta", disse.

"As múltiplas crises pelas quais temos passado, incluindo a pandemia de Covid-19 e agora a guerra na Ucrânia, têm testado as empresas ao máximo, mas estamos conseguindo superar as dificuldades e avançar", disse Solange Ribeiro, da Neoenergia, empresa presente em 18 estados e no Distrito Federal, com atuação nos ramos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Ribeiro destacou a necessidade de o país criar bons marcos regulatórios para estimular a inovação, criar as condições para os investimentos em infraestrutura e transformar o Brasil em um país exportador de energia renovável. "O país precisa aproveitar o *timing* e regular o mercado de energias renováveis

como outros países já fizeram, como os Estados Unidos, a Austrália e a China", disse.

Segundo a presidente adjunta da Neoenergia, o caminho a ser seguido é o dos 3Ds: descentralização, digitalização e descarbonização. "Em breve, a energia será entregue ao consumidor de maneira cada vez mais customizada, de acordo com as necessidades dele, utilizando melhor as redes", explicou.



Otávio Dias



27/06/2022



Assista!

29. Hidrogênio Verde: a descarbonização da Europa e o interesse do Brasil

Com uma matriz 85% sustentável, o Brasil tem enorme potencial para ser um dos líderes da transição energética em curso no planeta e pode se tornar um grande exportador de hidrogênio verde, que até 2050 deverá responder por 20% de toda a energia consumida no mundo, gerando US\$ 2,5 trilhões ao ano. "Hoje o Brasil é conhecido por ser um exportador de *commodities* baseadas na exploração do meio ambiente, como o minério de ferro e a soja. Mas o país tem tudo à mão para abraçar o hidrogênio verde e se tornar um destaque mundial no desenvolvimento dessa tecnologia que vai mudar o mundo", disse o gerente de Inovação e Sustentabilidade na Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha no Rio de Janeiro, responsável pelo Projeto do Estudo de Mapeamento do Setor de Hidrogênio no Brasil, **Ansgar Pinkowski**.

A União Europeia e a Alemanha, em particular, apostam no hidrogênio verde para a descarbonização de suas economias e vêem no Brasil um fornecedor importante dessa *commodity*. Além de conhecer a posição alemã, o webinar tratou de discutir como o Brasil pode aproveitar o aumento da internacional pelo hidrogênio verde em seu benefício. Isso de-

pende de políticas internas, mas também de regras claras na compra de hidrogênio verde por parte da Alemanha e outros países europeus interessados. Nas palavras de um dos participantes, exigirá transparência e rationalidade dos dois lados.

"Além de fundamental para que o Brasil cumpra as metas assumidas no Acordo de Paris (2015), o hidrogênio verde representa também uma oportunidade de desenvolvimento econômico e de reposicionamento geopolítico", afirmou **Paulo Alvarenga**, CEO da Thyssenkrupp na América Latina e vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha.

"Com fontes de energia renovável que se completam — solar, eólica, biomassa e hidrelétrica —, o Brasil tem capacidade de rodar uma planta de eletrólise de forma sustentável 24 horas por dia, produzindo hidrogênio 100% verde. Agora, não adianta vender energia renovável para a Europa e depender de fontes não renováveis como as termelétricas para atender as necessidades energéticas internas. O objetivo é reduzir as emissões de carbono a nível global e a conta tem que

fechar para todos”, explicou o professor da Coppe/UFRJ **Jerson Kelman**, ex-dirigente da ANA e da ANEEL.

“O Brasil deve almejar ser um exportador não apenas de hidrogênio verde, mas da tecnologia necessária para produzi-lo. Para atingir esse objetivo, é fundamental termos políticas públicas que fortaleçam toda essa nova cadeia tecnológica, incluindo a fabricação de eletrolisadores, a instalação de fábricas, o armazenamento e o transporte do produto de forma sustentável e segura”, disse o vice-presidente de Desenvolvimento de Novos Negócios da AES na América do Sul, **Italo Freitas Filho**.

Os quatro engenheiros participaram do webinar “Hidrogênio Verde: a descarbonização da Europa e o interesse do Brasil”, realizado pela Fundação FHC e pelo Consulado Geral da Alemanha em São Paulo.

Segundo explica a BBC Brasil em reportagem de abril deste ano, o hidrogênio é o elemento químico mais abundante do universo e tem três vezes mais energia do que a gasolina. Mas, ao contrário dela, é uma fonte de energia limpa, uma vez que só libera água (H₂O), na forma de vapor, e não produz dióxido de carbono (CO₂). Na Terra, o hidrogênio está presente na água, junto ao oxigênio, e se combina com o carbono para formar hidrocarbonetos, como gás, carvão e petróleo. Para ser usado como combustível, precisa ser separado dos outros elementos. Até agora, os hidrocarbonetos eram usados para gerar essa energia, poluin-

do o meio ambiente ao liberar CO₂. Há alguns anos, o hidrogênio começou a ser produzido a partir de energias renováveis, como solar e eólica, por meio de um processo chamado eletrólise. O resultado é o chamado hidrogênio verde, que é 100% sustentável, mas mais caro de se produzir. Muitos acreditam que ele pode oferecer uma solução ecológica para algumas das indústrias mais poluentes, incluindo a de transportes, química, siderúrgica e de geração de energia.

Não há plano B para o planeta T

“Ao firmar o Acordo de Paris no final de 2015, a maioria dos países se comprometeu com a meta de estancar o aumento da temperatura global em 1,5 graus Celsius. Isso só pode ser alcançado se mudarmos radicalmente nossa forma de produção e consumo de energia. Não é mais possível buscar fontes energéticas no fundo da terra ou do mar, utilizar petróleo, gás e carvão para suprir nossas necessidades energéticas e lançar gás carbônico, subproduto desse consumo, na atmosfera. O hidrogênio verde, obtido por meio da separação do hidrogênio do oxigênio a partir da água, é o caminho para fazer essa transição energética fundamental”, disse Pinkowski.

“Não há plano B para o planeta Terra”, concordou Alvarenga. Segundo o executivo brasileiro, apenas para substituir o hidrogênio cinza hoje produzido no mundo a partir de hidrocarbonetos (96% do mercado) pelo hidrogênio verde, seria preciso instalar 800 gigawatts de capa-

cidade de eletrólise (separação do hidrogênio do oxigênio a partir da água). Como medida de comparação, todo o parque energético brasileiro tem hoje cerca de 200 gigawatts de capacidade de produção, incluindo as diversas matrizes energéticas disponíveis no país. "A Thyssenkrupp, uma das empresas líderes mundiais nessa nova tecnologia, tem hoje apenas 10 gigawatts de capacidade instalada para produzir hidrogênio verde. Até 2050 pretendemos ter 3.300 gigawatts para garantir energia sustentável para nossos clientes. É um mercado com um potencial gigantesco", afirmou.

Alemanha sai na frente ao financiar a transição

A Alemanha, principal economia europeia e a quarta maior do mundo, destinou 9 bilhões de euros para elevar significativamente a participação do hidrogênio verde no fornecimento de energia nos próximos anos. Desse total, 2 bilhões de euros devem ser utilizados para estimular a transição em outros países. "O melhor que o governo alemão pode fazer para impulsionar esse novo mercado a nível global é realizar leilões internacionais para fornecimento de hidrogênio verde a longo prazo. Os países que fizerem as

propostas mais vantajosas levam o contrato. Não há dúvida de que seria uma grande oportunidade para o Brasil, mas não só para nós", disse Kelman.

"A Alemanha criou uma fundação cuja missão será justamente gerar competição entre os países por meio da realização de leilões de energia limpa", explicou Pinkowski, segundo o qual os 2 bilhões de euros serão usados para amortizar a diferença de custo do hidrogênio verde (produzido a partir da água) e do hidrogênio cinza (a partir de combustíveis fósseis) na fase de transição. "Não investiremos diretamente em fábricas, mas buscaremos incentivar a eficiência da produção mundo afora com o objetivo de acelerar a necessária mudança energética", explicou Pinkowski.

"O Brasil tem tudo para se beneficiar dessa grande oportunidade. Mas não pode cometer erros do passado, como quando desperdiçou o potencial de exportação de etanol para a Europa", disse Alvarenga, depois de listar as razões pelas quais acredita no potencial do Brasil como fornecedor de hidrogênio verde: ser uma importante economia do mundo democrático, com um sistema regulatório que demanda melhorias mas é um

"O Brasil tem tudo para se beneficiar dessa grande oportunidade. Mas não pode cometer erros do passado, como quando desperdiçou o potencial de exportação de etanol para a Europa", disse Alvarenga.

bom ponto de partida; por possuir enorme potencial de geração de energia renovável, sobretudo no Nordeste, cuja costa está próxima da Europa; ter um importante mercado consumidor interno que pode ajudar a alavancar a produção e o consumo de hidrogênio verde.

Para Freitas Filho, o custo de produção de energia renovável, sobretudo da eólica e da solar, vem caindo a cada ano e essa redução está prestes a chegar à eletrólise: "A AES vê o hidrogênio verde como um grande desafio, pois toda a cadeia de suprimentos, produção e distribuição precisa ser ajustada para que esse combustível verde se torne uma realidade e chegue no volume necessário e com preço competitivo ao consumidor final."

"Vivemos o início de uma revolução energética e o Brasil, por ter sol, vento e água abundantes, está em uma situação privilegiada. Também é possível usar biomassa, como o etanol, para produzir hidrogênio verde, mas isso só é sustentável se não prejudicar o cultivo de alimentos e não resultar em aumento da área plantada em biomas ameaçados como a Amazônia e o Cerrado", disse Pinkowski. Outro ponto de atenção é o transporte do hidrogênio verde, que, se for realizado em navios movidos a hidrocarboneto, acaba contribuindo para a poluição atmosférica.

Diferentes tons de verde

"No processo de produção do hidrogênio verde, existem diferentes tons de verde.

Quais desses tons são aceitáveis e quais não são? Precisaremos de um pacto de rationalidade e de muita transparência para termos êxito nessa transição", disse Kelman. O ex-presidente da Sabesp também alertou para o fato de a produção de hidrogênio verde exigir muita água, o que é um desafio mesmo em um país com recursos hídricos abundantes como o Brasil. "Não é um problema insolúvel, mas que exige atenção", disse.

"O ideal é que o hidrogênio verde seja livre de pegada de carbono do começo ao fim da cadeia de produção, distribuição e consumo. Sabemos, no entanto, que o amadurecimento das diversas tecnologias necessárias leva um tempo. É o caso, por exemplo, dos navios movidos a amônia verde, que ainda levarão um tempo para se tornar realidade. A Alemanha usará sua força econômica e tecnológica para viabilizar isso", disse Pinkowski.

"Quem são os potenciais competidores do Brasil neste novo mercado de hidrogênio verde?", perguntou **Sergio Fausto**, diretor geral da Fundação FHC e moderador do evento. "Os países que têm mais potencial são aqueles com boa capacidade de produzir energia solar e eólica e que têm acesso mais fácil aos principais centros de maior consumo energético. O Brasil e a Colômbia, por exemplo, podem se beneficiar da venda de hidrogênio verde para o mercado europeu, que está logo ali do outro lado do

Atlântico. No Pacífico, o Chile e a Austrália têm facilidade de acessar o mercado asiático, em especial a China, o Japão e a Coreia do Sul. Argentina, Marrocos e Arábia Saudita também têm potencial de aproveitar esse novo mercado”, respondeu Italo Freitas Filho.

“Vamos precisar de todos os países em condições de participar e de todas as tecnologias possíveis para desenvolver esse mercado na velocidade e no volume necessários. A competição é positiva para maximizar os resultados, não para excluir nenhum potencial produtor”, concluiu Alvarenga.



Otávio Dias



28/07/2021



Assista!

30. Regulamentação do mercado de carbono: oportunidades e desafios para o Brasil

A regulamentação do mercado de carbono pode significar uma nova oportunidade para o Brasil, beneficiando o país através desse mecanismo que alavanca o desenvolvimento sustentável. Esta foi a principal conclusão do webinar realizado pela Fundação FHC no último dia 7 de abril.

O encontro contou com a participação do professor **Ronaldo Seroa da Motta**, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); de **Marina Carrilho**, diplomata que atua na Divisão de Meio Ambiente II do Ministério das Relações Exteriores e é responsável pelos temas de mercados de carbono; e de **Luiza de Vasconcellos**, que trabalha na área de renda fixa do Itaú BBA à frente da estruturação de operações ESG. A mediação foi de **Sergio Fausto**, cientista político e diretor geral da Fundação FHC.

Além da análise das oportunidades e dos desafios para o Brasil, o grupo avaliou a importância do Artigo 6 do Acordo de Paris, que prevê a criação de um mercado global de carbono com o objetivo de conter a mudança climática.

Ronaldo – que também foi coordenador de Estudos Ambientais no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ex-diretor do Ministério do Meio Ambiente, autor do livro ‘Economia Ambiental’ (Editora FGV, RJ) – começou sua fala explicando que o tema, embora pudesse parecer, na verdade não era tão complexo, desde que se fizessem alguns esclarecimentos básicos.

O principal consiste na diferença entre um mercado voluntário de carbono e um mercado com regras estabelecidas pelo governo ou por um grupo de governos, como os já existentes na União Europeia, no Canadá e no estado americano da Califórnia, por exemplo. Ambos têm importância para a contenção da mudança climática, mas os mercados do segundo tipo são mais eficazes porque criam obrigações legais para os participantes.

Nos mercados regulados de carbono, a autoridade pública fixa um limite máximo de emissões de gases de efeito estufa para a economia como um todo e para determinados setores em particular (transporte, energia, indústria e/ou, agropecuária, por exemplo). As empresas adquirem licenças de emissão.

A cada ano, as que não cumprirem suas metas de emissão têm de comprar licenças daquelas que superaram as metas. O sistema se chama '*cap and trade*' e tem a vantagem de, por um lado, estabelecer limites quantitativos de emissão e, de outro, permitir que o mercado se ajuste via compra e venda de licenças de emissão. Alternativamente, é possível tributar as emissões de carbono. Nesse caso, incentiva-se a descarbonização impondo um custo à emissão de carbono, mas não se fixa um limite para as emissões gerais e setoriais. A maioria dos países tem preferido a adoção de sistemas de '*cap and trade*'.

Já os mercados voluntários de carbono envolvem empresas e indivíduos que voluntariamente decidem neutralizar suas emissões de gases de efeito estufa, em resposta a pressões de acionistas, investidores e/ou consumidores. "É um mercado em constante expansão, que cresceu 100% nos últimos três anos", explicou Ronaldo.

No Brasil, o mercado regulado inexiste – está em tramitação no Congresso, um projeto de lei com esse objetivo, de autoria do deputado Marcelo Ramos (PSD-AM) – e o mercado voluntário é incipiente, mas muito promissor. Essa é a visão de Luiza de Vasconcellos. Para ela, o grande desafio é dar maior segurança jurídica a esse mercado e estruturar bons projetos de geração de carbono. Hoje o preço da tonelada de carbono no Brasil ainda é uma fração pequena do preço observado em mercados mais desenvolvidos. A institui-

ção financeira onde Luiza trabalha aposta no crescimento do mercado voluntário de carbono brasileiro, tanto assim que vem construindo, com instituições financeiras internacionais, uma plataforma para negociação e monetização de créditos de carbono. Ela não enxerga incompatibilidade entre a criação de um mercado regulado de carbono e o desenvolvimento do mercado voluntário já existente: "O desafio é descobrir como ambos poderão atuar juntos".

O principal potencial de geração de créditos de carbono no Brasil está na área florestal e na agropecuária, ressaltou Ronaldo. O potencial permanecerá subaproveitado, porém, enquanto não se contiver de fato o desmatamento, em especial na Amazônia. Ele lembrou que o Brasil tem uma grande área desmatada, com muitas pastagens degradadas, que poderiam ser reconstruídas em florestas, com ganhos ambientais e sociais. O BNDES está fazendo uma linha de leilões para comprar créditos de reflorestamento. Iniciativas como essas vão na direção correta, afirmou. "Precisamos manter a floresta de pé", concordou Luíza, mas para isso é preciso que a floresta em pé tenha valor. "Hoje no Brasil a questão é medir quanto o desmatamento contribui para as emissões e fazer do mercado de carbono uma alternativa para conter este desmatamento", concluiu. Instituições e tecnologias existem para fazer essa mensuração.

Marina centrou sua exposição na regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que trata

dos instrumentos para a criação de um mercado global de carbono que fomente a cooperação voluntária entre governos e empresas de diferentes países em um esforço conjunto para a redução das emissões dos gases de efeito estufa. Destacou os avanços obtidos em Glasgow, em novembro de 2021, onde se realizou a COP-26. De agora em diante, o Artigo 6, passa a contar com regras e procedimentos estabelecidos para, ao mesmo tempo, estimular os esforços de cooperação e assegurar que eles se deem em bases compatíveis com o objetivo de acelerar a redução das emissões de gases de efeito estufa. Os dispositivos legais resultantes de Glasgow aumentam a confiabilidade e transparência na geração de créditos de carbono e reduzem os riscos de dupla contagem. "Temos finalmente um arcabouço legal apropriado. Politicamente foi um grande avanço, afirmou Marina, ressaltando que ainda há controvérsias a dirimir e desafios práticos na implementação do Artigo 6.

Não resta dúvida do caminho a seguir. É preciso descarbonizar o mundo e o Brasil. Aqui o esforço maior é não apenas conter o desmatamento, mas também reflorestar o país, em particular pastagens degradadas. Os mercados de carbono, seja o voluntário, seja o regulado, são importantes instrumentos para esse fim.



Márcio Pinheiro



07/04/2022



Assista!



90 anos de Ruth e Fernando Henrique Cardoso

Em setembro de 2020, Ruth Cardoso faria 90 anos. Como antropóloga, ativista social e primeira-dama, deixou um legado mais atual do que nunca, por valorizar o papel e a autonomia da sociedade civil e da comunidade local como agentes do desenvolvimento. Ruth não apenas produziu livros e artigos a respeito, mas também liderou ações e programas que puseram em prática sua reflexão. O mais conhecido deles foi o Comunidade Solidária. Para homenageá-la, a Fundação FHC promoveu dois seminários.

Em junho de 2021, Fernando Henrique Cardoso completou 90 anos. Ao longo daquele ano, a Fundação FHC realizou uma programação especial de atividades dedicadas ao legado e às trajetórias política e intelectual de FHC. Um ciclo especial de debates, intitulado “Um Intelectual na Política” – mesmo nome de seu livro de memórias, lançado pela Companhia das Letras –, debateu a atualidade das questões que marcaram e ainda marcam sua vida.

31. A arte da política democrática e os desafios da globalização

Mesmo diante de ameaças da magnitude da atual pandemia e da urgência de agir para reverter o aquecimento global, os países da América Latina estão imersos em seus próprios problemas (que não são poucos) e têm se mostrado incapazes de atuar de forma minimamente coordenada para ter mais voz em um mundo cada vez mais competitivo, digitalizado e em que a democracia e o multilateralismo estão em xeque.

O alerta foi feito por três ex-presidentes latino-americanos que tiveram papel central na consolidação da democracia em seus respectivos países no final do século 20 e início do século 21: **Fernando Henrique Cardoso** (que governou o Brasil entre 1995 e 2003), **Ricardo Lagos** (que governou o Chile entre 2000 e 2006) e **Julio María Sanguinetti** (que governou o Uruguai entre 1985 e 1990 e entre 1995 e 2000). Os três ex-chefes de Estado participaram deste webinar que integra o ciclo 'FHC 90 anos - Um Intelectual na Política', parte dos eventos comemorativos dos 90 anos do ex-presidente FHC, completados em 18 de junho de 2021. O encontro teve a participação de **Enrique Iglesias**, que presidiu o BID de 1985 a 2005.

"Vocês foram testemunhas e atores da transição para a democracia em seus países nos anos 1980, 1990 e 2000. Após as enormes expectativas geradas junto à cidadania naquele processo, nos últimos anos vemos crescer a desilusão em diversos países. Como veem os desafios que a democracia enfrenta na América Latina atualmente?", perguntou a secretária geral do Club de Madrid, que organizou o evento com a Fundação FHC, **María Elena Agüero**.

"A democracia tem imperfeições, mas, apesar das dificuldades, creio que persiste na região o sentimento majoritário de que a democracia conquistada com muita dificuldade tem sido um período bom da história recente de nossos países. Isso, no entanto, pode mudar, como presenciei no Brasil durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e a última ditadura militar (1964-1985). Quem viveu sob regimes autoritários sabe a importância de viver em liberdade, sem medo. Por isso, é fundamental nos unirmos para manter viva a chama da democracia", disse FHC.

"Os últimos anos têm sido problemáticos para a democracia na Europa, nos Estados Unidos

e também na América Latina. Fenômenos como a globalização e a digitalização geram oportunidades mas também insegurança e desigualdade, como no trabalho, onde não há mais empregos para toda a vida. Também temos visto as redes sociais substituírem os canais tradicionais de representação política e impulsionarem a polarização e o populismo. Irrompe a pandemia e acelera estas e outras tendências. O Estado volta a ter um papel inesperado e poderoso. Quando o cidadão se sente fragilizado e com medo, cresce a tentação de os governantes usarem o poder não apenas para combater a crise sanitária, mas para interferir e controlar outras áreas, colocando em dúvida a própria democracia", disse o uruguai Julio Maria Sanguinetti.

Ao cumprimentar o aniversariante, Ricardo Lagos lembrou que conheceu FHC nos anos 1960, quando o então jovem sociólogo se exilou no Chile após o golpe de 1964. "Fernando Henrique fazia parte de um grupo de jovens intelectuais que foi morar no Chile e contribuiu muito para o debate sobre os rumos socioeconômicos de nossos países e da América Latina naquele período. Ele se encontrou com Enzo Faletto (sociólogo chileno, 1935-2003) e juntos escreveram 'Dependê-

cia e Desenvolvimento na América Latina'. O impacto da obra foi tão grande que Cardoso e Faletto se tornaram, para muitos de nós, um só autor, como Ortega y Gasset", brincou.

"Nos últimos meses, temos visto a economia de alguns países se recuperar com relativa força, mas não vamos recuperar tão rapidamente os milhares de empregos perdidos desde o início da pandemia. Provavelmente teremos de prorrogar os auxílios temporários concedidos aos mais fragilizados. Democracia significa aprender a escutar o que as

pessoas estão dizendo e se adiantar às demandas sociais. Com as redes sociais, esse processo está cada vez mais descentralizado e horizontal. Que instituições políticas vão surgir como resultado da revolução digital e que sejam capazes de ouvir e responder aos cidadãos nesse novo contexto?", perguntou o ex-presidente chileno.

"Temos hoje aqui presentes três grandes personagens da política latino-americana, que com sua experiência podem nos ajudar a entender não tanto o que fazer, mas como fazer. Como administrar a imensa complexidade dos problemas do mundo e da nossa região? Tudo depende de condução política.

"Democracia significa aprender a escutar o que as pessoas estão dizendo e se adiantar às demandas sociais", disse o ex-presidente chileno Ricardo Lagos.

O que mais me preocupa na América Latina é como agir em um cenário em que os partidos políticos se suicidaram", disse o ex-chanceler uruguai Enrique Iglesias.

Lagos salientou que a Convenção Constitucional do Chile (eleita em maio, iniciou neste mês de julho seus trabalhos) é uma 'experiência a ser compartilhada' com os demais países latino-americanos: "Na eleição dos constituintes, houve muitas novidades, entre elas a regra da paridade de gênero (78 homens e 77 mulheres) e a destinação de 17 cadeiras para os povos originários. Mas o que mais chamou a atenção foi a articulação de cidadãos feita sobretudo pelo WhatsApp e que resultou na eleição de um grande número de membros independentes (mais de 30% do total). Portanto, estamos vendo no Chile a emergência de uma forma distinta de expressão e organização da cidadania, que vai além dos partidos políticos tradicionais. Será muito interessante acompanhar o que vai acontecer na convenção, como ela moldará a política chilena no futuro e se terá impacto na região."

"Com a convocação de uma assembleia para redigir uma nova Constituição, o Chile busca dar uma resposta inteligente aos grandes protestos do final de 2018, que revelaram existir um mal-estar social, apesar do impressionante desenvolvimento econômico do país nas últimas décadas. Temos visto manifestações em outros países, como na Colômbia. O Peru acaba de sair de uma eleição profundamen-

te dividida, em que o eleito não terá apoio no Parlamento. No Brasil, houve nos últimos anos uma judicialização da política, com consequências preocupantes, e o cenário para a eleição presidencial do próximo ano muda muito rapidamente. A Argentina está imersa em profunda crise econômica. Para avançar social e economicamente, a América Latina tem diante de si uma agenda extremamente complexa. Trata-se de um desafio quase refundacional para nossas democracias", afirmou Sanguinetti.

O uruguai destacou a importância de uma maior cooperação entre as nações da região diante de um mundo em rápida transformação: "Quando éramos presidentes de nossos países, sonhávamos com uma integração maior e mais profunda. O Mercosul avançou, mas de uns tempos para cá anda meio paralisado. O mundo vive uma nova bipolaridade, com a disputa entre EUA e China, e a pandemia revelou a fragilidade do multilateralismo. Cada país se preocupa com si próprio, inclusive em relação à compra e/ou produção de vacinas. É uma situação complexa que exige estratégia e diplomacia. A América Latina deve se posicionar como região."

Lagos lembrou que o mundo será cada vez mais influenciado pela Ásia, 'acostumada a medir a história em milênios', e defendeu mais coordenação entre os países da região para enfrentar desafios regionais, como a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, e globais, como a ameaça climática

e as epidemias. O chileno propôs um grande acordo internacional para evitar futuras pandemias: "Assim como a ONU criou a Conferência das Partes (COP) nos anos 90 para conduzir as negociações relacionadas ao clima do planeta, precisamos de um fórum permanente para evitarmos nova pandemias e estarmos preparados para enfrentá-las de maneira mais solidária."

"Vivemos uma época nova impulsionada por profundas mudanças tecnológicas e um grande ruído de informação e comunicação. Como organizar e dar sentido a tudo isso? Os meios de comunicação têm um papel fundamental, assim como as instituições democráticas, inclusive os partidos, que não vão desaparecer. Aos líderes políticos cabe o papel de personalizar as novas ideias e definir os caminhos. A democracia depende tanto de organizações como de atores", disse FHC.



Otávio Dias



08/07/2021



Assista!

32. Um intelectual na política: Inquietação, formação e prática política

"Quando jovem, queria ser em primeiro lugar pesquisador e, depois, professor universitário. Por que me tornei político? Porque o regime militar (1964-1985) resolveu que eu era subversivo e, sem querer, acabou me empurrando para a política", disse o ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso** nesta conversa online com seus colegas de profissão — e alunos na década de 1960 —, os sociólogos **José de Souza Martins** e **Maria Hermínia Tavares de Almeida**. O evento faz parte do ciclo de 4 webinars que marca o aniversário de 90 anos de FHC e o lançamento de suas memórias 'Um intelectual na política', pela Editora Companhia das Letras (2021).

"Nós, cientistas sociais, somos treinados para duvidar. Já o político não pode ter muitas dúvidas. Precisa tomar decisões, com frequência de maneira solitária, e transmitir segurança para liderar. Como foi essa passagem daquele que duvida profissionalmente para aquele que acredita?", perguntou Maria Hermínia, professora titular aposentada da FFLCH-USP e pesquisadora sênior do CEBRAP.

"Entre a pesquisa de campo e a política há algo em comum: contato com gente. É preci-

so saber conversar com as pessoas, penetrar na vida e na alma do outro para entender sua realidade. Desde que me envolvi com a política, nunca fiz distinção entre pensar e fazer. Tenho um pé em cada canoa", respondeu FHC. Apesar de ter nascido em uma família envolvida com a política brasileira há várias gerações, o ex-presidente disse que teve o 'vírus da política inoculado' quando conheceu Almino Affonso e José Serra durante o exílio no Chile após o golpe de 1964.

"De volta ao Brasil, fundamos o CEBRAP e me tornei cada vez mais ambivalente, com um olho na pesquisa científica e o outro nas políticas públicas. Um belo dia (em 1978) o Ulysses Guimarães (1916-1992) me indicou para ser candidato ao Senado pelo MDB. Não era para ganhar, mas para atrair os jovens e conquistar a vaga de suplente do Montoro. Quatro anos depois, Montoro foi eleito governador e eu, que estava dando aula nos Estados Unidos, voltei ao Brasil para assumir o restante do mandato. Me dei bem no Senado, gostei da política", contou FHC.

Em 1978, Fernando Henrique foi o segundo candidato a senador mais votado em São

Paulo, atrás de Franco Montoro (1916-1999), também do MDB (Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição ao regime militar), e à frente de Cláudio Lembo, da Arena (partido de sustentação do regime). Graças ao mecanismo da sublegenda, a votação obtida garantiu-lhe a condição de suplente de Montoro. O então professor assumiu o cargo de senador em 1982, depois que Montoro foi eleito governador de São Paulo. Reelegido senador em 1986, FHC teve papel de destaque na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e deixou o Senado em 1992, quando se tornou ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco (1992-1995). Em 1993, Fernando Henrique foi convidado a assumir o Ministério da Fazenda e, no ano seguinte, lançou o Plano Real, que controlou a inflação. Em 3 de outubro de 1994, foi eleito presidente da República no primeiro turno.

Entender o possível para conhecer e mudar a realidade

"Presidente, o senhor foi embora do Brasil porque, aos olhos de alguns, era um intelectual comunista. Professor Martins, como o senhor avalia o trabalho acadêmico de FHC

"dentro da tradição marxista?", perguntou o cientista político **Sergio Fausto**, diretor geral da Fundação FHC e mediador do evento.

"O Henri Lefebvre (1901-1991) faz uma distinção entre pensamento marxista e pensamento marxiano, ou seja, o teórico, o cientista, ele pode ser marxiano porque segue o método dialético, mas ele (Lefebvre) não define isso como marxista. Aplico essa definição ao caso do Fernando Henrique. Seria um empobrecimento dizer que a obra de FHC é marxista. Na ideia vulgar de marxismo que foi sendo construída ao longo do tempo, se alguém é sociólogo não pode ser marxista; se é marxista não pode ser sociólogo. O próprio Marx (1918-1883) não

era marxista", respondeu o professor emérito da FFLCH-USP (2008).

"No início da minha vida como pesquisador, quem me influenciou foi o Prof. Florestan Fernandes (1920-1995), que era adepto da sociologia empírica, gostava de pesquisa de campo. Não tinha nada de teoria. Fui estudar Marx bem depois", explicou FHC. "Para ser cientista social, o fundamental é ter curiosidade, inquietação. Se a gente já sabe o que vai acontecer, acabou. Eu sempre quis tentar

"Entre a pesquisa de campo e a política há algo em comum: contato com gente. É preciso saber conversar com as pessoas, penetrar na vida e na alma do outro para entender sua realidade", disse FHC

entender o que estava acontecendo e para onde as coisas iam. Até hoje é assim. O que me interessa é a mudança, o devir."

Para José de Souza Martins, desde o início de sua carreira como pesquisador e sociólogo, Fernando Henrique desenvolveu um método que permite trabalhar com o possível. "O possível não é o que dá para fazer, mas o historicamente possível, o que está contido nas possibilidades históricas de uma dada realidade. Conhecer o possível é fundamental para entender o que dá para ser, o que vai ser. A práxis política está lá presente e é fundamental. Que práxis temos hoje no Brasil?", perguntou.

Segundo o sociólogo, a tese de doutorado de FHC — 'Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul (Civilização Brasileira, 1961)' — é uma "obra prima da sociologia brasileira, onde o método dialético foi empregado da maneira mais consistente, mais rigorosa e mais dialética". "Mais de três décadas depois, FHC, já presidente, agiu contra a escravidão ainda existente em partes do país, ao criar o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), que reduziu enormemente a escravidão por dívida no país", lembrou o ex-professor da Cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge (1993-1994).

"A agenda metodológica e teórica proposta por FHC continua aberta aos sociólogos das novas gerações. É preciso prestar atenção àquilo que não somos e poderíamos ser",

concluiu. "Assim como o artista, o intelectual deve saber juntar coisas desconexas para tentar compreender e explicar a realidade. 'A vida inteira, como intelectual e como político, busquei juntar coisas díspares', completou o ex-presidente.

Uma aventura em três dimensões

"A geração intelectual de FHC, da qual faço parte, representa uma aventura em três dimensões. A primeira dimensão se caracterizou por um mergulho profundo na sociologia para entender o que havia de específico na sociedade brasileira. A segunda — a mais importante — foi a luta contra a ditadura e a conquista da democracia. A terceira buscou utilizar aquele conhecimento de forma pragmática para tentar mudar o Brasil pós-democratização", disse Maria Hermínia Tavares de Almeida.

"Fomos marcados indelevelmente por essa transição de um país autoritário para um Brasil democrático. O que houve de positivo nos últimos 30 anos foi construído pelas forças políticas, sociais e intelectuais que estavam na luta contra a ditadura nos anos 1970 e 1980. Hoje, vivemos outras estruturas de conflitos que não existiam naquela época e que representam um novo desafio", continuou a pesquisadora do CEBRAP.

"A democracia tem de ser regada todos os dias e não tem sido bem regada. Mas ela vai se recolocar e, tenho esperança, do modo mais razoável, ou seja, por meio de eleições.

Isso de ver o adversário como um inimigo a ser destruído não faz parte da nossa cultura, não tem chance de dar certo. Nós que vivemos durante a ditadura sabemos o que significa viver com medo. Ainda há tempo de retomar o caminho da democracia e da liberdade", disse FHC.



Otávio Dias



25/05/2021



Assista!

33. Utopias e experiência pública na democracia: uma conversa entre FHC e Fernando Gabeira

"Por mais que a gente critique a democracia, é muito melhor viver nela. Na ditadura, vivemos com medo. Neste momento, é preciso assumir uma posição clara contra os abusos autoritários, dentro e fora do Brasil", disse o ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso**. "Expor-se, neste momento crucial, significa dizer que existe um golpe em doses homeopáticas em curso no país. Ele está vindo com a capitulação progressiva das instituições. Para parar esse processo, é fundamental pregar a união de todas as forças democráticas", afirmou o jornalista **Fernando Gabeira**.

O diálogo entre os dois Fernandos é o segundo do ciclo de debates online 'Um Intelectual na Política', que marca os 90 anos de FHC, completados em 18 de junho, e o lançamento de suas memórias, com o mesmo título, pela Companhia das Letras. No encontro, eles falaram sobre as respectivas formações intelectual e política, influências e experiências da juventude e atuação na idade adulta. Trocaram ideias sobre Revolução Cubana, Marx, Sartre e o existencialismo, Golpe de 64, exílio, Maio de 68, ambientalismo, Diretas Já, pautas identitárias, avanços e retrocessos do período democrático.

"Gabeira é dez anos mais jovem, isso faz diferença na juventude e agora, na velhice, mais ainda. Na geração dele, houve muita crença em Cuba e na ideia de revolução socialista. Deceptionada com os crimes de Stalin, a minha geração era mais cética. Pessoalmente, sempre tive uma postura mais institucional, de lutar pela redemocratização do país jogando com as regras, sem rupturas. Isso não quer dizer ser conservador ou reacionário. Como sociólogo, sempre estive atento às transformações. As mudanças só acontecem quando a sociedade se movimenta. Vi isso de perto na França em Maio de 1968, quando os estudantes saíram às ruas por mais liberdade e justiça", disse FHC.

"Cresci em um bairro operário de Juiz de Fora (MG) e aos 17, 18 anos me envolvi com a luta estudantil. Nessa época, me apaixonei por Sartre, Simone de Beauvoir e o existencialismo. Após o Golpe de 64, assim como outros jovens de esquerda, achei que era necessária uma política de enfrentamento ao regime militar. Entrei para a luta armada, fui preso e exilado (em 1970). Ao chegar à Europa, tive contato com outros movimentos que não existiam no Brasil: a luta das mulheres, dos homossexuais, a consciência ecológica. Achei que esses ele-

mentos deveriam compor uma pauta mais progressista também por aqui", contou Gabeira.

Ao retornar ao país em 1979, com a Lei da Anistia, Gabeira publicou 'O que é isso, companheiro?'. Nesse livro, além de relatar a sua experiência como militante que adere à luta armada, em particular o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick em 1969, ele faz uma reflexão crítica e autocrítica da esquerda marxista-leninista. Na década de 80, tornou-se uma voz relevante na defesa das causas das minorias e do meio ambiente e, em 1989, candidatou-se à Presidência da República pelo Partido Verde (PV). Em 1994, foi eleito para a Câmara dos Deputados, onde exerceu diversos mandatos, ora pelo PV ora pelo PT. Após deixar a política, passou a trabalhar exclusivamente como jornalista e escritor.

Políticas identitárias sem a devida mediação

Embora tenha sido um precursor das chamadas pautas identitárias, Gabeira criticou a forma como elas foram conduzidas politicamente nas últimas duas décadas no Brasil. "O cientista político norte-americano Mark Lilla afirma que o grande crescimento das lutas identitárias nos Estados Unidos neste século teve responsabilidade pela vitória de Trump (em 2016), pois

aqueles que não pertenciam a algum grupo identitário específico foram esquecidos, assim como as pautas, digamos, nacionais, relevantes para toda a população. Eu acho que algo semelhante aconteceu por aqui e explica, em parte, a eleição de Bolsonaro", disse.

Segundo o jornalista, "os governos de esquerda que tivemos recentemente absorveram essas pautas, mas não tinham uma visão clara sobre elas. Então, a política deles passou a ser a política defendida pelos movimentos identitários, sendo que políticas de Estado devem ter instrumentos de mediação com o restante da sociedade. Esse processo abriu uma brecha para a direita criar ficções que contribuíram para sua vitória em 2018."

"Há muita coisa nova acontecendo no mundo e os políticos precisam ter contato com os jovens, ou ficam fossilizados", disse FHC

Como exemplo, ele citou a educação sexual nas escolas: "É uma proposta importantíssima, mas, como o Brasil é um país bastante conservador, para introduzi-la é essencial haver uma negociação com as famílias, que querem ter autoridade sobre a educação dos filhos. Faltou habilidade na introdução da proposta."

"Os temas identitários são importantes, mas não podemos reduzir tudo a eles, existem questões que são nacionais, internacionais ou mesmo globais. Como presidente, busquei avançar em temas como a luta contra o racis-

mo e pelos direitos das mulheres, mas evitando criar conflitos desnecessários. Ao tratar de identidade, é preciso ser cauteloso, entender o contexto, ou você corre o risco de terminar isolado", concordou FHC.

Segundo o ex-presidente, "há muita coisa nova acontecendo no mundo e os políticos precisam ter contato com os jovens, ou ficam fossilizados". "Antes da pandemia, recebia estudantes com frequência na Fundação, tanto de escolas públicas como privadas. Vejo muita disposição neles de lutar por um Brasil melhor. O político precisa conversar com os jovens, reconhecer seus erros, rever suas ideias. É difícil se expor, mas é importante para estabelecer uma conexão com a juventude."

União pela democracia

Ambos afirmaram ser favoráveis a uma candidatura que represente o centro na eleição presidencial de 2022. "Sou a favor de uma terceira via, mas alguém tem que dar carne e osso a essa ideia. Quem vai ser capaz de encarná-la? Quero ver os pré-candidatos que estão por aí se jogarem. Ou eles se jogam com convicção ou não vai", disse FHC.

'Presidente, o que o senhor diria àqueles que afirmam que seu recente encontro com o ex-presidente Lula matou a terceira via?', perguntou o cientista político **Sergio Fausto**, diretor geral da Fundação FHC e moderador do encontro. "Sou um ser político, converso com quem tenho que conversar, ainda mais em um

período de dificuldade. Conheço o Lula há mais de 40 anos, nem sempre concordo com ele, mas nunca me neguei a encontrá-lo. O Lula e eu temos uma coisa em comum: quando foi presidente, ele não tentou quebrar a democracia; eu também não. Temos de nos unir em defesa da democracia agora, enquanto ainda podemos dizer livremente o que pensamos", respondeu.

"O Fernando Henrique não precisa salvar a terceira via, porque seria uma salvação biônica. A consolidação de uma terceira via depende dos candidatos a representá-la. Cadê o homem de centro que fale com seu público com carisma e eficiência? Eles parecem tímidos, não se apresentam", concordou Gabeira.

Como exemplo de união entre diferentes lados, o jornalista citou o recente acordo entre partidos de direita e esquerda em Israel, que tirou o poderoso premiê Bibi Netanyahu do poder após 12 anos. Lembrou também da ampla frente de oposição formada na Hungria em 2019, que resultou na eleição de Gergely Karácsony para a Prefeitura de Budapeste, uma importante derrota política do premiê Viktor Orban, que governa o país com mãos de ferro desde 2010.

"Há momentos em que é necessário colocar as divergências de lado e trabalhar pela convergência. As forças heterogêneas comprometidas com a democracia precisam dialogar, pois ela está ameaçada. O momento é de união do campo democrático", concluiu Gabeira.

 Otávio Dias

 09/06/2021



Assista!

34. 90 anos de Ruth Cardoso: um olhar abrangente sobre o Terceiro Setor

No dia 19 de setembro, Ruth Cardoso, nascida em Araraquara em 1930, faria 90 anos. Sua trajetória profissional foi marcada pela dedicação e pelo rigor como antropóloga e professora universitária (ensino, pesquisa e orientação acadêmica). Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com quem foi casada por 55 anos e teve um filho e duas filhas, criou o Programa Comunidade Solidária, que teve como objetivo eliminar o assistencialismo e o clientelismo por meio da corresponsabilização e cooperação entre Estado (em seus três níveis) e sociedade na área social.

Seu principal legado, construído durante mais de 50 anos de carreira reconhecida nacional e internacionalmente, foi o estudo e a atuação pelo desenvolvimento da sociedade civil no Brasil, que, desde a redemocratização (1985), teve um período de grande expansão, com o surgimento de diversas organizações não governamentais e significativo aumento da participação social. O momento atual, no entanto, representa uma ameaça a essas conquistas e nos desafia a seguir avançando.

Estas foram as principais conclusões deste webinar que reuniu o economista e estatístico **Ricardo Paes de Barros** (ex-Ipea) e o escritor **Augusto de Franco**, especialista no estudo e formação de redes, com mediação de **Simone Coelho**, especialista em Terceiro Setor e ex-orientanda de Ruth Cardoso, e abertura do ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso**. O evento foi uma parceria entre a Fundação FHC e o Insper.

“Ruth participou de importantes mudanças que aconteceram na política social do Brasil durante meio século e em muitos momentos foi protagonista delas”, disse o professor e pesquisador do Insper Ricardo Paes de Barros, que há décadas se dedica à identificação de desafios nacionais, formulação e avaliação de políticas públicas com base em evidências científicas e análises estatísticas.

“Ruth foi embora muito cedo e deixou saudade e memória: ela era uma pessoa que se doava aos outros com muita energia, tinha uma mistura muito positiva de intelectual respeitada por seus pares e capaz de conversar com as pessoas com simplicidade. Ela se preocupava verdadeiramente com o povo”, disse FHC ao abrir o evento.

“Era uma pessoa extremamente democrática, que abria espaço e dava importância a todos, e estimulava o exercício de um olhar atento para a realidade”, lembrou Simone Coelho, mestre e doutora em Ciência Política pela USP, sob orientação de Ruth Cardoso. Autora da tese ‘Terceiro Setor: um estudo comparado Brasil e Estados Unidos’ (Editora Senac SP), Simone destacou o interesse da antropóloga pelo estudo dos movimentos sociais e sua relação com o Estado.

Política social é assunto de todos

Segundo Augusto de Franco, uma “janela de inovação social se abriu no mundo” a partir dos anos 1980, com a expansão democrática ocorrida em todo o mundo e com a popularização da internet. No Brasil, uma nova Constituição, apelidada de ‘Constituição Cidadã’ por Ulysses Guimarães (presidente da Assembleia Constituinte), foi promulgada em 1988 e, no ano seguinte, o país voltou a eleger seus presidentes diretamente.

“Aquele conjunto de novidades nacionais e internacionais resultou na vigorosa ascensão do terceiro setor e em um ambiente de experimentação que gerou uma nova geração de políticas sociais baseadas na indução do desenvolvimento a partir do investimento em capital social”, afirmou o criador e membro da Escola-de-Redes – que conecta cerca de 13.500 pessoas dedicadas à investigação sobre redes sociais e à criação e transferência de tecnologias de *netweaving*.

Anteriormente, as discussões sobre como elaborar e implementar políticas sociais era dificultado por ideias e escolhas que pareciam contraditórias, mas, a partir de então, percebeu-se que era possível avançar de forma integrada e concomitantemente em diversas dimensões e direções:

- 1.** O dever do Estado e a responsabilidade do cidadão;
- 2.** Políticas públicas e fortalecimento de dinâmicas comunitárias;
- 3.** Políticas de alcance universal e focalizadas;
- 4.** Políticas assistenciais e de indução ao desenvolvimento;
- 5.** Políticas econômica e social; e
- 6.** O compartilhamento com a sociedade tanto da operação quanto da formulação de uma estratégia de atuação social.

O Programa Comunidade Solidária foi criado nesse contexto, em 1995 (primeiro mandato de FHC), com o objetivo de combater a pobreza no Brasil, investindo recursos federais, bem como captados no mercado e na sociedade civil, em algumas áreas definidas como prioritárias: saúde, alimentação e nutrição; emprego e renda; acesso a direitos; desenvolvimento urbano e rural.

Segundo Simone Coelho, o Comunidade Solidária colocou em prática (e deu escala a) algo

que Ruth já investigava e propunha há vários anos: "A consolidação de um espaço de colaboração onde deveriam estar presentes duas lógicas: a do Estado, que tem a obrigação de garantir direitos universais a todos os seus cidadãos, e a da sociedade civil, marcada por interesses específicos que precisam ser direcionados para fins comuns", explicou a pesquisadora. O programa – idealizado por Ruth e implementado por uma rede de profissionais e organizações de diversas áreas – destinou recursos públicos para financiar iniciativas em comunidades com grande concentração de pobreza, tendo como premissa a exigência de participação do terceiro setor e da população local na elaboração e implementação das propostas.

Para Augusto de Franco, membro do Comitê Executivo do Conselho da Comunidade Solidária entre 1995 e 2002, o programa partia do pressuposto de que a política social não serve apenas para resolver um problema emergencial de sobrevivência de parte da sociedade, mas é necessária para o desenvolvimento de todos, sobretudo em contextos de muita desigualdade como no Brasil (de renda, riqueza, conhecimento e poder). "A pobreza não pode ser transformada em beneficiária passiva e permanente do Estado, os mais pobres precisam ter condições de traçar seus próprios caminhos", lembrou.

"Ruth não só incentivou a participação de organizações da sociedade civil como das empresas (grandes e pequenas) e soube acomodá-las em um ambiente muitas vezes hostil à

sua participação. Possibilitou a conversa entre atores com interesses por vezes antagônicos, trabalhadores, empresários e ativistas sociais", disse Paes de Barros, que foi subsecretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (Governo Dilma Rousseff).

Não apenas no governo FHC mas também nos que vieram em seguida (Lula e Dilma), assim como em diversas administrações estaduais e municipais, os espaços de participação da sociedade na definição das políticas sociais brasileiras foram progressivamente ampliados, com a criação de conselhos participativos, conferências (municipais, estaduais e nacionais) e ampliação de institutos e associações sem fins lucrativos. As empresas privadas também passaram a participar da definição de prioridades e dos gastos na área social, que representam hoje cerca de 25% do PIB. Como exemplo, ele citou o Grupo de Instituições Fundações e Empresas (GIFE), que investe entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões por ano na área social.

Espaço de experimentação

Segundo Paes de Barros, a adesão dos diversos atores públicos e privados à nova proposta defendida por Ruth Cardoso nos anos 1990 não ocorreu de forma automática: "Ela sempre afirmava sua preocupação de que os conselhos não estavam sendo ocupados com o profissionalismo e a eficiência necessários."

Outro ponto apontado pelo professor é o mau uso crônico dos recursos públicos: "Apesar de o Brasil ter aumentado muito os gastos sociais, os indicadores sociais não estão melhorando significativamente", afirmou. Segundo ele, a participação da sociedade civil é essencial para melhorar a qualidade desses investimentos, apontando, sempre com base em dados e evidências, áreas e temas essenciais a serem priorizados e locais e públicos a serem atendidos.

"A sociedade civil tem que trabalhar em parceria e não em substituição ou em paralelo ao setor público. O Estado (União, Estados e Municípios) também deve buscar sinergia com a sociedade civil e as empresas", disse o engenheiro formado pelo ITA, mestre em estatística pelo IMPA e doutor em economia pela *University of Chicago*.

Segundo Paes de Barros, a sociedade civil, por meio de suas organizações e das próprias comunidades, também deve atuar na fiscalização do Estado e agir como seu braço operacional para a implementação de políticas sociais. Ao exercer esta última função, enfrenta o desafio de manter sua autonomia, posta em risco quando o Estado é seu principal financiador, o que não é recomendável.

O terceiro setor tem outro papel importante para a produção de políticas públicas: a experimentação. Segundo o professor do Insper, essas organizações estão mais distantes das pressões governamentais e devem tes-

tar inovações sociais. Podem também documentar boas práticas do próprio governo, que não tem tempo para fazê-lo, e garantir que o conhecimento adquirido nas experiências passadas seja utilizado no futuro.

"Na visão de Ruth, se tivermos um terceiro setor que trabalhe próximo ao setor público, mas de maneira independente e articulada, é possível atingir o objetivo de fazer com que os investimentos sociais públicos e privados cheguem de fato a quem mais precisa, com eficiência e transparência", concluiu.



Beatriz Kipnis



15/09/2020



Assista!

35. 90 anos de Ruth Cardoso: o olhar de FHC

"Ruth sempre foi independente. Tinha personalidade, vontade e opinião próprias. Não é fácil conviver com uma mulher forte, mas é mais desafiador e mais rico. Nos adaptamos a viver cada um com suas crenças, mas respeitando o outro e buscando consensos, sempre que possível." Assim o sociólogo e ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso** começou este webinar em que trouxe, de forma descontraída e em alguns momentos emocionantes, sua visão de Ruth Cardoso como mulher, intelectual, professora, mãe e primeira-dama (título que ela resistia a usar). "Ela tinha múltiplas dimensões, das mais sofisticadas intelectualmente às mais simples e cotidianas. Fazia tudo bem feito, com dedicação e rigor."

Ruth e FHC foram casados por 55 anos (de 1953 até o falecimento dela em 2008) e tiveram um filho e duas filhas. Neste mês, a Fundação realiza uma série de atividades, inclusive uma exposição virtual, para lembrar os 90 anos de Ruth e seu legado como antropóloga, professora e ativista social. "Fernando Henrique vai estrelar hoje na qualidade de marido e será entrevistado por **Antonio Prata**. Escritor reconhecido nacionalmente,

apesar de jovem, Antonio participou ainda adolescente do programa Universidade Solidária. Não chegou a conviver proximamente com minha mãe, o que o deixa livre para perguntar a meu pai tudo o que quiser. A ideia é fazer uma conversa intergeracional, guiada pela curiosidade de explorar um passado não tão remoto, mas muito inspirador", disse a educadora **Beatriz Cardoso**, filha mais nova do casal, ao abrir o evento.

Por meio das perguntas de Prata, que provocaram lembranças em FHC, o público foi convidado a conhecer aspectos da trajetória de vida deste casal tão marcante da história contemporânea brasileira. Ruth Vilaça Correia Leite e Fernando Henrique Cardoso se conheceram ao ingressarem juntos, no início da década de 1950, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. "Ruth em primeiro lugar e eu, em segundo. Pensei que a superaria depois (como estudante universitário), mas ela não deu chance", ele fez questão de mencionar. "Ruth contava que você teria pedido cola a ela", provocou Prata. "Pedi", esclareceu, "para uma prova de matemática, mas ela, claro, recusou."

Nunca publiquei nada que ela não tivesse lido. Sinto falta disso

Desde a faculdade, Ruth se destacou pela liberdade intelectual e pelo olhar profundamente crítico. "Enquanto Ruth viveu, nunca escrevi e publiquei nada sem que antes ela tivesse lido. Era uma crítica atenta e impiedosa. Sinto falta disso", revelou. A independência de Ruth também determinou o modo de viver do casal e de seus três filhos. "Em casa, cada um foi estimulado a ter seus próprios pensamentos, suas crenças e suas ações. E o outro tinha que entender, conversar e respeitar. Foi assim o tempo todo", conta.

Para exemplificar esse espírito de independência, FHC lembrou um fato ocorrido durante os oito anos em que foi presidente da República (1995-2003) e ela, primeira-dama, função institucional que fez questão de exercer sem abrir mão de sua carreira como antropóloga, professora e pesquisadora. "Um dia ela chegou e disse que iria dar aula nos Estados Unidos. Você vai sozinha?, perguntei. Como? E como fica a sua segurança? Não é possível, respondi. Minha oposição foi inútil porque ela foi mesmo assim", contou. Em 2000, Ruth passou uma temporada como professora visitante no *Center for Latin American Studies* da *University of California, Berkeley*, onde recebeu a visita de seu marido, então presidente do Brasil.

Convergências e diferenças intelectuais

"Vocês estudaram juntos, participaram de grupos de estudo", quis saber Prata. "Quais eram os autores que mais interessavam Ruth? Tinham convergências, divergências?" Enquanto o sociólogo FHC dedicava-se ao estudo de Max Weber, Karl Mannheim e Karl Marx, a antropóloga Ruth se aprofundava na obra de Claude Lévi-Strauss, com quem mais tarde estudaria em Paris. "Formamos um grupo para ler 'O Capital', do qual Ruth chegou a participar, embora não fosse sua preferência. Ela estava grávida e, no meio de um encontro em casa, entrou em trabalho de parto e tivemos de correr para o hospital. Por pouco, a Bia não nasceu em casa, diante de todos os que estavam reunidos em torno da obra de Marx." Segundo FHC, Ruth nunca foi muito "adepta da dialética marxista, preferindo uma visão mais antropológica do mundo".

"Ruth gostava mais de estudar os movimentos da sociedade, eu me dediquei a compreender as estruturas da organização social", disse o ex-presidente. "E suas referências literárias?", questionou o escritor. "Ruth gostava mais de literatura e de poesia do que eu. Foi influenciada pela geração modernista. Mário de Andrade era um dos ídolos dela. Eu gostava de Oswald, ela não tanto. E tinha Carlos Drummond, que na época estava no auge."

FHC lembrou que um ponto em comum foi a preocupação de ambos com o racismo no

Brasil. "Como sociólogo, eu comecei logo no início da carreira a pesquisar as relações raciais em algumas regiões do país, sob orientação do Prof. Florestan Fernandes. Como antropóloga, a questão racial também esteve sempre no centro dos trabalhos de Ruth", explicou.

Para ela não era o outro, era o mesmo

Nascer e crescer em Araraquara, cidade de porte mediano do interior de São Paulo, marcou a relação de Ruth com a família, os amigos, a antropologia e até mesmo a política. "A criação interiorana tornou-se sua 'arma' etnográfica", disse Prata, que em seguida perguntou a FHC como sua mulher conseguia transitar com tanta integridade pelo ambiente 'tão sisudo da academia' sem perder a simplicidade de uma pessoa vinda do interior. "A educação e a vida interiorana deu a ela a capacidade de se comunicar com pessoas de todas as origens e classes sociais, na vida pessoal e profissional", disse FHC.

De Araraquara veio a habilidade de enxergar as pessoas não 'como o outro, mas como sendo, todos nós, parte do mesmo todo'. Também de lá vieram referências intelectuais e amizades de toda a vida, como Gilda de Mello e Souza, sua conterrânea, e seu marido, Antonio Candido. A cidade natal inspirou o gosto pela culinária e pelos cuidados com a casa, aptidões que levou para o Palácio da Alvorada, em Brasília. "Durante oito anos o

Alvorada se tornou de fato nossa casa. Ela cuidava de tudo com perfeição, dos funcionários, do jardim, da decoração, dos almoços e jantares. Tenho saudades daquele tempo", disse o ex-presidente.

Em certo momento, Bia comenta, sorridente, sobre o bom andamento da conversa entre o pai e Antonio Prata: "Parece mesmo que estamos em Araraquara, com aquelas conversas longas e sem pressa".

Como primeira-dama, preservou sua independência e carreira intelectual

"Primeiro veio para São Paulo sozinha, a família ficou em Araraquara, o que não era habitual naquela época. Já nos anos 1950 e 1960, tinha esse pensamento de igualdade entre homem e mulher, o que também não era comum. Fez parte do primeiro Conselho Estadual da Condicão Feminina, em São Paulo (criado em 1983 durante o governo de Franco Montoro). Depois, já em Brasília, eu criei o conselho nacional, por insistência dela", lembrou FHC.

A influência da mulher na vida política do marido foi outro ponto importante no webinar. "Ela tinha horror de ser só primeira-dama", disse o ex-presidente, lembrando-se que, mesmo não gostando dos holofotes do poder, Ruth soube se valer da posição para promover iniciativas que buscavam aproximar o governo da sociedade civil e unir o plano institucional federal à realidade das pessoas paixão afora.

“Quando era necessário, ela exercia muito bem o papel da primeira-dama, mas não era isso o que ela desejava. Em 1995 (primeiro mandato de FHC), Ruth criou e desenvolveu o programa Comunidade Solidária. O programa não era do governo, era da sociedade civil. Ela de alguma maneira desenhou um modo pelo qual ela podia participar ao mesmo tempo da sociedade civil e, inevitavelmente, sendo minha mulher, da política e do poder em Brasília”, disse FHC. “Fez desse grande limão uma boa limonada”, brincou Prata.

Embora com cuidado para não interferir no dia a dia da política, a antropóloga soube influenciar o governo FHC: “Às vezes quem está muito metido na vida política, não percebe certas coisas. Já quem está um pouco fora percebe melhor. Ruth percebia, tinha suas próprias opiniões e dizia o que pensava. Sempre conversamos muito, isso foi importante para meu governo”, comentou o ex-presidente.

Como exemplo, FHC cita a convicção de Ruth de que deveria haver mais diversidade nas instituições públicas. “Ela nunca sugeriu nomes, mas foi por inspiração dela que indiquei Ellen Gracie para o Supremo Tribunal Federal em 2000, tornando-se a primeira mulher a ocupar aquela função”.

FHC conta também que, sempre que participava de algum comício ou evento público, Ruth evitava o centro do palco e se

aproximava o máximo que podia da plateia: “Esse era o estilo dela. Queria sentir o clima do povo, o que as pessoas estavam falando e comentando.”

 Isabel Penz

 22/09/2020



Assista!

F U N D A Ç Ã O
—
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O